

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**São Carlos e o Movimento Constitucionalista de 1932:
poder local e cooptação ideológica**

Pablo Ferreira dos Santos Gomes

Dissertação de Mestrado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**São Carlos e o Movimento Constitucionalista de 1932:
poder local e cooptação ideológica**

Pablo Ferreira dos Santos Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

São Carlos
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G633sc

Gomes, Pablo Ferreira dos Santos.

São Carlos e o Movimento Constitucionalista de 1932 :
poder local e cooptação ideológica / Pablo Ferreira dos
Santos Gomes. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
145 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2008.

1. Revolução. 2. Movimentos sociais. 3. Conflitos sociais.
4. Poder local. 5. Guerra civil. I. Título.

CDD: 303 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Pablo Ferreira dos Santos Gomes

20/08/2008

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /UNESP

Agradecimentos

Diversas pessoas contribuíram para que a realização dessa dissertação de mestrado se tornasse possível.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Marco Antonio Villa, que com suas sugestões me auxiliou na melhoria desta pesquisa e me deu total liberdade de idéias em meu trabalho.

Agradeço ao Antonio Carlos e o Professor Dr. Massao pela ajuda e orientação no levantamento dos dados do acervo do CECH-UFSCAR.

Ao Professor Dr. Fernando Azevedo pelo estímulo e as importantes sugestões em minha qualificação.

À minha família, em especial meus pais, Carlos Roberto e Margaret e minha avó Mari Lorenzetti pelo apoio constante em minha vida e formação profissional.

Aos colegas do curso de mestrado pelos bons momentos juntos, especialmente ao Thiago Passos, à Léia Colombo e Izaura Merenghi que se tornaram amigos queridos.

E agradeço especialmente ao historiador e querido amigo Marco Antonio Leite Brandão, o Marco Bala, por sua generosidade e pelas longas conversas sempre estimulantes. Seu apoio e orientação foram determinantes para a realização desta pesquisa.

A todos meu sincero agradecimento.

Resumo

O presente estudo de caso teve como objetivo analisar o processo de engajamento do município de São Carlos no movimento constitucionalista de 1932. Para tanto, partimos de um referencial teórico que nos permitiu compreender quem são os principais grupos políticos articuladores do movimento constitucionalista, qual o discurso ideológico que os move e quais os artifícios usados na cooptação das demais classes sociais. A partir de uma análise conjuntural, passamos, num segundo momento, a privilegiar a esfera local, onde a análise da participação do município de São Carlos no movimento de 1932 passa a ter sentido a partir da compreensão da política local desde a Primeira República, sobretudo, sob a influência das rápidas mudanças políticas e sociais que se processam na virada dos anos 1920 – 1930. O estudo da esfera local, portanto, permitiu apreender o movimento constitucionalista de 1932 em suas contradições, onde a defesa de princípios democráticos coexistem com métodos discricionários no sentido de cooptar a opinião pública e cercear as dissidências.

Palavras-chave: Revolução, Movimento Social, Guerra Civil, Constituição, Município, Cooptação Ideológica, Coronelismo, Poder Local.

Abstract

This case study aims to analyze the participation of the city of São Carlos at the Constitutionalist Movement of 1932. It begins from a theoretical reference which allows to understand the main political groups that articulate the Constitutionalist Movement, the ideological speech that conducts them and the artifices used on the co-optation of the social classes.

First of all, it is developed a situation analysis, and after that, the study focuses the local approach, where the participation of the city of São Carlos at the Constitutionalist Movement makes sense considering local politics since the First Republic, specially under the influence of the fast social and political changes occurred between the 20's and 30's.

Therefore, the study of the local approach allows to understand the contradictions of the Constitutionalist Movement of 1932, with the defense of the democratic principles co-existing with the authoritarian methods for the co-optation of the public opinion and the restriction the dissidences.

Key-words: Revolution; Social Movement; Constitution; Co-optation; Ideology; Colonelism; Local Power

Sumário

Introdução

Capítulo 1: A articulação constitucionalista

1.1. Fragmentos de uma guerra	9
1.2. Uma coalizão de malhas frouxas	22
1.3. “Carcomidos” versus “ilustrados”:duas faces da mesma moeda	30
1.4. O movimento de 1932 e o poder político local: o apoio dos coronéis	37

Capítulo 2: Poder Político Local: Da Primeira República ao Movimento de 1932 45

2.1. República Oligárquica e o fenômeno do coronelismo	46
2.2. São Carlos na Primeira República: sallismo versus botelhismo	54
2.3. Os Reflexos da Revolução de 1930 em São Carlos	65

Capítulo 3: São Carlos no Movimento Constitucionalista de 1932

3.1. Mobilização para a luta: “A cidade estava eletrizada...”	72
3.2. O voluntariado em São Carlos	76
3.3. Abastecimento e transporte em São Carlos	81
3.4. Campanha do ouro	85
3.5. A participação das mulheres	88
3.6. A participação das instituições religiosas	92
3.7. A força da Propaganda	95
3.8. Cartas e memórias do front	99
3.9. São Carlos e o fim da Revolução Constitucionalista	112
3.10. São Carlos sob ocupação: a resistência do pasquim “A Farpa”	116

Conclusão: 126

Anexo – Fotos do Movimento de 1932 em São Carlos 128

Fontes: 138

Introdução

O Movimento de 1932 é considerado o maior conflito civil na história dos movimentos armados no Brasil. Consistindo em um evento de influência decisiva na construção da identidade paulista, difundiu-se no imaginário popular como uma luta pela causa da lei e da Constituição, “um movimento pela democracia e pela liberdade em oposição às tendências totalitárias do governo de Getúlio Vargas”. Os “sentimentos de paulistanidade” são sempre reavivados a cada comemoração do 9 de julho, incorporado como data de profundo significado histórico para o estado de São Paulo.

Entretanto, o Movimento de 1932 atendia a questões de cunho econômico e de disputa pelo poder político nos planos estadual e federal em um contexto de grandes mudanças que estavam se processando na vida econômica, política, social e cultural do Brasil da época. Desde o início dos anos 1920 se evidencia um forte descontentamento no seio da sociedade brasileira, causando cisões no interior da classe dominante e deflagrando as revoluções de 1930 e 1932¹. O embate entre as forças políticas do estado de São Paulo e o Governo Provisório extrapolou a esfera política e assumiu os contornos de um amplo movimento social, ainda que a maior parte da população engajada não atinasse com as reais motivações por trás do conflito.

É possível perceber em São Paulo, já na década de 1920, um acirramento das diferenças entre as facções da burguesia paulista e o conseqüente confronto que se deu no plano federal. Essa diferença entre os grupos dentro da classe dominante paulista tem o seu marco com a fundação do Partido Democrático (PD), que se propõe a ser uma alternativa política frente à hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP) e seu característico modo oligárquico e coronelístico de controlar a economia e as políticas paulista e brasileira em benefício próprio.

A oposição ao governo federal e ao partido dominante, o PRP, ganha força entre 1926 e 1930, organizando-se também em outros estados e compondo a Aliança Liberal, organização que surge com o intuito de representar os grupos dissidentes no interior da classe dominante brasileira frente ao Partido Republicano nos diversos estados. Dessa forma, a oposição ao presidente Washington Luís se amplia, enfraquecendo as bases da velha política do café com leite e levando ao Movimento de Outubro de 1930.

¹ Ainda que no presente estudo se use preferencialmente o termo *movimento* para designar ambos os episódios, a expressão *revolução* já se consagrou, e é usada correntemente por diversos historiadores e cientistas sociais que, certamente não podem ser considerados como sustentáculo do discurso dominante.

A Aliança Liberal continha em seus quadros facções políticas ideologicamente antagônicas, unidas apenas em oposição ao velho governo oligárquico e sua política anacrônica frente às exigências dos novos tempos. Os tenentes, por exemplo, pretendiam dar continuidade ao “processo revolucionário” através de mudanças mais radicais, que não compunham o ideário de outras facções da Aliança Liberal como o PD, de caráter mais reformista. Dessa forma, estavam dadas as bases do conflito que tornou impossível a convivência entre os diferentes grupos políticos da Aliança e que veio a permear todo o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Em São Paulo esse conflito se deu de forma mais contundente, em que a insatisfação de políticos e militares vai de encontro à exaltação do espírito cívico, que está sendo trabalhada através de uma bem elaborada propaganda pelos meios de comunicação de massa, por comícios e caravanas pelo interior paulista. Nesse clima de tensão, os articuladores do movimento lançam nas últimas horas do dia 9 de julho o movimento conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932.

Os anos 1920 e 1930 no Brasil foram entrecortados por sucessivas crises de poder, alterando paulatinamente a configuração política e econômica do país. Sendo essencialmente agro-exportador, o Brasil foi fortemente atingido pelas sucessivas crises do capitalismo que marcaram as décadas do entre-guerras, culminando com a grande depressão da década de 1930. Ainda no final dos anos 1920, o país foi marcado por uma crise da agricultura de exportação, que já prenunciava as dificuldades que a economia brasileira enfrentaria na década seguinte. Nos anos 1930, proprietários de terras de diversas regiões do país se arruinariam e a oligarquia cafeeira sofreria grande enfraquecimento político. A crise do café, aliada à nova crise internacional do capitalismo, afetou duramente a economia brasileira e particularmente a economia paulista, cujo poder estava baseado na cafeicultura. Em São Paulo, grande número de fazendeiros viu-se obrigado a hipotecar ou vender suas propriedades. A crise logo foi transferida para os trabalhadores que tiveram os salários diminuídos em cerca de 50% a 60%. Milhares de colonos ficaram desempregados, vendo-se na contingência de enfrentar as dificuldades cada vez maiores no campo, ou a migrarem para os centros urbanos.²

Essa complexa conjuntura histórica caracterizada por crise institucional, instabilidade econômica e mudanças na configuração social brasileira devido ao êxodo

² A respeito ver: Truzzi, Oswaldo. Café e Indústria. São Carlos 1850-1950. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea – UFSCAR, 1986.

rural, será o pano de fundo sobre o qual pretendemos pesquisar a participação do município de São Carlos ao longo dos três meses do Movimento de 1932.

Em 1930, o município de São Carlos contava com uma população de 51620 habitantes,³ constituindo-se, para a época, em uma cidade de porte médio, herdeira de forte tradição cafeeira, cultura em torno da qual se desenvolveu como cidade desde o século XIX, em consequência da sua expansão em direção ao oeste paulista.

A própria constituição urbana da cidade está diretamente vinculada à produção cafeeira, posto que a cultura do café exigiu, por extensão, o desenvolvimento de alguns segmentos industriais diretamente vinculados ao seu processamento. A infra-estrutura exigida no beneficiamento do café, com a utilização de maquinários, contribui com a indústria nascente, devido à demanda dos equipamentos de fabricação e oficinas de reparo e manutenção. A própria indústria têxtil foi estimulada pelo café em São Carlos, devido à fabricação de sacarias para embalar o café, além da necessidade de atender à demanda de artigos de consumo popular que o café possibilitou.

Além disso, à medida que foi se acumulando uma massa de capital monetário, os proprietários agrícolas foram criando bancos de crédito, vinculando-se às casas comissárias e realizando melhoramentos urbanos, tais como bondes elétricos, telefones, redes de infra-estrutura urbana, etc. No final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Carlos já comportava dois bancos em pleno funcionamento, promovidos diretamente pelo capital cafeeiro, além de numerosos estabelecimentos comerciais e manufatureiros, atividades essas integradas e impulsionadas pelos movimentos do complexo cafeeiro. Na década de 20 do século XX, o município de São Carlos contava com um parque manufatureiro diferenciado que lhe conferia certa expressão industrial dentre os núcleos mais desenvolvidos do estado de São Paulo. (Truzzi, 1986)

É importante perceber que o desenvolvimento da cidade de São Carlos se vincula historicamente a fatos fundamentais que marcaram a ocupação da porção oeste do território paulista, sobretudo a dependência das grandes plantações de café e as condições gerais que presidiram o estabelecimento dessa cultura e sua ação sobre a economia local, até a transformação da configuração política, econômica e social devido à crise da cafeicultura, com seus reflexos até a década de 1950. Nesse sentido, o município de São Carlos, tomado como estudo de caso, constitui exemplo interessante

³ Devescovi, Regina C. Urbanização e Acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea – UFSCAR, 1987.

para a compreensão das transformações que se produziram no interior paulista nas primeiras décadas do século XX.

Em se tratando do Movimento de 1932, o estudo da participação de São Carlos contribui para ampliar a percepção do processo de engajamento presente nas cidades do interior, pois, normalmente, os estudos acadêmicos sobre o movimento constitucionalista tratam de questões gerais no âmbito do conflito, com as comunidades interioranas relegadas ao mero papel de cenário do teatro de operações. Os estudos sobre a participação de comunidades interioranas no conflito de 1932 normalmente são encampados por historiadores amadores locais ou autores memorialistas, possuindo caráter diletante. Ainda que essas pesquisas tenham valor como fonte documental, elas muitas vezes carecem de maior distanciamento crítico e objetividade no tratamento dos dados.

O Movimento de 1932 significa a expressão máxima do regionalismo paulista, sendo o momento em que a ideologia construída a partir do sentimento de paulistanidade tem seu maior apelo. A paulistanidade como ideologia é fomentada, sobretudo pela classe dominante, consistindo na criação de uma identidade de base regional, valorizando a condição de pertencente ao Estado, ao mesmo tempo que institui uma série de valores e características como intrínsecas à condição de paulista e, para fortalecer essa construção, oferece uma explicação por meio do recurso à história regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador e empreendedor.

A ideologia da paulistanidade se fortalece e toma forma, sobretudo, ao servir aos propósitos do emergente grupo cafeicultor paulista no século XIX, colocado diante da perspectiva de controlar não apenas sua região, mas o país como um todo. Nesse momento, a ideologia da paulistanidade começa a se definir a partir de duas funções básicas: como auto-afirmação/identificação de um grupo social em ascensão econômica e política, e como instrumento deste grupo para atingir seus objetivos políticos de hegemonia sobre a sociedade e controle sobre as demais parcelas da classe dominante brasileira.

Dessa maneira, a história paulista serve de base para a ideologia, sendo uma das principais construções nesse momento a identificação das características da elite cafeicultora com as do bandeirante. Segundo Joseph Love: ⁴

⁴ Love, J. "O Poder dos Estados: Análise Regional". In: Fausto, Boris. História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, DIFEL, Tomo III, 1º vol, 1975, p.55.

“Por meio século, poucos paulistas educados tinham qualquer dúvida de que sua psicologia fora herdada dos bandeirantes, mas a maioria dos autores e apologistas enfatizavam os aspectos positivos: o bandeirante havia expandido a fronteira; havia posto sua energia a serviço de fins produtivos; havia percebido oportunidades e tirado bom proveito delas; havia apontado o caminho do futuro à nação brasileira. Cabia a seus descendentes modernos aceitarem o destino de liderarem o país”.

Para a elite, o paulista herda dos bandeirantes a vocação para os grandes feitos. O mecanismo ideológico básico de generalização transmitirá essa noção, essas imagens e esse sentimento ao conjunto das classes sociais presentes em São Paulo, ainda que dificilmente possam estabelecer qualquer relação concreta de parentesco com os bandeirantes. Entretanto, essa longa construção irá delinear a identidade paulista, servindo de base à mobilização ideológica em torno de 1932. É nítido o conteúdo presente na historiografia paulista sobre o movimento de 1932, sobretudo por parte dos autores memorialistas, no sentido da edificação de uma tradição que procura ligar as bandeiras com o cafeicultor, as indústrias e a revolução de 1932.

Dessa forma, o discurso em prol da revolução de 1932, imbuído da paulistanidade, procura evocar uma idéia do paulista como defensor nato da Lei e da Ordem, ainda que estes termos apareçam da uma forma um tanto vaga e pouco criteriosa, mas sempre com a preocupação de ligar esta construção a eventos do passado. É também evocada a idéia de que 1932 é o momento máximo da epopéia dos paulistas no século XX, marco de heroísmo e luta pelo Direito e pela Liberdade, afirmando o Estado de São Paulo perante a nação. Aqui, a derrota converte-se, invariavelmente, em vitória.

A Revolução Constitucionalista de 1932, portanto, inscreve-se numa construção ideológica e historiográfica mais extensa, a tradição da paulistanidade. Inclusive, o termo “paulistanidade” é usado na obra de Alfredo Ellis Jr. intitulado *A Nossa Guerra*⁵ para adjetivar o espírito, o sentimento que toma conta dos paulistas e leva-os à guerra civil ao sentirem-se ultrajados pelas imposições do Governo Provisório. A ideologia da paulistanidade que legitima o poder da classe dirigente paulista será – após sua preterição do poder - usada intensamente no sentido de reaver sua posse.

No sentido de cooptar as demais classes sociais e torná-las receptivas aos ideais constitucionalistas, a propaganda política ocupa um lugar de destaque:

⁵ Ellis Jr. Alfredo. *A Nossa Guerra*. São Paulo, Piratininga, 1933.

“A imprensa escrita se atribui à campanha mais sólida e bem urdida contra os interventores e também à incumbência de forjar argumentos que levem a população a aderir às idéias de democracia, de liberdade, etc, incitando leitores contra o inimigo dos paulistas. Incumbe-se a imprensa ainda de preparar e justificar uma ação bélica, como se esta tivesse sido solicitada pela própria população. E, no transcorrer da luta armada, procura manter elevado o moral da retaguarda e da linha de combate. É o general Gabriel Menna Barreto que reconhece ‘a imprensa, no louvável propósito de manter bem alto o ânimo e a resistência moral do povo bandeirante, auxiliada eficazmente pelas sociedades de rádio, não cessava de proclamar, *urbi et orbi*, o melhor otimismo, em torno dos fatos culminantes da Revolução.”⁶

A pequena, mas combativa imprensa operária presente, sobretudo na capital paulista, foi a única a surgir como oposição ao movimento, mas foi logo proibida de circular em função das perseguições a qualquer movimentação operária, havendo um recrudescimento da vigilância sobre os sindicatos e suas lideranças principalmente a partir de maio de 1932.

No interior a classe operária é inexpressiva, contando facilmente a classe dirigente, com a subserviência da maior parte da população, tolhida na possibilidade de adquirir maior consciência de classe e de cidadania, devido ao histórico predomínio político dos senhores de terras. Nesse sentido, estudar a especificidade da organização do movimento de 1932 no interior paulista e suas lideranças pressupõe maior compreensão das relações políticas locais, calcadas em práticas clientelistas e discricionárias típicas do coronelismo e que, ao longo da República Velha, serviram de sustentação à elite liberal paulista, a mesma que se posicionou à frente do movimento constitucionalista.

Nesse trabalho, procuramos compreender o processo de participação política e social do município de São Carlos no Movimento de 1932, porém, considerando essa participação a partir das mudanças políticas que foram se processando na política local desde a República Velha, de maneira a compor um painel mais rico que propicie identificar os momentos de transição em função das transformações globais e seu impacto sobre os grupos locais e sobre os discursos e manifestações políticas e sociais no município até o advento do Movimento Constitucionalista.

⁶ Bezerra, Holien G. O Jogo do Poder – Revolução Paulista de 32. São Paulo, Ed. Moderna, 1990. p 48

Essa perspectiva acaba sendo válida ao permitir, dentro do período proposto, comparar as diferentes fases políticas no município, obviamente condicionadas por uma conjuntura mais ampla, entretanto, impossível não reparar nas flutuações da opinião pública em tão curto espaço de tempo, influenciada pelos interesses dos grupos dominantes no município, alinhados aos interesses da classe política dirigente no Estado.

Para São Carlos, a pesquisa se coloca como uma contribuição à sua historiografia, sendo a sua participação no Movimento de 1932 trazida ao primeiro plano como forma de nos ajudar a compreender a política local no início dos conturbados anos 1930. A importância, portanto, de se compreender a mobilização política e social em torno de 1932 e seu impacto sobre uma cidade específica, no caso São Carlos, faz-se crucial no sentido de se ter uma compreensão mais próxima da vida do dia a dia, da rotina (ou quebra dela) que sustentou a revolução, presente nas cidades do interior. É uma forma de fugir à análise exclusiva das grandes linhas de força que marcaram o Movimento de 1932.

A pesquisa é composta por três capítulos:

O capítulo 1 visa apresentar o referencial teórico com o qual trabalhamos. O intuito é apreender o arcabouço ideológico que impulsiona o Movimento de 1932, de maneira a obter maior compreensão das reais motivações por trás do conflito. Nesse sentido, procura-se compreender quem são os principais grupos articuladores do movimento constitucionalista, qual o discurso ideológico que os move e quais os artifícios usados na cooptação das demais classes sociais.

O capítulo 2 visa compreender certas práticas políticas típicas da República Velha e como elas se processam na esfera municipal através dos principais grupos ou facções políticas que controlam o poder político local. Como se deu a prática política do coronelismo em São Carlos e sua relação com a esfera política estadual. Como os grupos políticos locais processaram as rápidas mudanças na virada dos anos 1920-1930 e a articulação política em torno do movimento de 1932. Nosso intuito é fornecer uma visão mais integrada e abrangente sobre o objeto.

No capítulo 3, a proposta consiste em descrever o processo de engajamento do município de São Carlos no movimento constitucionalista. A partir dos capítulos anteriores, imbuídos de uma maior compreensão sobre as práticas políticas e a ideologia que movem a classe dirigente paulista, podemos apreender, com maior nitidez, a construção do discurso em prol da revolução presente nos meios de comunicação, e sua

influência sobre as manifestações populares. Privilegiando o estudo da esfera local, procuramos apontar o caráter contraditório inerente ao movimento constitucionalista em que a defesa de princípios democráticos e libertários convive com métodos discricionários no sentido de cooptar a opinião pública e cercear as dissidências.

Em anexo, incluímos fotografias do Movimento de 1932 em São Carlos, tornando acessível ao leitor imagens antes dispersas por diferentes acervos, o que se configura como uma das principais contribuições dessa pesquisa pois é inegável a riqueza iconográfica do Movimento Constitucionalista.

Capítulo 1 – A Articulação Constitucionalista

1.1. Fragmentos de uma guerra

Uma rápida análise do legado iconográfico da “Revolução de 1932” sugere-nos a falsa impressão de que tudo não passou de uma parada patriótica, nada mais que um movimento promovido pelo povo paulista com o intuito de obter a reconstitucionalização do país “dentro da mais perfeita ordem democrática”.

Trata-se evidentemente, de uma leitura orientada ideologicamente, pois, por detrás dos semblantes entusiásticos, soldados garbosos, acenos de raparigas e desfiles laureados estampados nas imagens fotográficas e gravuras, há a realidade de um conflito de proporções bélicas consideráveis.

No decorrer daqueles três meses de guerra civil, uma parcela considerável dos sete milhões de habitantes do estado de São Paulo é envolvida direta ou indiretamente pelos acontecimentos. Estimam-se em 200 mil os voluntários inscritos, cifra nada desprezível levando-se em conta a população total do estado à época.

Autores como Bezerra⁷ e De Paula⁸, estimam em cerca de 60 mil o número de combatentes entre o voluntariado paulista, ou seja, o número de homens incorporados à força militar constitucionalista, composta por voluntários e tropas regulares do exército e da força pública. Entretanto, o número de combatentes diretamente em armas nas frentes de batalha era possivelmente menor. O general Manuel Rabello, interventor de São Paulo (13/11/31 a 07/03/32) procurou detalhar os números demonstrando conhecimento sobre as forças paulistas: São Paulo não dispunha mais do que 3.612 soldados do Exército Brasileiro, 10.200 da Força Pública e 22.396 voluntários, totalizando 36.207 homens em ação. Por sua vez, o Coronel Herculano de Carvalho E. Silva, comandante da Força Pública⁹ de São Paulo, afirmou ser em torno de 30.000 homens a força total dos paulistas.

⁷ Bezerra, Holien Gonçalves. O Jogo do Poder – Revolução Paulista de 32. São Paulo, Ed. Moderna, 1990.

⁸ De Paula, Jesiel. 1932. Imagens Construindo a História. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1999.

⁹ A Força Pública eram verdadeiras milícias estaduais compondo praticamente exércitos regionais que dispunham de quatro armas, entre as cinco existentes: Infantaria, cavalaria, artilharia e aviação. Somente não possuíam forças navais. A partir de 1930, entretanto, o governo de Getulio Vargas inicia um desmantelamento das brigadas estaduais numa tentativa bem sucedida de fortalecer as forças armadas federais.

De fato, o Estado de São Paulo contava em Julho de 1932 com 28.685 fuzis no total, em grande parte obsoletos, além do armamento em uso pelo efetivo do exército e da força pública. Apesar do esforço de guerra da indústria paulista, esta não tinha condições de produzir esse tipo de armamento de precisão em tão pouco tempo. Outra questão responsável pela precária infra-estrutura bélica dos constitucionalistas foi o não reconhecimento do estado de beligerância, sendo o fracasso diplomático paulista responsável por inviabilizar a compra de armas no exterior.

A carência de armas concitou o serviço de recrutamento a restringir o número de inscritos, o que não foi tornado público pelo comando do movimento. Dessa forma, para manter operacionais os 60.000 combatentes voluntários que foram aceitos, as forças paulistas estabeleceram um intenso rodízio de homens, todos, porém, obrigados a servir-se dos quase 30.000 fuzis em condições de uso.

As limitações e a evidente precariedade do Exército Constitucionalista não impediram que o conflito atingisse dimensões consideráveis, pois, as operações militares na guerra civil variaram de grandes batalhas campais – tidas por muitos analistas como as maiores já ocorridas na América do Sul – até ações de guerrilha nas montanhas e pequenas escaramuças entre patrulhas inimigas. Na obra “História do Exército Brasileiro”, a guerra civil de 1932 é definida como “o maior movimento armado de nossa história”.

Os embates nas cinco principais frentes de batalha deram-se da maneira mais cruenta possível. Após três semanas de intensos confrontos, o saldo oficial de mortos apenas do lado paulista foi contabilizado em 634, embora diversos autores admitam que possa ultrapassar em mil. Quanto às baixas nas tropas ditatoriais, os números são ainda hoje desconhecidos e difíceis de serem estimados, pois, além das tropas regulares, o governo federal fez largo uso de milícias mercenárias, compostas em grande parte por jagunços, homens rudes, que recrutados por coronéis em apoio ao governo federal, tombavam em batalha como soldados anônimos, sepultados em valas comuns. “Na Bahia, os regimentos que vêm combater São Paulo se alimentam de “patriotas” (Batalhões Patriotas), aliciados no interior do Estado, principalmente nas feitas do São Francisco”.¹⁰

Pelos números da guerra civil de 1932, podemos ter uma idéia da intensidade do conflito, principalmente se considerarmos a trágica média superior a sete mortos por dia

¹⁰ Carone Edgar. A República Nova (1930 – 1937). São Paulo, Ed. Difel, 1974, p.159.

apenas entre as forças constitucionalistas em menos de três meses de guerra. Se compararmos com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, veremos que em oito meses de combate na Itália, a Força Expedicionária Brasileira teve o total de 451 mortos, média inferior a duas baixas por dia.

A FEB teve um total de 1577 feridos em ação de combate nos 239 dias que participaram da Segunda Guerra – média de seis feridos por dia. Ao longo da guerra civil de 1932, somente na Santa Casa de São Paulo deram entrada cerca de 15 feridos por dia. Segundo o relatório de Pedro Ayres Netto, seu diretor clínico na época, foram internados nos 85 dias de guerra 1273 feridos em combate.¹¹

Baixas tão assombrosamente altas podem, em parte, ser atribuídas ao despreparo do exército constitucionalista, cujo amadorismo devido ao improvisado era patente. É importante frisar que na formação do exército constitucionalista não houve em nenhum momento a convocação de reservistas. Além das tropas regulares da Força Pública de São Paulo e Exército (São Paulo e algumas unidades do Paraná, Minas Gerais e Pará), o restante era composto por batalhões de voluntários, formados em sua maioria por estudantes universitários e secundaristas, operários, funcionários públicos, lavradores e comerciários que nunca haviam visto um fuzil de perto. O treinamento militar que recebiam se estendia por no máximo dois dias, onde recebiam instruções rudimentares de armamento, tiro, ordem unida e ataque e defesa ministrados por algum graduado (cabo ou sargento da Força Pública).

Em suas memórias, o Coronel Euclides Figueiredo, um dos mais destacados comandantes das forças constitucionalistas relata o flagrante despreparo de seus comandados Discorrendo sobre suas dificuldades em manter suas posições na Fazenda Eleutério, Fazenda Palmeiras e Fazenda Santa Rita no Vale do Paraíba de forma a proteger o Túnel à véspera do ataque ditatorial a Salto no início de setembro, o comandante lamenta:

“Nossas dificuldades no momento foram invencíveis. Chegavam-nos brilhantes batalhões de voluntários de São Paulo, uma mocidade estuante de vida e entusiasmo,

¹¹ De Paula, Jesiel. Op. Cit .p.178. O autor em amplo levantamento iconográfico demonstra em um rol de inúmeras imagens de fotografias da guerra civil de 1932, a total ausência de imagens chocantes de mortos ou feridos que pudessem de alguma forma, desincorporar o povo com o movimento. Contudo, segundo o autor, é preciso contextualizar a questão e lembrar que os padrões éticos e morais da época eram bem diferentes dos atuais, o lado ditatorial procedia da mesma forma e aquilo que conhecemos hoje como foto – denúncia ainda não havia sido instituído pela imprensa. No entanto, outra guerra civil, a espanhola, quatro anos depois, utilizou amplamente as foto – denúncias, sem mencionar as inúmeras fotos chocantes da primeira guerra mundial, o que demonstra que a ausência de imagens chocantes em 32 demanda uma explicação de outra natureza que não a moral típica da época.

mas de tal modo inexperta, que muitos dos rapazes nem sabiam manejar o fuzil. Atirá-los de pronto à fogueira, era vota-los à uma morte certa. Havíamos criado em Cachoeira um Depósito Divisionário, que depois transferimos para Lorena, onde preparávamos os nossos reservistas e voluntários – como burilamento dos seus escassos conhecimentos militares. Mas o desenrolar dos acontecimentos, a premência das ocasiões difíceis, não permitiam o conveniente adestramento dos jovens combatentes”.

A sucessão de atropelos com que foi confabulada a campanha constitucionalista não propiciava o conveniente preparo dos jovens voluntários. À formação de um novo contingente, logo no dia seguinte, às vezes a noite mesmo, ou, no máximo em 48 horas, era encaminhado ao campo de batalha, não sem antes envergarem, orgulhosos, o uniforme de soldado pelas ruas da cidade.

“Ei-los, horas depois, garbosos, impávidos e conscientes do dever cívico a cumprir, desfilando pelas ruas da Capital, formados em batalhões que recebem os nomes de Piratininga, 14 de Julho, Bento Gonçalves, 7 de Setembro, Marcílio Dias Franco, 9 de Julho, Paes Leme, Borba Gato, Raposo Tavares, Campo Salles, Fernão Salles, Universitário, Floriano Peixoto e muitos outros...” (...) “Que lhes importa a falta de preparo militar? As trincheiras serão a sua escola”.¹²

Se ao despreparo militar, acrescentarmos erros crassos de comando, está dado a fórmula para situações de pânico geral e debandadas trágicas. Sim, as trincheiras foram a sua escola, a mais brutal delas: “Chegam voluntários de Itapetininga, sem nunca terem manejado um fuzil, ou sequer ouvido um bombardeio, e logo eram mandados para as trincheiras, que ninguém sabia em que lugar estavam. É triste ter um batismo de fogo assim. Soldados mal chegados eram logo confundidos no caos tumultuoso de Buri. Voluntários do “Floriano Peixoto” atiraram nos do “Marcílio Franco” sem saber. Este perde entre mortos e feridos, uma boa parte dos seus homens, e aquele é quase todo aprisionado”.¹³

Ainda que a inépcia do alto comando paulista, somado ao despreparo das tropas e à falta de munição, tenha sido fatal para os constitucionalistas, o alto número de baixas em curto espaço de tempo também é indicativo de aguerrida resistência por parte das tropas paulistas. Apesar de sua incomparável superioridade bélica, o Exército

¹² Renard, Antoine. São Paulo é Isto!. São Paulo, 1933, p. 104.

Antoine Renard, autor francês residente no Brasil à época. Veterano da primeira guerra mundial, o que torna sua afirmação ainda mais surpreendente.

¹³ Depoimento do voluntário S. A. Pinto In: Donato, Hernani. A Revolução de 32. São Paulo, Círculo do Livro, 1982. p. 120.

Ditatorial esteve longe de fazer uma incursão tranqüila, algo como um “passeio” pelo território paulista. A princípio, as tropas federais encontraram um exército despreparado, porém motivado.

São abundantes os relatos da época sobre o ardor e o entusiasmo dos idealistas rapazes paulistas que, em sua heterogeneidade, compunham o voluntariado civil e ao lado dos militares profissionais partiram para os campos de batalha. O jornalista Armando Brussolo, correspondente de guerra do jornal A Gazeta, de São Paulo, presta um depoimento emotivo após conviver durante quase dois meses nas trincheiras ao lado dos jovens soldados: “Antes de vir para as trincheiras, fazia uma idéia completamente errônea do que é a existência por estes lados. Nunca poderia pensar até onde chega a identificação dos soldados com a causa que abraçaram tão entusiasmamente. Eis porque, ao primeiro contato que tive com as tropas paulistas, minha opinião anterior ruiu de vez. E tudo quanto agora estou presenciando reveste-se de um aspecto natural. Este ardor, esta abnegação e esta bravura notados nos seios das Forças Constitucionalistas, e que são seu maior apanágio, resultam do nobre ideal defendido no campo de batalha”.¹⁴

Hernâni Donato revela-nos uma passagem curiosa, ilustrativa do ímpeto revolucionário a que chegavam os voluntários paulistas:

“O soldado Sebastião Almeida Pinto, voluntário atuando no Sul anotou em seu diário: ‘25 de agosto – o pessoal passou o dia limpando o armamento. Os fuzis velhos e descalibrados, os FM e a única metralhadora pesada foram postos em condição de atirar...’ (...) ‘Unicamente iriam (para as trincheiras) os que tivessem armas. Uma boa parte teria que ficar. Mas como ficar se todos queriam ir? Ernani Lacerda de Oliveira, que não tinha fuzil, dirige-se a um soldado pobre e diz-lhe: “Tome 100 mil-réis e dê-me seu fuzil. Eu quero ir para as trincheiras!” (...) O soldado respondeu: Nem por 500...”¹⁵. Segundo Donato, não se trata de literatura, é depoimento.

Na obra “Carne para canhão”, Clóvis Gonçalves¹⁶, testemunha do conflito, tendo atuado ao lado das forças legalistas, assume um tom fortemente crítico ao movimento paulista. Entretanto, sua perspectiva é interessante, pois, em determinadas passagens, permite entrever a coragem ou covardia como elementos meramente circunstanciais em uma guerra. Ao discorrer sobre a batalha do rio Itararé, Gonçalves

¹⁴ De Paula, Jesiel. Op. cit. p.192

¹⁵ Donato, Hernani. Breve História da Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo, Ed. Lerlisa, 1997. p. 79.

¹⁶ Gonçalves, Clóvis. Carne para canhão! O front em 1932. Rio de Janeiro, Ed. Renascença, 1933, p.124.

observa: “Nas trincheiras reacionárias (...) havia em parte voluntários das academias de São Paulo, enquadrados pelos soldados da Força Pública. Assim ficaram vários dias nas trincheiras, alardeando, aos quatro ventos, que ninguém passaria a barreira do rio Itararé. Ao se iniciar, porém, o bombardeio, a valentia de muitos eclipsou-se completamente. Logo aos primeiros, estabeleceu-se o pânico nas trincheiras reacionárias. Os cultos soldados das escolas superiores passaram a gritar, uns aos outros: “sauve qui peut”, utilizando-se da língua estrangeira para garantir a retirada à custa do sacrifício dos soldados da Força Pública.”

Sobre a mesma gente, Clóvis Gonçalves tece um segundo juízo. Interessante observar que sua análise está permeada por um tom classista típico dos autores memorialistas. Ao elogiar o inimigo, passa a reconhecê-lo como um igual à medida em que o identifica como pertencente à determinada classe social, ou seja, “gente da sociedade”, a elite pensante e econômica. Entre os autores memorialistas é comum a narrativa perpassada pelo personalismo em que a citação de sobrenomes é freqüentemente empregada como elemento distintivo e indicativo de valor moral, daí a atribuição de certas qualidades a indivíduos ou grupos, na medida em que são reconhecidos como “gente da sociedade”, “gente de escol”, “a fina flor da sociedade”, etc. Constantemente, os autores memorialistas tentam mostrar os representantes da elite como portadores de qualidades inatas imprescindíveis para o combate, o que incorre em uma visão condicionada ideologicamente, porém ingênua, já que perde de vista a importância do profissionalismo em uma guerra.

Esse aspecto é ilustrado por Gonçalves ao enaltecer a coragem paulista na batalha do Rio das Almas:

“Aqui faça-se justiça – os soldados paulistas resistindo à metralha e as bombas dos aviões; resistindo à artilharia que martelou durante dois dias, com cinco baterias, resistindo até o fim, sendo presos de armas na mão, os soldados paulistas do rio das Almas, criaram jus indefectível a elogios dos próprios atacantes (...) Honra aos 35 prisioneiros do rio das Almas.” (...) “São bem brasileiros como nós. A maioria cursa as academias paulistas. Gente de sociedade. Mostram-nos o morto que transportam com cuidado e veneração. Dizem-nos que era da família Penteado. Morrerá heroicamente. De pé na trincheira, quando todos viam nossos soldados a dois passos, o soldado Penteado ainda lançava granadas sobre os atacantes. Uma bala, atravessando-lhe um dos olhos, prostrara-o sobre a trincheira, o braço estendido para a frente, como se o mesmo depois de morto quisesse continuar a espalhar a destruição por meio de granadas...”

Na literatura sobre a guerra de 1932 relatos como esse são abundantes, o que atesta o espírito beligerante dos paulistas, reflexo, sobretudo, de uma mentalidade que perpassa amplamente a sociedade civil à época, aferrada à defesa da paulistanidade. O estado de São Paulo mobiliza todas as suas forças ao colocar completamente sua economia e sua energia criativa a serviço da guerra ao longo daqueles três meses de fratricídio. Apesar do evidente imprevisto com que orquestraram o movimento de 1932, os paulistas demonstraram ousadia e ampla capacidade de adaptação à adversidade, o que surpreendeu fortemente as forças federais, para as quais as perspectivas ainda eram desalentadoras após mais de um mês de guerra, o que é atestado de maneira fidedigna pela carta do General Góis Monteiro a Getúlio Vargas.¹⁷

Góis não era otimista: - “Progredimos pouco, mas sempre progredimos. Entretanto, julgo conveniente que se não pense em vitória próxima”. Escrevia em 14 de agosto:

“Ao contrário, será útil temperar o espírito para uma guerra perseverante e demorada em consequência da deficiência dos meios de que dispomos para lutar contra o orgulho e o quase fanatismo que a plutocracia paulista cultivava em seu proveito e com absoluto desprezo pelo resto do Brasil ingênuo e imprevidente. Daí, as medidas militares enérgicas que Vossência tem o dever de adotar em nome dos dezenove Estados que apóiam seu governo.

São Paulo está com inferioridade militar, mas colocou sua política, sua indústria, sua economia ao inteiro serviço da vitória. O general Klinger tem em suas mãos a vontade e a organização de sete milhões de homens que, dia a dia, são adrede convencidos que desejamos a destruição e a ruína de seu Estado (...) Enquanto isso vejo muita dispersão de esforços ao lado do Governo. Presentemente, é indispensável que Vossência concentre em suas mãos todas as forças vivas do país e as canalize para a vitória. Esta dominará os outros objetivos, e os vencerá facilmente (...)”.

O General Góis Monteiro demonstra a Vargas a necessidade de reorganizar o Exército Federal: “Enquanto forem deficientes os meios, seremos obrigados a uma estratégia de esgotamento. Mas a que dá resultado é, sem dúvida, a de aniquilamento. Esta precisa ser efetiva”.

Os apelos do general são atendidos com apoio da aviação artilharia moderna, gases e máscaras, munições abundantes, transportes, automóveis e demais apoio

¹⁷ Silva, Hélio. 1932 – A Guerra Paulista. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

logístico. Além disso, em relação ao número de combatentes, as forças federais alcançaram os mais de 100 mil homens contra 30 mil constitucionalistas diretamente em armas. No decorrer dos exatos 84 dias de enfrentamento, as forças federais mobilizaram mais de 300 mil homens, rotativamente, envolvendo tropas do Exército, da Marinha, das polícias militares estaduais e dos “provisórios”, recrutados com a oferta de soldos, verdadeiras milícias que, no Sul, tiveram na guerra uma alternativa ao desemprego e, no Nordeste, à grande seca que atacava a região.

Dessa forma, em meados de agosto fecha-se completamente o cerco ao estado de São Paulo, inclusive com a surpresa completa e terrível dessa guerra, a aviação. O bombardeio aéreo das cidades paulistas causava mortos, pânico e indignação. A cidade de Campinas sofreu dez bombardeios aéreos, causando a morte de civis entre eles uma criança de onze anos. Até mesmo bombas incendiárias eram usadas pela aviação ditatorial na destruição de fabricas e instalações militares.

Em “Palmares pelo avesso”, Paulo Duarte¹⁸ relata a morte de civis pelos vermelhinhos, como eram apelidados os aviões das forças federais: “Os aviões mataram os últimos caipiras de Lavrinhas. Iam-se retirando para Cruzeiro, fugindo ao bombardeio da povoação, quando o pequeno grupo foi atacado. Dois caboclos e uma criança ficaram estendidos ao lado da estrada”.

Informado dos bombardeios, o idoso governador paulista, confortavelmente instalado no Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo estadual, lançou um manifesto condenando o ataque aéreo:

“Nada de recuos e temores, Suportem-se os reveses. A pertinácia é fonte segura de ressurreições. Todos devem continuar de pé e de armas na mão. Vence-se um exército, mas não um povo livre.

Eu confio inabalavelmente na vitória de São Paulo pelo Brasil unido.

O movimento constitucionalista em que teve o valoroso Mato Grosso ao seu lado, esta agora esposado por grande parte das populações do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Pará e de outros Estados.

Nada de desfalecimentos!

Para a frente!

Sustentai o fogo que a vitória é nossa!”

¹⁸ Duarte, Paulo Alfeu Dinis Junqueira Monteiro. Palmares pelo avesso. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947, p.142.

Apesar das imprecações fanfarrônicas do velho governador, a realidade era bem diferente, pois a propalada “vitória de São Paulo pelo Brasil unido” tornara-se impossível. O Brasil unira-se, porém, contra São Paulo.

Apesar do esforço titânico da indústria paulista, o exército constitucionalista encontrava-se às voltas com problemas primários de ordem logística, sendo o mais grave a falta constante de munição, um problema crônico para as tropas paulistas.

O coronel Euclides Figueiredo, em suas memórias, relata a angústia de quem se encontrava sob um cerco crescente, sem dispor de condições materiais e humanas para reagir. Prevendo que, com a queda de Barreiro no Vale do Paraíba, o inimigo tentaria retomar o contato que perdera com o Destacamento Andrade, ao mesmo tempo em que forçaria também a frente Salto, o coronel lamenta sua sorte: “...Mas como responder ao ataque? Onde estavam as reservas necessárias? Como ao menos, reforçar as posições, especialmente as do Destacamento Agnelo, tão fracas em defensores, por sua quantidade e qualidade? Já escasseava também o armamento em São Paulo. Crescera a crise de munições, que tanto nos aflige. Providências tinham sido tomadas, afirmava-se, mas nada chegara”.¹⁹

No dia 21 de agosto, o Destacamento Sampaio, sob suas ordens, defendia o Túnel, sob um ataque brutal: “O combate durou cerca de três horas, com um luxo de gasto de munições de artilharia e metralhadoras, por parte dos ditatoriais, capaz de impressionar”. Enquanto isso, os paulistas, sempre que possível, apanhavam no chão os cartuchos já deflagrados e os enviavam a São Paulo para serem recarregados de modo a servirem aos 28.685 fuzis que “por deficientes ou obsoletos, a ditadura entendera desnecessário remover”.

Era uma situação insustentável provocando, em meados de setembro, as deserções e rendições em massa nas fileiras paulistas, que, abatidas moralmente, têm o ímpeto belicista ainda mais arrefecido diante da perspectiva de uma solução política. A notícia da tentativa de armistício é o ensejo para que muitos abandonem a luta, pois a predisposição das lideranças paulistas em retornarem à mesa de negociação é interpretada como mais um atestado da inevitável derrota militar. Segundo o coronel Euclides, os soldados paulistas não são movidos pelo medo ao deporem suas armas, “...

¹⁹ Figueiredo, Euclides de. Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo, Ed. Martins, 1954, p. 204.

não é medo; o medo é rápido e não se prolonga no futuro, é um cálculo, um desfalecimento moral”.

A fase final da guerra civil assume em diversos relatos um tom dramático e melancólico. Em função das deserções em massa, bandos de rapazes desarmados e mal abrigados do frio, apenas com o uniforme de soldado, vagavam a esmo pelos campos ou próximos às pequenas estações ferroviárias do interior na esperança de retornarem ao lar. A situação ficara completamente fora de controle, com relatos de arruaças e saques na retirada das cambaleantes tropas paulistas. O voluntário José Augusto Pupo, de Jundiaí, relata como na retirada de Queluz em fins de Setembro “soldados desnorteados atiravam a esmo pelas ruas da cidade, ou tombavam abatidos pela fadiga e vencidos pelas emoções dos combates”.²⁰

Dada a assimetria entre as forças adversárias, a malfadada revolução constitucionalista já nascera sob o signo da derrota. Desde o início os paulistas estavam isolados, mas a população ainda desconhecia esse fato e era mantida na ignorância pelo alto comando revolucionário que relutava em admiti-lo. Logo no início, no dia 12 de julho, em um manifesto à nação, o próprio Getúlio Vargas esclarecia a real correlação de forças: “As forças mineiras em perfeita colaboração com as do Exército já se movimentam contra os rebeldes. No Rio Grande do Sul o interventor Flores da Cunha e o comandante da Região mobilizam rapidamente as suas forças (...)”.

Mais tarde em suas memórias, o coronel Euclides Figueiredo atribui à falta de colaboração prometida a derrota da Revolução, pois os aliados de São Paulo, ao invés de socorrê-lo, ou secundá-lo “... não tardaram em enviar contra ele as suas hostes”. O antigo Chefe do Estado-Maior do movimento constitucionalista reconhece que a derrota de São Paulo era inevitável, pois “(...) cercado por terra pelas tropas ditas legalistas, por todos os lados, bloqueados pelo mar pela Marinha de Guerra, seria preciso que o seu poderio bélico fosse muito acima de grandioso, para que vencesse contra o Brasil quase em peso”. (p.301)

Para se ter uma idéia do que representou esse esforço de guerra, bastará lembrar que, onze anos mais tarde, quando o Brasil se decidiu a entrar na guerra a favor dos aliados, quase dois anos foram consumidos no preparo de uma força expedicionária, cujo efetivo não era maior que o dos constitucionalistas civis postos nas trincheiras em

²⁰ Pupo, José Augusto. Memórias de um ex – combatente de 32. Jundiaí, Ed. Literarte, 1989, p.67.

menos de um mês. As forças materiais de São Paulo, como a força moral de sua gente, portanto, era de se esperar, haveria de diminuir com o tempo.

Em suas memórias, o coronel Figueiredo faz interessante comentário sobre o erro de se ter prosseguido na luta. Como militar experimentado, era-lhe evidente o equívoco de tratar a logística e a arte da estratégia com espírito de improviso em uma guerra e admite o erro de São Paulo ao não aceitar, ainda em julho, o armistício proposto pelo Governo Provisório:

“A missão Maurício Cardoso, de iniciativa, naquela época, controvertida, não foi convenientemente aproveitada pelos chefes civis da Revolução e pelo seu comando supremo. Se o fora, a luta poderia ter então terminado com a adoção de uma Constituição provisória, conforme era proposto pelo emissário da ditadura, o ex-ministro Maurício Cardoso. Seria uma solução intermediária; meia vitória. Erro prosseguir na luta armada, quando por todos os lados o adversário dava mostras da sua superioridade numérica e de recursos crescentes, os quais não poderíamos superar somente com a bravura da nossa gente, na esperança de que outros Estados viessem ainda a acompanhar São Paulo”. (p.198)

No entanto, São Paulo optou por continuar a guerra, e o trágico saldo de vítimas é ainda mais consternador ao constatarmos a inutilidade do sacrifício.

Obviamente, tal afirmação pressupõe a compreensão das reais motivações por trás do movimento paulista de 1932. Movimento cujo apanágio é a defesa intransigente do retorno do Brasil à ordem constitucional.

As memórias escritas a favor da Revolução Paulista acentuam a necessidade da legalidade constitucional e buscam, de várias maneiras, justificar a legitimidade e importância da causa da Constituição.

O que predomina nessa temática é o apelo à necessidade de uma assembleia constituinte ou a exigência de uma imediata constitucionalização, sem maiores explicações ou justificativas. Quando são apresentadas razões ou motivos para as reivindicações, não chegam a ir além das generalidades. A constituinte e a constituição são defendidas, porque paira no ar a convicção que a ditadura não está disposta a cumprir sua palavra e a seguir o calendário eleitoral.

O Governo Provisório em decreto de 24 de fevereiro de 1932 institui o voto feminino, o voto secreto e a apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos passam à alçada da justiça eleitoral. De acordo com essas determinações é que se realizou a eleição legislativa de maio de 1933. Porém, na maioria dos casos, o discurso

revolucionário paulista simplesmente ignora essas medidas do governo federal e afirma de forma incisiva, mas ao mesmo tempo vaga a necessidade de uma constitucionalização imediata do país.

É evidente na bibliografia a forma generalizada dos apelos à Constituição, não havendo nenhuma preocupação em se debater, por exemplo, a natureza da mesma, a que modelo de sociedade irá servir, ou outras questões semelhantes, inerentes aos debates constitucionais. Como demonstra Bezerra, a tônica generalizante pressupõe um modelo de Estado já aceito como o único possível: o liberal burguês, que se contrapõe ao Estado centralizado e intervencionista delineado pelo Governo Provisório. Daí a defesa veemente pelos paulistas do retorno à Constituição de 24 de fevereiro de 1891, que ao pautar pelo federalismo, serve de sustentáculo à hegemonia paulista ao longo da República Velha.

Entretanto, com o fim da guerra, novos ajustamentos começam a se processar, de maneira a tornar satisfatória a convivência entre Vargas e a plutocracia paulista: “A 18 de novembro, o barco Siqueira Campos entra a barra de Lisboa. Leva 58 exilados. Mandá-los para Portugal, a terra onde o exílio menos deve pesar para um brasileiro, foi interpretado como aceno e gesto de boa vontade de Vargas. De fato, em outubro de 1932, Getúlio Vargas tratou São Paulo bem melhor do que em outubro de 1930. Aliciante, atraiu pelos perdões, as distinções, as nomeações, os empregos. No encerrar 1933 podia-se contabilizar no Rio, servindo ao governo Vargas, mais paulistas derrotados meses antes, do que em 1931 membros do Partido Democrático, vitorioso no ano anterior”.²¹

Nessas aproximações e recomposições, a concepção de sociedade e de Estado defendida pelos liberais se adapta às exigências de um novo período. As atitudes autoritárias de Vargas recrudescem a partir do final de 1934, com os aplausos e o apoio do governo paulista e das associações das classes conservadoras. É instituída a Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso em abril de 1935, representando o primeiro golpe à Constituição promulgada no ano anterior. Diante da expansão dos movimentos sociais nesses anos, a burguesia, temerosa, apóia as medidas que visam conter os “distúrbios das hordas arruaceiras e comunistas”.

Dessa forma, no final de 1935, a Intentona Comunista e os movimentos reivindicatórios dirigidos pela ANL servem de justificativa para a repressão policial e

²¹ Donato, Hernâni. Op. Cit. p.90

patronal. Sindicatos não oficiais são fechados e se efetuam prisões de líderes operários e dissidentes. A LSN, o estado de sítio e o estado de guerra, aprovados sucessivamente pelo Congresso reprimem rigorosamente todo e qualquer movimento organizado. Pelegos são infiltrados nos sindicatos operários. Enquanto isso, Felinto Muller na chefia da polícia utiliza métodos brutais, antecipando o clima do Estado Novo com torturas, mortes e desaparecimentos. (Bezerra, 1990)

Os políticos “liberais” de São Paulo apóiam e colaboram fortemente com a repressão. Plínio de Abreu Ramos descreve como Vicente Rao, um dos entusiastas articuladores da Revolução de 32 e defensor declarado dos princípios liberal-democráticos, torna-se um dos principais colaboradores dos citados instrumentos de exceção. Como ministro da justiça de São Paulo no governo federal, o “liberal” professor de direito: “(...) não cooperou apenas com sua assinatura para formalizar a ação desses instrumentos repressivos. A elaboração dessas leis foram de sua irretroatável responsabilidade, conscientemente dividida com a cumplicidade da bancada armandista na Câmara Federal e no Senado, toda ela composta de antigos democráticos e dissidentes republicanos, que em 24 de fevereiro de 1934 fundaram o Partido Constitucionalista”.²²

Embora a princípio contrária à intervenção do Estado na economia, a burguesia liberal paulista não só aceita como solicita seu apoio para resolver os problemas da forte crise que assola o país. Esse caráter tipicamente ambíguo do burguês liberal se revela em seu discurso ora democrático ora autoritário, em parte moldado pela necessidade de adaptação política às sucessivas crises do sistema capitalista como a que acometia o cenário internacional à época. Nesse sentido, é possível compreender porque os ideais de Constituição, estado de direito, liberdade etc, que compõem o arcabouço ideológico da Revolução Constitucionalista, desmancham-se no ar quando se estabelece a reaproximação da burguesia paulista com o governo de Getúlio Vargas. Ao assumir atitudes arbitrarias para a defesa de seus próprios interesses, os liberais paulistas elaboram novas justificativas, de modo a se adaptar às novas realidades econômicas e sociais, perpetuando assim a dominação de classe.

É necessário, sobretudo, compreender a Revolução de 1932 como um desdobramento da Revolução de 1930, opondo facções de uma mesma classe social, a oligarquia. A diferença fundamental é, em 1932, a cooptação em larga escala das

²² Ramos, Plínio de Abreu. Os partidos políticos e o Estado Novo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980, p.164.

demais classes sociais (sobretudo a classe média) que “nem de longe atinam com o que se passa nos recônditos dos quadros políticos e dos grandes interesses econômicos”. Como afirma Bezerra:

“Esses mesmos mecanismos se reproduzem com frequência no Brasil. As revoluções se sucedem, os golpes e contragolpes povoam a vida política. Como essas não são as revoluções do povo, da classe dominada, elas pouco significam para a trajetória de sua libertação. São movimentos e revoluções que manifestam a história das artimanhas dos poderosos que sabem envolver importantes segmentos da população cooptando-os para o seu projeto de dominação e conseguindo manter a grande maioria da classe dominada em uma passividade aparentemente consentida. A revolução do povo ainda não aconteceu”. (p.118)

Compreender, portanto, o que se passa “nos recônditos dos quadros políticos” que engendram o movimento de 1932, pressupõe maior conhecimento sobre as forças políticas dominantes no Brasil na virada dos anos 1920 e 1930. Nesse sentido, podemos elucidar o significado de movimentos como Revolução de 1930 e 1932, a partir da compreensão de qual grupo social foi protagonista desses movimentos e tentar distinguir se esses movimentos realmente são eventos representativos de uma “revolução burguesa” no Brasil, ou mero continuísmo político nos embates entre facções da classe oligárquica pela alternância de poder, afinal, “os golpes e contragolpes povoam a vida política” no Brasil.

1.2. Uma coalizão de malhas frouxas

A revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, fato ocorrido em função de uma crise no arranjo político segundo o qual caberia a Minas Gerais a sucessão do paulista Washington Luís, uma vez que este pretendia eleger seu conterrâneo Júlio Prestes. Os principais estados entram em conflito: Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra São Paulo e o governo federal. Através de eleições fraudulentas, o candidato oficial e paulista ganha as eleições, porém, termina por perder o poder para Getúlio Vargas.

A Aliança Liberal representa uma integração paradoxal das oposições. Isto se deve ao fato de congregar um amálgama de tendências contraditórias e, no entanto complexas. Segundo Skidmore, dois fatores distinguem os acontecimentos de 1930 de todas as lutas precedentes pelo poder, na história da República. Em primeiro lugar, os

revolucionários de 30 arrombaram uma porta aberta, pois, a estrutura republicana criada na década de 1890 sucumbe sob o próprio peso de suas dissensões internas e da pressão de uma gravíssima crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político. Os vários grupos políticos descontentes com o sistema vigente e a diversidade de soluções propostas “variavam enormemente numa coalizão de malhas frouxas contra a liderança situacionista da República Velha”.²³

A plataforma da Aliança Liberal é vaga e imprecisa, colocando-se como solução superficial que tudo abrange e a todos procura atender. Seu discurso é permeado por uma retórica moralizante e de incremento das instituições políticas sem esclarecer os mecanismos pelo qual operaria essa reforma, sendo que, em relação ao governo, o protesto é contra os “atos de usurpação moral”. Em relação ao operariado e à questão social o discurso é brando, pois se constata que o problema social existe, mas “nada tem de grave ou de inquietador” e a solução está nas leis do Bureau Internacional do Trabalho. Aos Estados acena-se com reforma eleitoral que corresponda “às necessidades e aspirações do país” e que seja “a exata representação das opiniões políticas”. Aos partidos prometia-se a separação dos poderes público e partidário, numa demonstração dos malefícios dos partidos republicanos.²⁴

O discurso difuso da Aliança Liberal é reflexo de sua composição interna, onde a forçosa acomodação de interesses diversos e antagônicos, formando essa “coalizão de malhas frouxas”, impõe a busca de um denominador comum, formado pelos princípios enumerados acima, sem que, no entanto, representem um conjunto de idéias circunscritas e fundamentadas ideologicamente.

“A República contara, em sua implantação, com uma elite de bacharéis e militares idealistas, além de razoável uniformidade de propostas. Todavia, a Revolução de 1930 constituía-se num amontoado de tendências divergentes, não possuindo inicialmente para guiar-lhes a ação reconstrutora, princípios orientadores ou quaisquer postulados ideológicos definidos e propagados que sintetizassem as aspirações dos que a tinham preconizado”.²⁵

²³ Skidmore, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972, p.26.

²⁴ Carone, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Ed. São Paulo S A, 1965.

²⁵ Estado Maior do Exército. História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Cap. V, Revolução de 1932. Brasília: Fundação IBGE, 1972. In: De Paula, Jesiel. Op. Cit. .p.61.

Em São Paulo, a Revolução de 3 de Outubro contou com forte apoio, tendo o Partido Democrático por braço político além da adesão dos militares da Força Pública e unidades do Exército. O apoio do PD à chapa Getúlio Vargas – João Pessoa deu-se já em setembro de 1929, entusiasmado com as bandeiras que falavam em anistia, voto secreto e moralização administrativa. Após a derrota nas eleições, o PD apóia os preparativos da revolução de outubro, vislumbrando a possibilidade de conquistar o poder em São Paulo.

Órgão oficial de imprensa do PD, o Diário Nacional, um dos jornais de oposição de maior prestígio em São Paulo, afirma, sobre Vargas, que suas qualidades “seduziram o povo paulista, que em vós enxerga o Messias de há tanto esperado”. Esse mesmo periódico ainda da ocasião das eleições de março de 1930 publica artigo de Mário Pinto Serva, um de seus articuladores e membro da liderança do PD: “Tudo que o Brasil vem sofrendo de 10 anos a essa parte é, direta ou indiretamente, de autoria do Sr. Washington Luís, o homem apocalipse, o procriador e engendrador de todas as catástrofes que tem caído sobre o Brasil”.²⁶

Segundo Borges, após a vitória definitiva do Movimento de Outubro, o entusiasmo que o jornal demonstra com a visita de Getúlio Vargas a São Paulo parece querer indicar que a Revolução foi concretamente obra do PD, pois consideram Vargas como “... o grande reformador que vencendo masculamente todos os tropeços, aí está para realizar serena, mas inflexivelmente, a obra de reconstrução do país de que a Revolução vitoriosa foi o primeiro e decisivo passo (...), vai ingressar na galeria dos grandes varões da pátria como o paladino da liberdade e da verdadeira democracia (...)”. São Paulo venera Getúlio com a mesma intensidade com que cultua a memória de João Pessoa. Segundo Borges, isso era dizer tudo, naquela época em que João Pessoa se tornou símbolo e o estopim da Revolução.

Em apoio à plataforma de Getúlio Vargas – João Pessoa, o jornal O Estado de S. Paulo, outro influente jornal da oposição em São Paulo elogia todos os pontos em comum que a plataforma apresenta com o “projeto para o Brasil” que o jornal sempre defendeu. Defensor de Vargas, a quem apontava como “paladino de uma renovação”, o considerava como o único apto a implantar um programa de modificação dos processos políticos e administrativos, pois, “(...), os seus atos são fiadores de suas palavras (...),

²⁶ Borges, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1979, p. 110.

retrata com fidelidade a situação e adota para aperfeiçoá-la o que de melhor existe nas democracias contemporâneas”.²⁷

Eram conhecidas as ligações de Júlio de Mesquita Filho²⁸ e o grupo do Estado com os tenentes, especialmente com Siqueira Campos²⁹, tendo o tenentismo ampla cobertura. Havia uma clara identificação do jornal com o discurso de reforma administrativa e moralização da cultura política propalado pelos tenentes. Apesar de pautar por um discurso pacifista contra “a força bruta das armas”, o Estado de S. Paulo teme a revolução, mas defende de maneira veemente a Aliança Liberal como uma necessária oportunidade de reforma política.³⁰ Em 25 de outubro anuncia com entusiasmo na primeira página: “O Brasil respira (...) vamos criar de novo a República que os políticos destruíram (...), o regime da autoridade dentro da ordem e do governo dentro da justiça (...), é uma nova era que se inicia. É um Brasil novo que surge”.

O jornal Correio Paulistano, representante do Partido Republicano Paulista, da situação, portanto, foi o único a tecer críticas ferrenhas a Getúlio Vargas, mas os membros do partido que ele representa não deixam, já em novembro, de prestar seu apoio ao delegado militar da Revolução de Outubro. Paulo Nogueira Filho narra o fato bastante revoltado: “João Alberto segredou-me que as adesões ao seu governo vinham em massa. Ia aceitar a do jornalista Plínio Salgado”. Depois mostra João Alberto que “rodeia-se de elementos da plutocracia paulista e estreita, às escâncaras, relações com os decaídos carcomidos”.³¹

Apresentar-se como sinônimo de renovação política permitiu à Aliança Liberal uma forte inserção não apenas em meio às facções políticas de oposição, mas também em meio a amplas camadas da população. Mesmo a derrota nas eleições pôde ser usada como justificativa para a insurreição de outubro, uma vez que, propalada como consequência das fraudes dos perrepistas, só restaria recorrer às armas. Este argumento gozou de legitimidade frente a amplos setores, insatisfeitos com décadas de desmandos do Partido Republicano.

²⁷ Borges, Vavy Pacheco. Op. cit. p. 102.

²⁸ Era proprietário do jornal O Estado de S. Paulo mantendo a linha oposicionista ao Partido Republicano Paulista. Amigo de Siqueira Campos, abrigou-o em sua fazenda, quando de sua fuga da prisão em janeiro de 1930. Em 1932 Júlio de Mesquita Filho foi um dos principais articuladores do Movimento Constitucionalista.

²⁹ Um dos principais líderes tenentistas, conhecido como “herói de Copacabana”, por ter sobrevivido ao episódio conhecido como “Os 18 do Forte de Copacabana”.

³⁰ Aqui podemos observar o típico caráter ambíguo do burguês liberal, que será discutido adiante.

³¹ Nogueira Filho, Paulo. Apud: Borges, Vavy Pacheco. Op. Cit. p. 99

Em São Paulo há forte apoio popular à chapa Getúlio Vargas – João Pessoa. No período das eleições, há ampla cobertura da imprensa à visita de Vargas, e o entusiasmo popular dá início ao “queremismo”, com o povo durante horas nas ruas sob forte chuva, aclamando o candidato da Aliança Liberal aos gritos de “queremos Getúlio”. Ao analisar as imagens fotográficas desse episódio De Paula observa: “Essas imagens feitas em 28 de Outubro de 1930 registram a recepção apoteótica que teve em São Paulo a Vanguarda Revolucionária, liderada por Miguel Costa. Naquele dia, uma grande parcela da população paulistana se comprimia defronte da Estação Ferroviária da Sorocabana, que por ironia do destino, viria a se chamar Estação Júlio Prestes”.

As manifestações e festejos prosseguiram por todo o estado de São Paulo, o Diário do Povo de Campinas publica um artigo sobre as comemorações realizadas por ocasião do primeiro aniversário da revolução de outubro. Descrevendo o aspecto festivo da cidade, e as comemorações que prosseguiram até a noite o jornal relata: “ (...) Como estava anunciado, realizou-se na Sede do Partido Democrático uma sessão cívica, comemorativa da vitória da Revolução”.

Ironicamente, menos de onze meses após essas festividades pró-revolução, Campinas seria cercada e bombardeada por esquadrilhas de aviões a serviço da mesma revolução de outubro.

Essa é justamente uma questão intrigante sobre o episódio de 1932, uma vez que, a opinião pública no estado de São Paulo mudou radicalmente em pouco tempo, engajando-se em peso em um movimento armado enquanto Getúlio Vargas, em menos de um ano, de “paladino da revolução” passou a ser considerado figura execrável pelos paulistas.

Para compreender os interesses regionalistas que desencadearam a guerra civil de 1932, opondo facções da classe dominante brasileira, sendo as classes dominadas utilizadas como mera massa de manobra, é necessário compreender um pouco mais da complexidade por trás dos grupos políticos que se aglutinaram em torno da liderança de Getúlio Vargas e seu antagonismo em relação à elite paulista, hegemônica na política brasileira ao longo da República Velha.

Analisando os principais grupos políticos e seus representantes responsáveis pela revolução de outubro, veremos que a Aliança Liberal era um amálgama, como reconhecia o próprio Vargas, de homens com idéias e passados os mais diversos. Entretanto, nenhum deles defendia algo próximo de uma revolução na acepção marxista do termo, algo totalmente impensável dentro do ideário do movimento de 1930.

Como nos mostra Fausto³², o grupo aliancista mais forte, composto por quadros relativamente jovens da política gaúcha, não era ligado a setores urbanos e industriais, seja por suas origens, seja por influência do meio cultural em que vivia, o que o impedia de representar uma suposta vanguarda política e ideológica. Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e Batista Luzardo eram de tradicionais famílias de poderosos estancieiros. Osvaldo Aranha, gaúcho, era ligado à família de fazendeiros paulistas, sendo sobrinho do senador Freitas Vale, paulista e amigo de Washington Luís.

Os políticos mineiros que apóiam a Aliança Liberal e, posteriormente, as articulações revolucionárias como Antônio Carlos, Artur Bernardes, Francisco Campos e o “tenente civil” Virgílio de Melo Franco têm sólidas raízes na vida política e provêm de famílias tradicionais.³³

Os principais articuladores políticos do Movimento de 1930 são, portanto, oligarcas, cuja retórica modernizante se dá em nível da reformulação das instituições políticas, mas sem maiores preocupações quanto a alterar a base econômica e social, daí como observa Fausto, a ausência de qualquer perspectiva industrializante nos representantes gaúchos:

“A tal ponto, na consciência de alguns homens da época, os quadros políticos gaúchos, articuladores da Revolução de 1930, apareciam desvinculados de interesses industrialistas, que se chegou mesmo a associar estes quadros, pura e simplesmente, ao meio rural.”³⁴

“O Rio Grande do Sul, até agora, não tivera uma atuação exclusiva e preponderante na direção do país. Quiseram os maus fados desse nobre Estado, que, no momento de realizá-la, viessem exprimir-lhe as qualidades, homens representativos da sua vida campestre, ao invés da civilização urbana dos pampas. Por isso assistimos, no governo do Brasil, a uma mentalidade puramente pastoril, com todos os traços de sua larga incapacidade (...). De fato, se a identificação dos representantes políticos gaúchos com o meio rural é, no texto apontado, uma arma ideológica de que se serve o autor para apontar as raízes ecológicas da “incapacidade gaúcha”, cuja versão posterior seria o “caudilhismo inato dos homens dos pampas”, uma tentativa de estabelecer relações entre os quadros políticos do Rio Grande do Sul e interesses industriais não têm qualquer consistência.

³² Fausto, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e História. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976.

³³ Fausto demonstra, de forma breve, a genealogia de alguns dos principais articuladores mineiros da Revolução de 1930, cujas famílias eram influentes já no tempo do Império. Op.Cit.

³⁴ Aqui Fausto cita Sodré, Alcindo. A Gênese da Desordem. Rio de Janeiro, Ed. Schimidt, p.113.

No caso mineiro, não obstante existir um núcleo industrial de alguma significação em Juiz de Fora, a que estaria ligado Antônio Carlos, é flagrante a predominância da grande propriedade rural e dos grupos sociais que dela derivam seu domínio”. (Fausto, 1976: 42)

O braço armado da revolução de 1930, representado pelo grupo tenentista, tampouco vai além de tendências reformistas acompanhadas de uma tônica autoritária. Consistindo em um movimento político e ideologicamente difuso, seus poucos escritos são incapazes de transcender a defesa do mero reformismo jurídico-político, no que coincidem com os ideólogos liberais de oposição. Conservadores, não se interessavam em suprimir ou inverter a ordem social e assim abrir espaço a conflitos, pois, as questões sociais deveriam ser tratadas sob o primado da razão, cabendo à revolução o papel de regenerar a sociedade sem subvertê-la.

Ainda que paulatinamente, o Brasil tome o rumo da urbanização e industrialização crescentes após a década de 30, o fato é que a estrutura fundiária continuará presente como sempre foi desde a república velha. Como afirmou o então Presidente do Estado de Minas Gerais Antônio Carlos de Andrada: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. A revolução de 1930 significou um processo de modernização sem mudança. Foi uma transformação sem mudanças. Um rearranjo das forças políticas e econômicas internas mais adequado à situação de grave crise do mercado mundial, imerso em profunda depressão econômica.

Segundo Raymundo Faoro, ao longo de sua história o Brasil transformou-se, novas tecnologias surgiram, o mundo mudou, mas o estamento burocrático que o governa se manteve imutável: “Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária, embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando”³⁵. Faoro se refere a um estamento burocrático originado na formação do Estado português dos tempos dos descobrimentos, senão antes, e que se incorpora naquilo que ele chama de o “patronato político brasileiro”, compondo um grupo social a exercer o poder político em causa própria, dominando a máquina política e administrativa do país, através do qual deriva seu poder, prestígio e riqueza. Daí em relação às dissensões internas desse estamento burocrático enquanto grupo - caracterizadas em conflitos como “revoluções de 30 e 32” - seguirem-se períodos de

³⁵ Faoro Raymundo. Os Donos do Poder. Vol. 1 e 2. São Paulo, Ed. Globo, 1991. p.336

acomodação de interesses, em que a rivalidade cede facilmente lugar à aliança, contanto que se mantenha a proximidade com o centro do poder. Isso explica o fato de, após a Constituição de 1934, existirem mais paulistas no governo de Getúlio Vargas do que ao longo do Governo Provisório. Bastou que houvesse o reconhecimento mútuo de que as semelhanças se sobrepujam às diferenças.

Na dança das cadeiras do processo “revolucionário”, os grupos que se sucedem se diferenciam muito pouco: “Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse”.³⁶

Para Luís Carlos Prestes são idênticos os propósitos das oligarquias em lutas, pois propugnam pela revogação das leis de opressão, e, no entanto, “não houve dentro da Aliança Liberal quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o país, durante a última campanha eleitoral e, no próprio Rio Grande do Sul, em plena fase eleitoral, foi iniciada a mais violenta perseguição aos trabalhadores em luta por suas próprias reivindicações”.³⁷

Se como menciona Prestes, são idênticos os propósitos das oligarquias em luta, o clímax dessa luta se dá na guerra civil de 1932, conflito que representou um dissídio entre facções de uma mesma oligarquia.

O grande estado arquiteto do movimento de 1930, Rio Grande do Sul, após décadas de preterições e protestos, não perderia a oportunidade de manter o afastamento político de São Paulo, catalisando o apoio de outras regiões insatisfeitas além de grande parte dos militares. Considerando a paulatina ocupação militar de São Paulo ao longo dos dois primeiros anos de Governo Provisório, afastando a antiga classe dirigente paulista, é evidente que o gérmen da guerra surgiu em outubro de 1930, opondo facções de uma mesma classe dominante.

Destituída de seu antigo poder, a classe oligárquica paulista não poderia deixar de deflagrar a guerra, trazendo para sua órbita a fração de classe representada pelos industriais - da qual na verdade era indissociável - e a classe média. A classe média não só é utilizada no conflito, como seus intelectuais são os grandes responsáveis por elaborar a argumentação veiculada em prol do Movimento de 32, reforçando o arcabouço ideológico estruturado segundo os interesses da classe dominante. Enquanto isso, o operariado é esquecido, para não dizer calado em suas lideranças mais

³⁶ Faoro, Raymundo. Op. Cit.

³⁷ Manifesto de Luís Carlos Prestes. In: Malta, Octavio. Os Tenentes na Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969, p.126.

combativas, sendo apresentado pela classe dominante como favorável ao movimento constitucionalista, pois a ele não se opõe e trabalha ordeiramente nas fábricas em um abnegado serviço de retaguarda. Dessa forma, a elite constrói argumentos de maneira a dissimular a forte repressão policial a que foram submetidos os operários paulistas, argumentos esses, encampados posteriormente por diversos autores memorialistas favoráveis ao movimento.

A classe dominante paulista consegue, portanto, seu intento ao orquestrar com sucesso os meios de comunicação de massa como jornais e rádios, no sentido de influenciar a opinião pública. Em menos de um ano consegue, em São Paulo, a condenação da Revolução de 1930 e da ditadura, que antes haviam sido aplaudidas, na pessoa de Getúlio Vargas e passaram a ser execradas como “manchas na História do Brasil”. A partir dessa correlação quase maniqueísta, é justificado um movimento armado, onde os interesses da classe dominante estão muito bem encobertos pelos apelos à causa comum, à paulistanidade, na necessidade de uma Constituição e por outras manifestações sentimentais e retóricas compondo o ideário do movimento paulista de 1932.

Compreender esse ideário torna necessário um maior conhecimento sobre o pensamento político da classe dominante paulista, que, apesar de dissensões internas, se coaduna em uma mesma visão de mundo.

1.3. “Carcomidos” X “Ilustrados”: duas faces da mesma moeda

Fundado em 1926, o Partido Democrático propunha um programa que pretendia a moralização do processo eleitoral através do voto secreto, a modernização do sistema de ensino e a ausência de representação política da classe operária. Atacava ferrenhamente a oligarquia perrepista (carcomida) e pretendia ser a alternativa para a crise, através de uma “elite ilustrada”. Entretanto, como aquela, os “ilustrados”, pautando pelo liberalismo, acatavam idéias evolucionistas que, ao aceitarem o movimento da sociedade como inexorável, estabeleciam as igualdades e desigualdades sociais como fatos consumados. Assim, como os “carcomidos”, admitiam não estar a sociedade (povo) preparada para a democracia.

Nesse aspecto, ilustrados e carcomidos prestavam conta à arraigada tradição autoritária da política brasileira, apesar de pautarem seu discurso pela defesa da democracia apoiada em princípios liberais. É preciso antecipar, entretanto, que o

liberalismo não é sinônimo de democracia, constituindo-se em teoria de dominação social e, portanto, é autoritário.

As reformas propostas pelos liberais tinham um limite bem preciso: a propriedade particular, constituindo-se os principais jornais em porta vozes da classe dominante:

“Façam-se reformas para estabelecer maior igualdade entre os cidadãos, amparar os fracos contra os fortes, estender ao proletariado todos os benefícios da civilização, para dar maior justiça e imprimir moralidade aos negócios públicos, mas nada se faça que abale a solidez das instituições familiares, ou que torne incerto e vacilante o direito de propriedade” (o Estado de S. Paulo, 9/8/1931).

No liberalismo, a propriedade é definida em autores paradigmáticos como Locke, como um direito natural do homem, sendo esta a noção fundamental que orienta o conjunto de princípios (liberdade, igualdade, vontade, justiça, necessidade, trabalho) expressas nos discursos da classe dominante paulista através de seus periódicos.

Como demonstra Capelato³⁸ ao discorrer sobre Locke, na concepção liberal o homem se constitui no movimento de apropriação, quando põe a si mesmo na natureza e a recolhe de volta como algo seu, só o proprietário existe na “comunidade dos humanos”, os que se deixam ficar inativos caem na ordem dos inferiores, justificando, assim, seu jugo e exploração por outros.

Esta concepção hierarquizada imprime à sociedade uma visão organicista, em que a classe dominante é o cérebro e a classe trabalhadora os músculos, ambos complementares na formação de um todo harmonioso, e, portanto, igualmente imprescindíveis na construção da prosperidade alicerçada no trabalho e na defesa da propriedade. Entretanto, essa imagem revela uma hierarquização óbvia, pois, à “comunidade dos humanos” pertencem aqueles que pensam, ou seja, os homens-cérebros. Na retórica liberal da época, há a tendência a marginalizar a classe trabalhadora como sujeito político, sendo o povo muitas vezes definido como “laborioso”, mas “não civilizado”.

João Cabanas, em 1932, referindo-se pejorativamente à classe dominada, afirma:

“Um analfabeto pode ser guerreiro, não será nunca um cidadão (...) Toda constituição política é feita, utilizada e aperfeiçoada quotidianamente pela parte da nação que pensa, estuda, age. É a parte alfabetizada que defende e zela por aquilo que é

³⁸ Capelato, Maria Helena. Os Arautos do Liberalismo; Imprensa Paulista (1920-1945). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989, p.23.

nosso. E essa parte alfabetizada, no Brasil, pelo menos, é liberal, democrática. Portanto, essencialmente, o Brasil é também liberal, democrático”.³⁹

É fácil se perceber a força dessas opiniões em um país de aproximadamente 70% de analfabetos.

“(…) a teoria da igualdade contém os elementos que alicerçam uma teoria da desigualdade (...) a lei, que em seu discurso aparece como expressão da homogeneidade reinante no estado de natureza, de fato encobre as oposições e conflitos sociais. Ela protege os que detêm os atributos de humanidade e reprime os que estão fora dessa classe. Assim, dá-se o deslizamento da igualdade para a desigualdade justificada: a afirmação da sociedade igualitária é imprescindível para fundamentar a sociedade desigual. A teoria da comunidade originária, da homogeneidade do todo, é necessário para o estabelecimento da dominação de classe” (Capelato, 1989:75).

O acentuado despreparo do povo seguia sob o peso do autoritarismo delegando às elites e ao Estado a capacidade de controlar politicamente a sociedade, daí o liberalismo em São Paulo e no Brasil colocar-se como um projeto eminentemente autoritário. Nesse ponto, tanto democráticos como perrepistas prestavam conta à velha tradição da política brasileira. O documento público de agosto de 1924⁴⁰, assinado por intelectuais opositores representantes da elite ilustrada é esclarecedor em mais de um aspecto. O seu objetivo era denunciar as fraudes eleitorais dos perrepistas e, no entanto, traz em si, de forma emblemática, o modo como a classe trabalhadora era apreendida pelos liberais paulistas. Dizendo-se preterida pela situação em seu acesso ao poder, a oposição oligárquica questiona o direito de voto das classes populares, mera massa de manobra em sua opinião:

“Ao lado dessa massa bruta, desse músculo inconsciente, ao qual a lei dá funções de cérebro, mas que permanece músculo, visto como acima das leis humanas estão as leis naturais, ao lado dessa multidão ignara, verdadeiramente bestial, vi a elite do país, a parte culta, a parte cérebro, a parte pensante, a parte nobre por excelência, conservando-se na mais rigorosa abstenção. De modo que entre nós vota quem não tem direito natural de voto, porque não possui capacidade natural de voto; e não vota

³⁹ Cabanas, João. Os fariseus da revolução. Rio de Janeiro, Ed. Freitas Bastos, 1932, p.43. O tenente João Cabanas foi revolucionário desde os tempos da Revolução de 1924 e da Coluna e participando da Revolução de 30, com a qual rompe passando a tecer críticas e apelando pela reconstitucionalização.

⁴⁰ Manifesto do Partido da Mocidade (base do Partido Democrático. In. Casalecchi, José Ênio. O Partido Republicano Paulista (1889-1926). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p.278.

justamente quem devia votar, isto é, quem possui a capacidade natural de voto, com base na cultura e no discernimento...” (...)

“O raciocínio geral é este: se meu voto, estudado, ponderado, calculado, livre, tem de ser anulado pelo voto do meu criado, que é um imbecil, sem discernimento nem cultura, prefiro ficar em casa. E não há outro raciocínio no caso (...)”.

É necessário lembrar que esse manifesto foi assinado por homens que se situaram na vanguarda política e intelectual do Movimento Constitucionalista de 1932, entre eles: João Sampaio, Monteiro Lobato, Plínio Barreto, Mário Pinto Serva, Prudente de Moraes Netto, Paulo Nogueira Filho, Renato Jardim e Joaquim Sampaio Vidal entre outros, futuros arautos do ideal “libertário” de 1932. O manifesto continua:

“O voto secreto opera o milagre de trazer consigo o senso alto. Opera a seleção que é mister, afastando o eleitor inconsciente ou venal e atraindo o voto livre e consciente da elite do país. Que interesse tem em votar, sob o regime do voto secreto, o meu criado, que é um imbecil, se ninguém lhe impõe este ato ou não lhe paga? Impossível como se torna o controle da votação, eliminado está, *ipso facto*, o voto por pressão e o voto por dinheiro; e como os eleitores atuais só vão às urnas movidos por estes dois motivos, claro que a elas não comparecerão jamais. A lei os autoriza a votar, mas eles cessam de ter interesse nisso. Seu interesse era todo subalterno, não era interesse cívico, dada sua incapacidade natural de civismo. E temos assim afastado o músculo boçal da comédia de fingir cérebro”.

Essa é a posição da elite paulista por meio de sua imprensa e intelectuais destacados frente aos dominados. A elite que arrastará as classes populares para uma sangrenta guerra civil em 1932 é a mesma que passa a década de 1920 classificando-as freqüentemente de “imbecis”, “boçais”, “mendigos”, “menores abandonados”, “caipiras indolentes”, “estrangeiros subversivos”, “operários agitadores”, “massa ignorante e bestial”. A violência do discurso apenas reflete as teorias liberais, que sugerem repressão e marginalização social dos elementos “perturbadores da ordem”, pois a sociedade (elites) age contra eles em legítima defesa. Esse discurso permite evidenciar o caráter dominador e violento do liberalismo. Em nome da propriedade, justificam-se todos os meios adotados para preservá-la.

Em apoio ao Movimento de Outubro de 1930, o jornal O Estado de S. Paulo procura tranquilizar seus eleitores garantindo-lhes que “na nova ordem de coisas

reinaria respeito absoluto à vida e a propriedade de todos” (25/10/1930). Dessa forma, preserva-se o fundamento básico da sociedade sem que se altere a estrutura social, ou seja, para os liberais, a revolução popular fora impedida pela revolução conservadora.

Entretanto, os liberais paulistas tiveram suas expectativas frustradas ao esbarrar nos líderes tenentistas e a ocupação militar de São Paulo. Afastada do poder, a elite paulista não podia admitir que o estado mais rico da federação, responsável por 40% da renda do país, perdesse a liberdade de gerir os próprios negócios. Rebelou-se contra os impostos e restrições alfandegárias entre os estados por restringirem o livre trânsito dos produtos nacionais. Com a centralização pretendida pelo Governo Provisório, São Paulo deixa de “ser o que é, caindo das alturas econômicas a que pelo seu esforço e capacidade de trabalho conseguiu subir” (OESP, 27/02/1932).⁴¹

Para a elite paulista, o reformismo do Governo Provisório poderia estimular a revolução futura do proletariado organizado. É importante ressaltar que a questão operária é um dos principais focos do conflito entre o Governo Provisório e a burguesia liberal paulista, que não vê com bons olhos a investida centralizadora daquele através de leis sociais e regulamentação da vida sindical, vistas pelos liberais como tentativas socializantes propícias à disseminação do comunismo.

Sua oposição reflete a defesa de interesses manipuladores disfarçados em princípios liberais de não intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, que devem se regular ‘naturalmente’.

Ao longo do Governo Provisório, o não cumprimento das leis trabalhistas pelos industriais paulistas era constante. Entretanto, as manifestações operárias se sucediam e, em 1932, houve um movimento de greves, principalmente em São Paulo, a que o governo respondeu com violenta repressão.

“A classe operária incomodava e inquietava os constitucionalistas de 32. Durante a revolução, a polícia atuou intensamente nas fábricas controlando os operários e prendendo vários líderes. Os jornais procuraram incutir nos seus leitores a idéia da responsabilidade de Vargas nos conflitos sociais por concitar o levante da classe operária contra a plutocracia de São Paulo”.⁴²

Como demonstra Holien Gonçalves Bezerra em acurado estudo sobre a questão social em 1932, o movimento constitucionalista não foi desencadeado pelos trabalhadores nem a seu favor, e seu silêncio, obtido a um alto preço: “Com as prisões

⁴¹ Capelato, Maria Helena. Op. cit. p.92

⁴² Capelato, Maria Helena. Op. cit. p.117

abarrota das de ‘comunistas’ e ‘operários arruaceiros’, as lideranças políticas paulistas já podem apregoar a paz social reinante nos meses que precedem a revolução, atribuindo a ausência de contestação à colaboração de todas as classes com o movimento pela reconquista dos direitos perdidos”.⁴³

Os liberais paulistas à frente do movimento constitucionalista usam de todos os subterfúgios para ocultar as contradições de classe, fazendo crer em uma sociedade que se quer homogênea. Nos discursos de exaltação ao Movimento, as relações de classe e a conseqüente dominação são reduzidas a uma colaboração abnegada, encobrendo-se as malhas opressoras do modelo político de democracia liberal. Dessa forma, o discurso ideológico dominante reveste-se de generalidade e universalidade procurando anular a realidade das classes e a contradição entre elas, ocorrendo a identificação de uma parte da divisão com o todo, imaginariamente indivisível. Com isso, as idéias da classe dominante passam a ser aceitas como as únicas verdadeiras e validas para o conjunto da sociedade.

No processo de cooptação das demais classes sociais, a elite liberal utiliza mecanismos ideológicos sofisticados e cheios de nuances. Nos discursos que justificam o Movimento, o tempo todo se busca convencer ao povo de que seus interesses são buscados e sua vontade realizada, dessa forma o discurso ideológico desloca a atenção dos mecanismos de dominação utilizados pela classe dominante. O voluntariado é exaltado freqüentemente, situado como a pedra angular do movimento em oposição aos interesses dos políticos, cuja figura passa a ser anulada. Como demonstra Bezerra, de grande ausente que é, o povo passa a ser considerado o orientador dos interesses públicos, suplantando os interesses particularistas da classe burguesa, sendo este um deslocamento explicativo muito usado e que, no caso da guerra civil de 1932, exerce um fascínio somente comparável às alucinações nacionalistas em períodos de guerra internacional.

Em São Paulo, através da violenta repressão aos movimentos operários, consegue-se a “paz social” propícia à “defesa de ideais mais elevados”. Com a liderança operária encarcerada, afasta-se o risco do “perigo vermelho”, não se registrando greves nem movimentos contestatórios a partir de junho de 1932. Com o silêncio dos trabalhadores, sindicatos e jornais operários, consolida-se a “ordem”, sempre ameaçada por “agitadores extremistas”.

⁴³ Bezerra, Holien Gonçalves. O Jogo do Poder – Revolução Paulista de 32. São Paulo, Ed. Moderna, 1990. p.103

A defesa da “ordem” contra o comunismo é uma das bandeiras do movimento de 1932, unindo-se em torno dessa bandeira não só os grupos dissidentes dos setores agrários (PD e PRP unidos na Frente Única Paulista), mas também os representantes do comércio e da indústria, estabelecendo-se a união da classe conservadora com a classe média que adere em massa, assumindo a causa como se fosse sua.

Afonso Schmidt⁴⁴, de maneira perspicaz, ironiza a perseguição dos liberais paulistas aos comunistas, um dos principais pretextos para a guerra:

“Tarcísio subiu a escada do jornal. Lá dentro, pelos corredores, os constas da rua eram repetidos em segredo, embora todos manifestassem um sagrado horror pelos boateiros. Modesto, o contínuo, veio assoprar-lhe:

- Sabe? Em Santa Rita os paulistas se uniram aos federais!
- Para que, homem?
- Para, juntos, combaterem os comunistas.

Tarcísio achou graça:

- O pretexto do comunismo serviu para fazer a guerra; segundo parece, vai servir para consertar uma paz mais ou menos honrosa.... Depois eles negam que os comunistas sejam a nossa maior força política!”

A elite liberal paulista sempre procura lembrar que é seu o monopólio da violência. O *Estado de S. Paulo* um dos principais jornais a articular a defesa da guerra civil de 1932, escreve a respeito das greves operárias menos de dois meses antes do 9 de Julho: “Pode ser que esteja em jogo o destino de todos nós. Nada se faça que possa aumentar a confusão e enfraquecer a autoridade pública. Sejamos prudentes. Não fomentemos com o nosso aplauso, com a nossa simpatia o movimento de massas no sentido da violência e destruição. Reservemos o nosso apoio ao que mostre sinal de razão e justiça. A tolerância com os violentos é a melhor geradora de anarquia” (13/05/1932).⁴⁵

Após dois meses, o movimento de massas deu-se no sentido da violência e da destruição, porém, em defesa dos interesses do referido jornal entre outros órgãos de representação dos interesses liberais da elite paulista.

⁴⁴ Schmidt, Afonso. *A Locomotiva; a outra face da revolução de 1932*. São Paulo, Brasiliense, 1959. p.93. Testemunha do conflito, Schmidt escreve esse romance como crítica contundente aos propósitos da revolução de 1932. Autor comunista, denuncia a perseguição ao operários ao longo do conflito e afirma serem reais seus personagens, embora sob nome fictício.

⁴⁵ Capelato, Maria Helena. *Op. Cit.* P.89

O caráter tipicamente ambíguo do burguês liberal é expresso de maneira brilhante por Gerárd Lebrun: ⁴⁶

“Ele vilipendia o poder. Considera-o como vil herdeiro da era militar passada, contudo, admite que é indispensável mantê-lo, pelo menos por enquanto – como válvula de segurança de economia de mercado. Encara-o como uma ameaça potencial, mas ao mesmo tempo, como uma necessária instância protetora. Anatole France dizia que a República é o melhor de todos os regimes, “porque governa pouco”. Poderia ser este o programa político do liberal, enquanto “cidadão contra os poderes” sob a condição de acrescentar-se que este ‘pouco poder’ é contudo indispensável.

O liberal, como se vê, é um homem de quem ter pena, porque está às voltas com um problema insolúvel: determinar até que ponto pode serrar o galho no qual está sentado, sem correr o risco de quebrá-lo. É também, por princípio, um cidadão insatisfeito. Que escureça o horizonte social, que cresça o espectro do ‘socialismo’ – e ele se torna partidário de um ‘regime forte’. Que este se instale, suprima as liberdades civis e se interesse de muito perto pelo funcionamento da economia – o liberal espuma de indignação e volta a ser homem de esquerda, ou de centro esquerda”.

O liberalismo é a ideologia responsável por moldar o ideário de 1932. A defesa veemente da propriedade, da “liberdade dentro da ordem” e dos apelos à harmonia entre as classes sociais mesclados a ideais regionalistas presentes na defesa da paulistanidade compõe o arcabouço ideológico do movimento de 1932.

Nesse aspecto, como observa Bezerra, “o encontro dos mitos com as aspirações reais torna-se um campo excepcionalmente rico para a proliferação ideológica”. Porém, esse mesmo encontro é responsável por encobrir as contradições em seu interior, visando criar argumentos homogeneizantes a fim de ocultar os antagonismos e estabelecer condições para a continuidade da dominação de classe.

1.4. O Movimento de 1932 e o poder político local: o apoio dos coronéis

Em São Paulo (assim como no Brasil) na ação do Partido Republicano Paulista impunha-se a ambigüidade sempre presente ao longo da Primeira República: a de um regime que ao ser republicano era oligárquico e a de uma sociedade liberal e ao mesmo

⁴⁶ Lebrun, Gerard. O que é Poder. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. p.82

tempo discricionária. Liberal por, entre outras coisas, garantir o direito de voto e discricionária por impedir a livre manifestação do votante.

Dentro dessa estrutura política, o Coronel é peça fundamental, constituindo-se o coronelismo como o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados. Na República, o crescimento do poder coronelístico deve-se à sua prática política muito bem estruturada em um sistema eleitoral, estabelecendo uma rede de compromissos mútuos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal. Como observa Victor Nunes Leal⁴⁷, a organização agrária do Brasil mantinha a dependência do elemento rural ao fazendeiro, impedindo o contato direto dos partidos com essa parcela notoriamente majoritária do eleitorado, dessa forma, o partido do governo estadual não podia dispensar a intermediação do dono de terras. Por sua vez, o poder político do Coronel era contido pelo Estado, conseqüência da precária autonomia do município, sempre dependente das concessões estaduais e federais.

O auxílio financeiro é o veículo natural da interferência da autoridade superior no governo autônomo das autoridades políticas menores. Não havia na Primeira República (como em nenhum período histórico anterior no Brasil) o interesse no fortalecimento do executivo municipal, na realidade, os legisladores sempre diminuíram a capacidade decisória dos municípios, ainda que muitos políticos sempre defendessem aparentemente a autonomia municipal, não importando a que facção estivessem ligados.

Segundo Maria de Lourdes Janotti,⁴⁸ essa dubiedade se explica pela importância eleitoral que os municípios possuíam. Interessava a todos aparentar “boas intenções em conceder maiores prerrogativas”, especialmente em matéria de impostos, mas, na medida em que as oligarquias tinham um projeto de domínio do país, baseado na centralização, convinha tornar o menos possível explícito os direitos municipais e bem evidentes sua dependência das concessões financeiras por parte do Estado. Daí ser evidente a dependência política do Coronel de instâncias políticas decisórias superiores:

“Sabe, por isso, o ‘coronel’ que a sua impertinência só lhe traria desvantagens, quando, ao contrário, são boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, e pode o “coronel” desempenhar indisputadamente uma larga parcela de autoridade pública. E assim nos aparece esse aspecto importantíssimo do “coronelismo”

⁴⁷ Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Ed Alfa-Omega, 1986.

⁴⁸ Janotti, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo – uma política de compromissos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

que é o sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropas de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças” (Leal, 1986:43).

O Coronel, portanto, não se situa como um elemento feudal dentro da estrutura política brasileira, mas sim, como um agente político sujeito à ingerência do Estado, colocando-se a serviço deste.

“É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorgava são mutuamente dependentes e funcionavam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do ‘coronel’, firmada na estrutura agrária do país – o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída”.⁴⁹

A essência do compromisso “coronelista” consiste, da parte dos chefes locais, em conceder incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais, por sua vez, de parte da situação estadual, carta branca aos chefes locais governistas (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.

Esse sistema político e eleitoral é a base da hegemonia do Partido Republicano Paulista ao longo da República Velha. Como demonstra Casalecchi, uma vez composta a “chapa de candidatos” para deputados, senadores, vereadores e juízes de paz pela Comissão Central do Partido, se impunha os candidatos aos diretórios do PRP nos municípios, agrupados em 10 distritos eleitorais, com isso vinham à tona a teia de relações do poder local e da chefia do Partido e toda sorte de favoritismos junto aos chefes da política.

Com a reforma da lei eleitoral em 1905, o estado de São Paulo passou a ser dividido em 10 distritos eleitorais, organização que vigorou por toda a República Velha. Capital (1º Distrito), Taubaté (2º Distrito), Guaratinguetá (3º Distrito), Itu (4º Distrito), Botucatu (5º Distrito), Campinas (6º Distrito), Mogi - Mirim (7º Distrito), Limeira (8º Distrito), São Carlos (9º Distrito), Ribeirão Preto (10º Distrito).

⁴⁹ Leal, Victor Nunes. Op. cit. p.44

Esse mesmo sistema distrital visando facilitar as eleições foi empregado em 1932 pelo alto comando revolucionário na arregimentação para a guerra civil. A Frente Única Paulista insufla o regionalismo no estado e obtém a adesão da classe média urbana. A arregimentação do voluntariado das grandes cidades é feita dentro de moldes modernos, sob o comando de oficiais da Força Pública e do Exército. Mas, no interior, os dirigentes revolucionários se limitam a indicar para chefe militar, o coronel da região.⁵⁰

A esse comando distrital se subordinam os comandos de cada uma das cidades incluídas no Distrito: é assim, por exemplo, que no 8º Distrito temos Piracicaba, Limeira, Araras, Leme, Pirassununga, Descalvado, Santa Rita e Rio Claro, cada uma delas comandada por um coronel do Partido Republicano Paulista ou do Partido Democrático.

Não apenas a chefia no interior é dominada pelos coronéis, mas muitos batalhões são formados por eles: “(...) na madrugada do dia 20, chegou a Cruzeiro o Batalhão ‘Bahia’, sob o comando do Tenente Coronel Rodolfo Juvenal Ramos, oficial reformado da Força Pública. Esse batalhão havia sido formado pelo Dr. Silvio de Campos, tendo muitos de seus cabos eleitorais nele ingressado com alguns galões, recebendo os vencimentos de segundo tenentes e de seus empregos nas secretarias ou nos cartórios. Quase todos, entretanto, preferiam ficar nos Postos de Comando do Comandante, em Cruzeiro, comodamente refestelados em boas poltronas, a ter de partir para as linhas de frente” (Carone, 1974: 159).

O levante de São Paulo se dá, em grande parte, devido à colaboração dos “coronéis” às autoridades paulistas. Considerando que a maior parte do voluntariado era proveniente do interior do estado, pode-se afirmar que o poder dos mandatários locais foi um dos grandes propulsores do Movimento de 1932.

A força dos coronéis fazia-se presente em ambos os lados da contenda, o que denota o caráter ideologicamente reacionário da guerra:

“Na Bahia, os regimentos que vêm combater São Paulo se alimentam de ‘patriotas’ (Batalhão Paulista), aliciados no interior do Estado, principalmente nas feitas do São Francisco. É o coronel Franklin de Albuquerque, amigo de Horácio de Matos, que se encarregou deste serviço para o governo. E, Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, quando se revolta para apoiar a revolução constitucionalista de 1932, forma a

⁵⁰ A respeito ver: Carone, Edgar. A República Nova (1930 – 1937). São Paulo, Difel, 1974.

sua tropa armada, aproximadamente com duzentos e cinquenta homens, sendo grande parte da cidade, 30 homens da polícia, 15 do Coronel João Vargas, 40 do Coronel Coriolano de Castro e o contingente do Corpo Provisório”.⁵¹

Ao longo de toda a República Velha, o poder dos coronéis subjaz à ordem política pautada pela retórica liberal. Como podemos observar, o coronelismo é um fenômeno intrínseco ao sistema político que se configurou à época, tendo insofismável importância no desenrolar da campanha constitucionalista, sobretudo nas cidades do interior.

Toda a organização do Movimento de 1932 articulou-se sobre uma estrutura dada, reproduzindo-se as mesmas relações de interesses e favoritismos do clientelismo político sob a tutela do discurso liberal. Daí o caráter retrógrado do Movimento Constitucionalista, alicerçado sobre uma ordem opressora visando resgatar o velho domínio político da elite paulista. A liderança do Movimento, do Alto Comando civil e militar baseado na capital à ingerência dos coronéis no interior por si só o demonstra.

O compadrio coronelístico, a política de clã e hierarquia são parte integrante do fenômeno revolucionário. Em telegrama ao comandante supremo da Força Pública de São Paulo, um dos chefes do Partido Democrático, Paulo de Moraes Barros, toma a si a “liberdade de incluir telegrama ao prefeito de Piracicaba, solicitando licença a dois voluntários de Ituverava, rapazes de fina flor local, meus amigos de peito, que pedem minha intervenção para serem melhores locados e não incorporados a batalhões de Leônidas Vieira e Vergueiro de Lorena, formados de gente caçada nas tabernas. Seria muito gentil de sua parte se determinasse a sua transferência para o setor de Ribeirão Preto, ou para qualquer outro de gente mais escolhida, ou em último caso, incorporando-os à coluna do coronel Pedro Dias de Campos recomendando-os ao meu filho Dr. Paulo de Moraes Barros Filho, major engenheiro, que faz parte do estado-maior dessa coluna”.⁵²

Bezerra trata da questão ao demonstrar em amplo levantamento historiográfico como há referências constantes aos almofadinhas, aos filhos de políticos, aos descendentes de famílias de bem que acompanham os “panegiristas de microfone” em campanhas cívicas, com apelos à tradição de glória e de altivez que caracteriza os antepassados bandeirantes, mas não se dispõem a enfrentar o fogo das batalhas. E, quando partem para a guerra, permanecem nas cidades da retaguarda, engrossando os

⁵¹ Carone, Edgar. Op. cit. p. 159

⁵² Carone, Edgar. Op. cit. p.160

quartéis-generais ou os postos de comando instalados estrategicamente fora do alcance dos projéteis inimigos. Outros usam de todas as artimanhas e influências políticas com o intuito de desempenharem funções em São Paulo, em alguma das inúmeras repartições criadas com a finalidade de organizar e dar apoio à ação bélica. Há ainda, segundo Bezerra, os cabos eleitorais de políticos que ganham condecorações e permanecem na retaguarda, participando de conchavos ou promovendo-os, e recebendo o soldo correspondente aos oficiais.⁵³ O médico Luiz Vieira de Mello, oficial das forças constitucionistas, comenta:

“Desprezíveis foram os heróis da retaguarda, os magnatas dos bons jantares e das boas roupas, os guerreiros de papo, todos eles por nós conhecidos, bem limpos, botas luzidias, capacete de caçador inglês ou bibi de luxo e o impreterível revólver na cinta, que só servia pra atirar em moirões de cerca. Nunca os vi na linha de fogo e, se em horas tranqüilas ou de fuzilarias inofensivas lá apareciam, de retorno, soltavam a garganta em narrativas quixotescas.

Como são exigentes esses senhores, que vão do simples tenente ao coronel de qualquer coisa. Do alto da sua superioridade exigem a atenção dos inferiores. O soldado das trincheiras parece-lhes um bicho sujo e imbecil. Só eles com boas camas, bons vinhos, boas luzes, bons jantares, têm razão. Fui maltratado por alguns – tenho certeza de que não gostaram do que ouviram”.⁵⁴

Pelo que consta, as relações hierarquizadas na retaguarda não eram apenas decorrentes do comando militar, mas também reproduziam os desmandos típicos da forte verticalização das relações sociais, a qual a elite paulista se acostumara após largo período de total controle sobre as classes dominadas.

São inúmeros os registros indignados e de ojeriza a esse tipo de voluntários por parte da população e daqueles que retornam de licença do front. Entre os registros indignados, é ilustrativo o seguinte diálogo entre um grupo de pessoas e um combatente retornado do front:

“- Por que há tantos rapazes fardados na cidade?”

- Ah... são os 4 “F” (efes).

⁵³ Bezerra, Holien Gonçalves. *Artimanhas da Dominação*; São Paulo – 1932. Tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo defendida em 1982.

⁵⁴ Mello, Luiz Vieira de. *Renda-se, Paulista!*. São Paulo, 1932. p.65

- Que é isso “4 F”?
- Você ainda não sabe? Ficam fardado fazendo fita...Há também os “5 F”:
ficam fardados fazendo fita e filando...
- Filando o quê?
- Filando bóia na Casa do Soldado, e andando de bonde sem pagar... Nós ficamos indignados quando vemos estes rapazes fortes se exibindo assim, longe do perigo...”⁵⁵

São Carlos não ficou a parte dessa prática política de favorecimentos e acobertamentos. Em visita à frente constitucionalista de Bragança onde operavam batalhões que incluíam soldados são-carlenses, estiveram presentes alguns dos poderosos mandatários políticos e coronéis de São Carlos⁵⁶, entre eles Joaquim Evangelista de Toledo, Bernardino Fernandes Nunes, Elias Augusto de Camargo Salles e Raphael Fasanelli, entre outros. Ali visitaram familiares e amigos.

Ao regressar de sua primeira visita, Joaquim Evangelista de Toledo relata ao jornal *Correio de São Carlos* o seu “agradável” passeio pela zona de guerra⁵⁷:

“Diga às famílias são-carlenses, que eu trouxe a melhor impressão possível. Só lamento não ter podido ficar lá com os nossos conterrâneos, a fim de compartilhar, por mais tempo, da extraordinária alegria e do entusiasmo que os domina. Percorri todo o acampamento, que fica entre Jaguarí e Cambuí. Estão magnificamente localizados e dormem em casas que estão desocupadas. Percorri o serviço de cozinha e verifiquei a abundância e a alimentação excelente, farta e variada. Estão todos com perfeita saúde, sob a vigilância e cuidados de vários médicos são-carlenses que os acompanham de maneira a oferecer todos os cuidados.

Ainda não houve encontro com o adversário naquele setor e nem se supõe que haja, pois os mineiros comungam com a mesma causa. Estão estacionados, aguardando ordens. A minha impressão dessa visita é a melhor possível.”

Essa visita deu-se em final de agosto e os mandatários são-carlenses se compraziam em constatar que seus filhos e protegidos encontravam-se em perfeita

⁵⁵ Roberto Haddock Lobo. Apud Bezerra. Op. Cit. p 39

⁵⁶ No capítulo 2 veremos como alguns dos nomes citados se constituem em coronéis locais, sobretudo, Elias Augusto de Camargo Salles, membro da família Salles, politicamente a mais poderosa ao lado da família Arruda Botelho.

⁵⁷ Arquivo João Neves Carneiro – CECH – Ufscar – São Carlos

segurança. Enquanto isso, soldados são-carlenses com menos sorte relatam, como o professor Martins Júnior, participante da Batalha de Eleutério, uma das mais violentas: “Foi um batismo de fogo terrível, 40 horas de combate sem dormir, tendo 20 bolachas pela ração de um dia todo, escutando o sibilar das balas e o estrondar das granadas dos canhões...”, ou então o relato de Nelson Lima, o Cabo Lima, são-carlense, ao contar como corria em meio ao tiroteio para levar mensagens à linha de frente, balas passando sobre sua cabeça e certa vez tendo o companheiro ao lado o braço arrancado por um estilhaço de granada.

Como o relato do fazendeiro Evangelista de Toledo revela, os médicos são-carlenses que se encontravam no setor de Bragança, onde não foi disparado um tiro sequer até final de agosto, estavam bem longe do setor de Vila Queimada, próximo à cidade de Cruzeiro na Serra da Mantiqueira, onde tombou a maior parte dos combatentes de São Carlos, a maioria, ao que consta, de origem modesta.

Exemplos como esses são emblemáticos de como o movimento constitucionalista reproduz, sob extrema violência e, muitas vezes, de maneira abjeta, as contradições de classe no Brasil. A opressão social sobre a classe operária de forma a calar as vozes dissonantes, a utilização dos “desapadrinhados” como “bucha de canhão” e a discriminação racial presente na formação de batalhões raciais (Legião Negra e Batalhão Índio), constituem-se reflexo da sociedade desigual que à elite liberal paulista interessava perpetuar.

No tocante à participação do município de São Carlos no Movimento Constitucionalista, o estudo do poder local nos fornece a capacidade de inferir como se deu a cooptação da população pela classe senhorial e as formas de engajamento nas cidades do interior paulista. Ainda que cada localidade tenha suas particularidades, todas se encontravam sob a tutela de uma mesma ordem político-ideológica alicerçada no poder dos mandatários locais, somado à prática e ao discurso liberal identificado, sobretudo, na imprensa local.

Partindo de um estudo de caso, podemos ter uma compreensão mais clara da organização do Movimento Constitucionalista no interior paulista, contribuindo para uma percepção mais abrangente do episódio.

Capítulo 2 – Poder Político Local: Da Primeira República ao Movimento de 1932

Apreender o processo de engajamento no Movimento Constitucionalista de 1932 em âmbito local – município de São Carlos – requer um maior conhecimento prévio do sistema político local e suas transformações ao longo da Primeira República passando pelo marco divisor historicamente conhecido como Revolução de 1930.

No período proposto, tais transformações estão vinculadas a alterações políticas em âmbito nacional que se configuram como consequência de um processo de permanente conflito típico de uma sociedade marcada pela contradição entre práticas políticas arcaicas por um lado e de outro pelo paulatino desenvolvimento urbano e industrial.

Ao tratarmos das mudanças políticas na esfera local, veremos que estão atreladas às grandes linhas de força que norteiam as transformações políticas, econômicas e sociais do Estado de São Paulo que, ao lado de Minas Gerais, detêm a hegemonia política nacional ao longo da República Velha, assistindo à ascensão e o ocaso do fenômeno denominado coronelismo, consequência de uma estrutura social caracterizada como predominantemente agrícola e de regime de grande propriedade.

Nesse sentido, o município de São Carlos situa-se como exemplo interessante, pois, seus quadros políticos, devido a laços de parentesco e alianças políticas, integram a oligarquia dominante no Estado de São Paulo com influência até mesmo no plano federal.

É necessário lembrar que São Carlos insere-se completamente dentro da lógica política da época, onde o papel dos municípios é servir de sustentáculo à oligarquia dominante nos estados, valendo-se de práticas eleitorais orquestradas por facções encabeçadas por grandes proprietários de terras, sobressaindo-se a figura do coronel, praticamente um agente político a serviço de interesses partidários. Pode-se dizer que nesse arranjo os coronéis ocupam o centro da política, pois, como chefes políticos locais, tornam-se a base e a origem de uma complexa rede de relações que a partir do município estrutura as relações de poder, que vão desde o coronel até o presidente da

República, envolvendo compromissos recíprocos, característica básica da chamada “política dos governadores”, delineada pelo governo de Campos Salles.

Portanto, Constituição de 1891, política dos governadores, coronelismo e oligarquia integram o vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em questão e serão discutidos nesse capítulo em um primeiro momento para, em seguida, tomar-se como foco de análise as mudanças políticas em âmbito local.

Nosso intuito é fornecer elementos para uma compreensão mais abrangente das circunstâncias políticas que antecederam o Movimento de 1932, e mostrar como as forças que engendram esse movimento, cujo apanágio é a defesa veemente dos princípios democráticos, estão, na verdade, calcadas em uma tradição política altamente excludente, configurando-se em ambigüidade típica do liberalismo brasileiro e mais especificamente paulista.

2.1. República Oligárquica e o fenômeno do coronelismo

O conceito de República funda-se sobre o pressuposto teórico de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, no entanto, a denominação de República Oligárquica com que se caracteriza o período compreendido entre 1889 e 1930 denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. Daí o caráter ambíguo e contraditório típico do período, em que a coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas implica em um “liberalismo oligárquico”, expressão recorrente na historiografia.

A Constituição de 1891, de inspiração liberal e cuja grande inovação é a instauração de um sistema federativo de ampla autonomia estadual, representa a ruptura definitiva com a velha ordem política imperial, parlamentarista, centralizada, pouco representativa socialmente e politicamente distorcida pela existência do poder moderador.

É justamente na crítica ao centralismo monárquico que o movimento republicano se fortalece, por exemplo, ao se posicionar contra a falta de autonomia político-administrativa das províncias, com os presidentes das províncias sendo políticos de confiança do Imperador, muitas vezes sem vínculos com a região e passíveis de remoção a qualquer hora. Entretanto, a mais forte oposição dentro do movimento republicano parte do emergente grupo cafeicultor paulista que sub-

representado em seus interesses, tecem ferrenha crítica ao centralismo do Império por favorecer algumas regiões e grupos sociais em decadência em detrimento de áreas em franco processo de expansão econômica. Daí não ser mero acaso encontrar-se em São Paulo o mais forte e unido Partido de oposição à monarquia: o republicano.

Seus membros apelam à necessidade de desenvolver o “espírito associativo dos paulistas”, pois, desde a década de 1860, o desenvolvimento material pedia sérias providências, entre elas, principalmente, a autonomia das províncias resultantes da centralização monárquica:

“(…) Se, porém, é um republicano, delicia-se com esta adorável e sedutora perspectiva – que estado rico, poderoso e florescente não seria São Paulo, se em seu proveito fossem aplicados os dezessete mil contos que anualmente desaparecem na voragem industrial? Os dois mil quilômetros de estrada de ferro que cortam o seu território seriam em breve dez, seriam vinte mil levando a vida ao inexplorado Vale do Paranapanema, ao sul de Minas, ao Paraná, a Goiás. Novo alento cobrariam o comércio e a indústria. Seria possível diminuir impostos, abaixar tarifas, desenvolver a navegação fluvial, remunerar condignamente os funcionários públicos, para poder exigir capacidade profissional e exação no cumprimento do dever. A todas as ambições legítimas, a todas as atividades fecundas abriria carreira a nova pátria”.⁵⁸

Os paulistas através do Partido Republicano procuram contrapor autonomia (descentralização) à centralização monárquica e nesse embate desenvolvem e aprimoram o espírito associativo com que forjam sua identidade política, baseada, sobretudo, na defesa enérgica do federalismo.

“A autonomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela sociedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da Federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso partido”.⁵⁹

⁵⁸ Alberto Salles. *A Pátria Paulista*. Apud: Casalecchi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987. p.17

⁵⁹ Manifesto do Partido Republicano (1870). In: Motta, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.p.163

A República concretiza tais idéias liberais, pois, o federalismo, tal como se configura na Constituição de 1891, confere aos estados recém-criados, uma larga margem de autonomia com que passam a aglutinar uma enorme soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Os estados passam a deter a propriedade das minas e das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, além disso, podem legislar sobre qualquer assunto que não lhes for negado, expressa ou implicitamente pelos princípios constitucionais da União (art. 63). Esse dispositivo permite aos estados, por exemplo, cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprios, organizar força militar. Dessa forma, com a Constituição de 1891, delineia-se, ainda que de um ponto de vista estritamente jurídico, um regime liberal-democrático com a instituição do presidencialismo e das garantias de direitos individuais relativos à liberdade de culto e de expressão de pensamento, de igualdade perante a lei e do direito de propriedade. No que concerne aos direitos políticos, a Constituição inclui a liberdade de associação e reunião e o direito de voto.

No que tange ao direito de voto, considerado o mais importante dos direitos políticos, “(...) ao instituir o regime representativo democrático, as leis republicanas abriam – embora formalmente – a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado”⁶⁰. De fato, a República amplia o direito de voto se considerarmos que no tempo do Império as restrições à participação no processo eleitoral (quanto a votantes e votados) eram baseadas no critério do nível de renda. Entretanto, sob a República, esse critério foi substituído por um dispositivo altamente excludente: a proibição do voto ao analfabeto.

Outro grande fator de exclusão é a interdição do voto feminino, pois, em uma sociedade de traços fortemente patriarcais, a mulher pertence ao domínio do privado, sendo considerada inapta para a política, atividade que se desenvolve nos domínios do espaço público.

Apesar do conteúdo liberal e democrático da nova Constituição, o que há, na prática, é a marginalização de ampla camada da população, o que é nítido se considerarmos que, no final da década de 1920, 80% da população brasileira vive no campo onde predomina o analfabetismo.

⁶⁰ Campello de Souza, Maria do Carmo. “O processo político partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Motta (org.). Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. p. 164

“(…) ainda que discriminatórias, tais restrições o eram (aos olhos da sociedade da época) menos que aquelas fundadas no critério do nível de renda, já que não pregavam abertamente a diferença qualitativa entre homens de posse diversas (o que dispiria o mito burguês da igualdade jurídica de toda a sacralidade), mas, ao contrário, estavam assentadas em noções difundidas pela ascensão burguesa no cenário histórico mundial, como ‘cultura’, ‘educação’ e ‘nação’”.⁶¹

Sob o novo regime, as elites agrárias assumem a liderança dos governos estaduais com o intuito de restringir a representação política a seus componentes. Ainda sob influência da ordem senhorial-escravocrata, essas elites nutrem forte preconceito em relação à população livre considerada uma turba ignorante e dependente: “Dessa perspectiva, o espectro dos ex-libertos votando torna-se para elas (elites) um presságio de caos social”.

“Descartava-se a República, como já o fizera o Império, de seu componente anárquico: o povo”.⁶²

Segundo Campello de Souza, o panorama geral da Primeira República encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo.⁶³

Em seu caráter ambíguo, esse sistema político oligárquico, baseado no poder econômico e social dos proprietários de terra, impõe uma ampla teia de submissão e dependência que envolve o eleitor, o coronel⁶⁴, o partido e o Estado.

Na prática, as elites agrárias assumiram o controle de todo o processo eleitoral, passando a orientar em caráter exclusivo o funcionamento do sistema político: “Cada Estado terá seu dono pessoal ou da família, de um chefe ou de um grupo fechado: Minas terá o domínio da Tarasca; São Paulo, do Partido Republicano Paulista; o Rio Grande do Sul não sairá, durante vinte e cinco anos, das mãos férreas de Borges de Medeiros; o Ceará caberá aos Aciolis; Nery conquistará o Amazonas; Rosa e Silva terá o Pernambuco ao seu dispor”.⁶⁵

⁶¹ Saes, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis, ed. Vozes, 1975. p. 50

⁶² Casalecchi, José Ênio. *Op. cit.* p.13

⁶³ Campello de Souza, Maria do Carmo. *Op.cit.* p 167

⁶⁴ O termo “coronel” origina-se de patente da Guarda Nacional, designando seu posto supremo. A Guarda Nacional, instituição imperial fundada na Regência, entra em decadência na década de 1870. Entretanto, a patente de coronel subsiste, sendo concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros locais, espalhando-se a instituição por praticamente todos os municípios.

⁶⁵ Faoro, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre/SãoPaulo, Ed.Globo/USP, 1975. p.586 v.2

O coronelismo baseia-se, durante a Primeira República, no controle dos centros “paroquiais” de poder pelos grandes proprietários de terras, ainda que não se trate de um fenômeno especificamente republicano, pois, o controle dos centros locais de decisão pelas elites rurais e o seu domínio sobre as massas trabalhadoras já eram uma realidade no Império, entretanto, com a instauração da República, o coronelismo passa a ter uma nova dimensão política à medida que a base eleitoral aumenta, como consequência da extinção do critério de renda.

Como demonstra Décio Saes, na República, o coronelismo fornece o ponto de partida para a legitimação da dominação política das elites rurais, confrontada pelo novo potencial de oposição presente na mera existência de novos grupos sociais integrados nas camadas urbanas: “Assim, o encontro do poderio do grande proprietário com uma instituição mais refinada, o voto, permitirá a sofisticação do modelo de exclusão político (sofisticação essa exigida pela própria presença de grupos sociais culturalmente mais equipados no cenário nacional)”.⁶⁶

A Constituição de 1891 atribui aos estados a organização dos municípios, dando margem ao compromisso e a troca de favores entre o poder público - cada vez mais fortalecido - e a decadente influência social dos chefes locais, basicamente senhores de terras. Nesse processo, o poder privado dos coronéis é alimentado pelo poder público, o que é explicado justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ao chefe local é incontestável. Segundo Victor Nunes Leal deve-se conceber o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social basicamente rural, onde a estrutura agrária latifundiária fornece a base de sustentação para as diferentes formas de manifestação do poder privado.

Em sua busca por angariar votos para a situação e assim conseguir as benesses da oligarquia estadual, o coronel é obrigado, na maioria das vezes, a impor seu poder por meio de embates com poderosos rivais. Vencida a luta, ele assume a chefia da política municipal, o que, no entanto, não é incontestado. O mais comum é a existência, quase constante, de um clima de tensão devido à presença de outro potentado local à espera de desalojá-lo da liderança municipal. Ocupada a liderança de seu município, o coronel comanda discricionariamente o eleitorado contando com uma base de apoio

⁶⁶ Saes, Décio. Op. cit. p.51

estruturada a partir de alianças com “pequenos coronéis”, geralmente líderes nos distritos que integram o município, além de contar com o apoio de “personalidades” locais (doutores) e uma guarda pessoal formada por capangas. Para aqueles que detém fortes posições hegemônicas regionais, está reservada a possibilidade de integrar, pessoalmente ou por meio de representantes, as oligarquias estaduais.

É necessário observar que as oligarquias regionais não passam de uma projeção para o plano estadual do fenômeno local do coronelismo. Em cada estado institui-se o regime de um só partido, os PR (Partido Republicano), verdadeiras máquinas políticas através das quais as oligarquias manipulam as eleições através de métodos arbitrários implementados pelos coronéis, como voto de cabresto, falsificação das atas, uso de forças armadas e outros meios. Daí se depreende que “a força de uma oligarquia advinha do controle exercido sobre os grandes coronéis municipais, condutores da massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político que lhes fora aberto com o regime representativo imposto pela Constituição de 1891”. (Campello de Souza, 1968:186)

Os partidos não-situacionistas que esporadicamente surgem nos estados ao longo da Primeira República são, geralmente, representantes de dissidências oligárquicas, cabendo normalmente a perseguição e a clandestinidade aos partidos de oposição não-oligárquicos.

A chamada “política dos governadores” é o mecanismo através do qual se cristaliza o processo de exclusão política dos grupos não-oligárquicos. Trata-se de uma maneira de conciliar os interesses políticos entre as esferas municipal, estadual e federal, aproximando os chefes locais das oligarquias regionais e estas com as facções próximas do poder central. Dessa maneira, as situações dominantes nos diferentes estados comprometem-se a empregar todos os meios (voto de cabresto e outros igualmente arbitrários) no sentido de enviar ao Congresso Nacional uma bancada que apóie em peso a orientação política do executivo e em troca o Presidente da República oferece carta branca às oligarquias situacionistas nos estados permitindo-lhes perpetuarem-se nos governos estaduais pelos meios que julgarem mais convenientes. Segundo Saes, “(...) tal barganha era, obviamente, impensável sem a sua reprodução em miniatura ao nível das relações entre os coronéis e a facção oligárquica alojada no governo estadual. Daí terem as situações estaduais conferido poderes plenos aos grupos

dominantes de cada município, em troca de uma “filtragem” dos candidatos às casas legislativas estaduais. Completava-se assim, o circuito político oligárquico”.⁶⁷

Nesse contexto, pautado pela total exclusão política dos setores não-oligárquicos, a única oposição tolerada pela oligarquia no poder é aquela movida por grupos igualmente oligárquicos. Ainda que preteridos pela situação, esses grupos, em função de sua força e prestígio, não podem ser reprimidos. Na República Oligárquica o que de fato diferencia situação e oposição é o fato de uma estar no poder e outra fora dele. Compreensível, na medida em que, como classe, compartilham a mesma visão de mundo, além de orientarem-se pelos mesmos objetivos políticos. A respeito, Raimundo Faoro cita uma passagem curiosa:

“Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal – coronel contra coronel -, há de ser governista no campo estadual e federal. O cel. Manuel Inácio, do sertão pernambucano, conhece a boa doutrina: ‘O governo mudou, mas eu não mudo; fico com o governo’. Um discípulo seu será mais categórico: ‘Em política, eu sou intransigente: voto no governo’”.⁶⁸

Embora fuja ao escopo desse trabalho aprofundar o tema do coronelismo, nosso intuito até aqui é demonstrar sua importância como base de sustentação do sistema político da Primeira República, cuja lógica é privilegiar o acesso de uma minoria ao poder ao mesmo tempo em que marginaliza uma grande massa de cidadãos do processo de participação política. Segundo Maria Lage de Resende “na Constituição de 1891 prevalece o compartilhamento de valores que negam a igualdade entre os homens”. Triste herança de uma sociedade assombrada pelo espectro da escravidão, que ainda hoje marca profundamente a sociedade brasileira.

“Assim, embora a Constituição de 1891 amplie juridicamente a participação política pelo voto e pelo direito de associação e reunião, a realidade que se impõe é uma verdadeira negação da idéia de participação política. A violência contida em um enorme aparato repressivo manifesta-se pela desqualificação e preconceito contra negros e imigrantes; pelo viés de uma ‘certa ciência’ que relaciona tipos sociais a criminosos em potencial; pelo aparato de violência e repressão a quaisquer tipos de manifestações sociais; por uma visão atávica de que a questão social é caso de polícia; pelo falseamento das eleições; e pela criminalização da capoeira, entre outras manifestações pontuais e representativas de um olhar preconceituoso sobre a população do país. Dessa

⁶⁷ Saes, Décio. Op. cit. p.52

⁶⁸ Faoro, Raimundo. Os Donos do Poder. São Paulo, Ed. Globo, 1991. p.253. v.2

forma, verifica-se que, ao instituir o regime representativo democrático, as leis da República abrem juridicamente a participação no processo político, ao mesmo tempo em que cerceiam, na prática, seu funcionamento”.⁶⁹

A Constituição de 1891 é a base jurídica de um sistema político que consolida o poder das oligarquias e a força dos coronéis nos municípios, inviabilizando avanços no processo de construção da cidadania na Primeira República.

No entanto, São Paulo não hesita em ir à guerra em 1932 no sentido de reimplementá-la como demonstra o manifesto à nação de 12 de julho de 1932, onde os líderes paulistas civis e militares condenam a ditadura e apontam “... o duplo e fundamental intento de entregar o Governo Federal a uma junta que, dentro do prazo estritamente indispensável para o preparo e funcionamento da Assembléia Constituinte, leve o país ao regime constitucional, e de pôr em vigor imediatamente a Constituição de 24 de Fevereiro de 1891, salvo nos tópicos atinentes ao poder legislativo e outros irreconciliáveis com as necessárias prerrogativas do poder supremo, na situação efêmera em que nos achamos”.⁷⁰

Ao defender o retorno à Constituição de 1891, São Paulo apenas tenta resgatar a lógica política que o manteve, juntamente com Minas, como o estado mais poderoso da federação ao longo da Primeira República. Sua força e organização política sustentam-se no Partido Republicano Paulista, sem dúvida a força mais representativa – depois dos militares – na composição e consolidação da República.

A força do PRP tornou-se fundamental num sistema onde estão ausentes os partidos nacionais, o que torna bastante complexo o processo sucessório. Nesse sistema, a importância de cada Estado é determinada pela estrutura partidária que cada um deles comporta. Dessa forma, São Paulo e Minas, estados de grande força econômica e demográfica, detêm a hegemonia do processo, amparados por suas poderosas organizações político-partidárias.⁷¹

Entre 1889 e 1926, o PRP responde pela política paulista. Orientando-se pelo ideário liberal, domina o poder político nos planos estadual e federal, através de

⁶⁹ Resende, Maria Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: Ferreira, Jorge (org). O Brasil Republicano. V.1. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003. p. 102

⁷⁰ Bezerra, Holien Gonçalves. Op. Cit. P.18

⁷¹ Dentro do quadro da “política dos governadores”. São Paulo e Minas Geraes, os Estados mais ricos e poderosos, possuem as maiores e mais compactas bancadas do Congresso Federal, assegurando o controle da política nacional, no que eram garantidos pela Constituição de 1891, ao determinar a proporcionalidade de representação na Câmara Federal em relação à população de cada Estado.

organização partidária altamente estruturada e disciplinada, sob o controle severo de grupos restritos e poderosos da oligarquia paulista.

Como demonstra Carone, em São Paulo, a oligarquia tem bases em zonas do interior e representação na Comissão Diretora (ou Central) do partido, por sua vez, esta Comissão se compõe de nove membros que, depois de ouvir ou impor seus pontos de vista às bases (diretórios municipais dominados pelos coronéis), levam as reivindicações ao poder executivo. (Carone, 1978)

As eleições para a Comissão Central ficam a cargo, ao longo de todo o regime, dos mesmos grupos oligárquicos, pois, controlá-la, significa obter o controle dos municípios e, conseqüentemente, do estado de São Paulo e da federação: “... Os grupos oligárquicos de Campos Salles, Rodrigues Alves, Bernardino de Campos, Fernando Prestes, Altino Arantes, Washington Luís, Jorge Tibiriçá, Rubião Júnior, Francisco Glicério, ocupam cargos presidenciais ou postos-chave do legislativo estadual e federal, dominando todo o regime”.⁷²

Como vimos, desde o Império, São Paulo forja sua identidade política e a ideologia da paulistanidade no processo político de construção da República, onde procura equiparar, ao seu poder econômico, o equivalente poder político. Entretanto a hegemonia política paulista é alcançada em um sistema descentralizado consubstanciado na política dos governadores, sistema consolidado pelo paulista Campos Salles e em cuja base opera o poder dos coronéis nos municípios.

Com o fim da República Oligárquica imposto pela Revolução de 1930, a oligarquia paulista é alijada do poder político em todos níveis, levando ‘carcomidos’ do PRP e ‘ilustrados’ do PD a unirem-se em 1932 na Frente Única Paulista. No Movimento Constitucionalista o regionalismo paulista terá então seu momento de maior apelo e expressão. Com essa explanação, esperamos ter fornecido um panorama, que, tomado como pano de fundo, propicie uma compreensão mais efetiva da vida política local.

2.2. São Carlos na Primeira República: Sallismo versus Botelhismo

Ao longo da primeira República, o cotidiano político do município dá-se sob o pêndulo do “sallismo” versus “botelhismo”, terminologia assumida pelos próprios

⁷² Carone traça um panorama dos grupos oligárquicos paulistas que controlam a Comissão Central do PRP, demonstrando a constância da maioria deles quase sem nenhuma variação ao longo de toda a Primeira República. Carone, Edgar. A República Velha. São Paulo, Ed. Difel, 1978. pg 273

atores políticos, designando a disputa entre as famílias Salles e Botelho e seus respectivos grupos.

“Em São Carlos, a luta acontecia entre as duas famílias de proprietários rurais, que arregimentavam em torno delas a larga parentela, o numeroso compadrio e o apoio dos fazendeiros menores, correligionários e aderentes.

De princípio, pela influência incontestável dos irmãos do Conde do Pinhal, Paulino Carlos e Bento Carlos, prevaleceram os Botelhos. A partir da eleição de Manuel Ferraz de Campos Salles, em 1º de Maio de 1896, para a presidência do estado, crescem de prestígio, em São Carlos, os Salles, arregimentados em torno de um líder lutador e obstinado, o coronel José Augusto de Oliveira Salles”.⁷³

A família Arruda Botelho tem como principal expoente Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, político influente no Império e apesar de monarquista histórico, adere ao regime republicano ao assinar, como senador, a Constituição do Estado de São Paulo. Seus irmãos, os republicanos Paulino Carlos (1834-1908) e Bento Carlos (1839-1895), fundam em 1878 o Partido Republicano local, juntamente com Major José Inácio de Camargo Penteado, poderoso fazendeiro e padrinho político do coronel José Augusto de Oliveira Salles, patriarca dos Salles.

“A passagem do regime imperial para o republicano não trouxe, inicialmente, grandes modificações no sistema de dominação do município de São Carlos. O domínio político dos Arruda Botelho continua após a queda do regime imperial. Seu líder adere à República, mantendo seu poder político intacto até praticamente sua morte em 1901”.⁷⁴

Com a morte do patriarca dos Botelho há um acirramento das lutas políticas no município, em cujas raízes estão as relações de parentesco de integrantes da política local com personalidades politicamente representativas dos poderes estadual e federal.

Para a ascensão dos Salles na política local, concorre a figura de Campos Salles, mas, aquele que irá contribuir definitivamente para a sua consolidação será Antônio de Pádua Salles⁷⁵. Político de carreira brilhante e um dos mais influentes políticos paulistas da Primeira República, o senador são-carlense Pádua Salles elege-se diversas vezes para a Comissão Central do Partido Republicano Paulista – em que figura como

⁷³ Neves, Ary Pinto das. São Carlos na esteira do tempo. São Carlos, Ed. Graf. Engenharia da Usp, 1984.

⁷⁴ Kerbaudy, Maria Teresa Miceli. Poder Político Local do Coronelismo ao Populismo (um estudo de caso: São Carlos). 1979. p.72

⁷⁵ Pádua Salles foi deputado federal, presidente da Câmara Legislativa Estadual, Secretário e Ministro da Agricultura, Senador e presidente do primeiro estabelecimento bancário do Estado de São Paulo

representante de Campos Salles – cargo chave que em inúmeras ocasiões irá usar em proveito da facção sallista no município.

Ambos os grupos integram o Partido Republicano Paulista, no qual se referenciavam como Partido Republicano Governista, os sallistas e Partido Republicano Conservador, os botelhistas; depois, a partir de 1923, Partido Republicano de São Carlos e Partido Republicano Municipal, respectivamente.⁷⁶

A briga política é, portanto, exclusivamente municipal, interessando aos grupos antagônicos tão somente o controle político do município; com a vitória o grupo vencedor passa a constituir o Diretório do Partido governista, e ocupa os cargos de administração local, ficando o grupo vencido como ala dissidente do mesmo partido. Por outras palavras: “(...) Havia em São Carlos, como em quase todas as cidades do interior, duas facções políticas, sendo que uma serrava de cima, amparada pela varinha mágica da Comissão Central do PRP e a outra na parte inferior recebendo toda a poeira dos adversários”.⁷⁷

Desde a instauração da República, o poder executivo é exercido por intendentess designados pelos botelhistas. Em 1904 essa facção no controle da Câmara Municipal e, portanto, do executivo, demite todos os funcionários de maneira a colocar no lugar apenas seus partidários, entretanto, em 1907, a influência de Pádua Salles na Comissão Central não se faz esperar e a balança política finalmente pende para os sallistas que passam a controlar a Câmara e indicam, em 1908, o primeiro prefeito municipal sob a República.⁷⁸

A gestão botelhista, às vésperas de perder o governo do município em 1907, decretou vitalícios os cargos de funcionários municipais de maneira a beneficiar seus correligionários, porém, estes são sumariamente demitidos pela nova gestão sallista, iniciando a chamada “exoneração dos vitalícios”, como ficou conhecida a questão na época. A respeito dessa questão, Aureliano Arruda, botelhista, ironiza seus adversários:

“Os tempos corriam normalmente, mas os políticos sem penacho, os Bicheiros, não desanimavam, queimando incenso para e fazendo constantes, em São Paulo, a Santo

⁷⁶ As facções também impingiam uma à outra apelidos jocosos. O grupo dos Arruda Botelho referia-se aos sallistas como “bicheiros”, pois dizia-se na época, arremetiam todos os “bicheiros”, ou seja, pessoas desqualificadas, ou de pouco prestígio social, os botelhistas recebiam a alcunha de “faustinos”, alusão a João Faustino, um policial de “muito papo e pouco tutano”.

⁷⁷ Artigo escrito por Aureliano Arruda publicado no jornal A Cidade (01/08/1945)

⁷⁸ O Decreto-lei nº 1533 de 1907, redefine a Intendência, o poder municipal, que passa a denominar-se Prefeitura. Os prefeitos (acumulam cargos de vereadores) são indicados pelo partido ou grupo majoritário na Câmara Municipal.

Antônio de Pádua Salles (senador Pádua Salles). O partido dominante – dos Faustinos, já preocupado e vendo os horizontes da política prometendo chuva de pedra, - ‘densas nuvens correndo pelo ar’, teve uma idéia salvadora, em prol dos seus correligionários: em 9 de novembro de 1907, a Câmara Municipal, com todos os sacramentos, votou a Lei nº149 , todos os seus funcionários. A facção oposicionista, prestes a conquistar o barômetro oficial do mandachuvismo, deixando de interpor o recurso facultado pela Constituição Estadual (art.1ª, n.2; art.52,n.1 e art.53), achou acertado fazer mais uma romaria a Santo Antônio de Pádua, cujo milagre logo se manifestava: surgiu no congresso do estado , passando eletricamente por todos os escaninhos legislativos, um projeto de lei contraveneno: “As Câmaras Municipais continuam a não poder legislar sobre a vitaliciedade dos seus funcionários”- como existisse algum dispositivo legal regulando a matéria.

Em resumo: os devotos de Santo Antônio, depois de diversas lutas eleitorais, conseguiram empunhar o bastão oficial da política; elegeram a respectiva Câmara e, sem a mínima formalidade processual, demitiram os funcionários vitalícios, mesmo antes que a morte viesse surpreendê-los com sua garra aduna... Houve festas durante três dias: fogueira, fogos de artifício e levantamento de mastro em louvor ao milagroso santo”.⁷⁹

Os funcionários exonerados entraram com dúzias de ações contra a prefeitura sallista, vencendo em primeira instância em processo que se arrastou por anos, mas a apelação interposta pela Municipalidade acaba “transformando a brilhante sentença em tábua de bater roupa e mandando os infelizes vitalícios pregar em outra freguesia ou queixar-se ao Arcebispado da Magistratura...”.

Os cargos públicos são distribuídos ao sabor do corporativismo e clientelismo políticos, restando o “choro” ao grupo derrotado. Sobre a exoneração dos vitalícios escreve o poeta Violino (Nuno Pereira):

“ ‘Jesus, que desolação!
Não valeu meu sacrifício!
Botei fora os ‘Nicolaus’,
Fiz promessa a São Felício
Para voltar a meu posto
Que diziam vitalício
E tenho afinal (que sina!)

⁷⁹ Aureliano Arruda. A Cidade (01/08/1945)

De agarrar-me a um novo ofício!
Estes lamentos sentidos
Ouvi-os do Libório
Que se acha pensativo
Lá nas margens do Gregório.”

O episódio dos funcionários exonerados é ilustrativo de como se processa a teia de relações do poder local, em que a administração pública é submetida aos desmandos das facções e, portanto, de interesses partidários. O clientelismo político dá-se às escâncaras, em um sistema político onde o potentado local, situa-se como elemento de ligação do poder (frequentemente distante e hostil) com a sociedade civil e com seus próprios clientes, a quem continua a dispensar proteção e toda sorte de ajuda pública, sobretudo cargos e empregos públicos recebendo em troca legitimação e apoio (consenso eleitoral). No relato de Aureliano Arruda também esta evidente a tradição que acompanha o ato eleitoral, de impor humilhação ao adversário vencido, que, amargando o insucesso, ainda tinha as festas ruidosas e “tropelias” do vencedor em comemorações que duravam dias e costumeiramente desandavam para a violência .

Esse episódio permite, sobretudo, inferir o tipo de relação que se estabelece entre os chefes locais e a Comissão Central do PRP. É possível entrever o grau de dependência do diretório municipal de São Carlos em relação à Comissão, dependência essa, na verdade, dos chefes municipais em relação aos próceres do partido. Nesse aspecto, como observa Casalecchi, o orgulho e a sobrançeria da facção vitoriosa desfazem-se em humildade junto aos chefes da política quando, segundo crítico do fim do século, os seus membros prostravam-se “aos pés dos homens que monopolizavam o poder público, implorando a honra de aceitar os seus serviços e a sua liberdade em troca de uma parcela de poder”⁸⁰. Daí as “romarias a Santo Antônio de Pádua”, como trata em tom irônico o texto citado, ao denunciar o aspecto de subserviência da facção sallista em sua constante apelação a Pádua Salles, afinal, “o prestígio do senador Pádua Salles era muito grande. Um desejo seu era uma ordem”⁸¹.

Integrante do grupo de Campos Salles, sendo seu homem de confiança, Pádua Salles foi membro assíduo da Comissão Central do PRP (1901-1902; 1907-1909; 1916-1918; 1923-1930), sendo este fator de fundamental importância se considerarmos que só “a Comissão Central move a um gesto a Câmara e o senado, tantas vezes quantas

⁸⁰ Casalecchi, José Ênio. Op. cit. p.193

⁸¹ Artigo de Elisiário de Araújo em A Folha (10/07/1971)

quiser, ela também legisla por intermédio desses que elege ou reelege. Se exerce atribuições de poder executivo, por seus agentes é também administradora. Não é pois simples diretora de um partido. A sua ação transcende a esfera de um agrupamento para intervir na administração dos negócios públicos”⁸². Daí a influência de Pádua Salles contribuir de maneira determinante para o período de hegemonia da facção sallista.

Sob a liderança local do coronel José Augusto de Oliveira Salles (irmão de Pádua Salles) substituído na década de 1920 pelo filho, o coronel José Elias de Camargo Salles, a hegemonia no executivo são carlense pertence aos Salles de 1908 a 1922: de 1908 a 1910 com Rodolfo Gastão Fernandes de Sá; de 1910 a 1914 com José Rodrigues Sampaio; de 1914 a 1917 com Delfino Martins de Camargo Penteado; de 1917 a 1922 com Elias Augusto de Camargo Salles. O sallismo dispõe nesse período dos cargos de Prefeito e Presidente da Câmara. Por sua vez, a facção botelhistas é liderada por Bento Carlos de Arruda Botelho (sobrinho do Conde do Pinhal) e Paulino Botelho de Abreu Sampaio.

Em 1908, mais um exemplo do embate entre as facções, pois o governo municipal dos Salles subtrai o nome Pinhal, fazendo com que o município deixe de denominar-se São Carlos do Pinhal, pois, “o mesmo invoca fato histórico que põe em evidência a família do Conde do Pinhal (...)”, o município passa a denominar-se simplesmente São Carlos.

Apesar de estarem em conflito constante, as facções eram igualmente perreperistas e, com o intuito de caírem nas graças da Comissão Central, cada facção esforçava-se ao máximo no sentido de angariar votos, assegurando sempre larga vantagem aos candidatos designados pelo partido.

Resultado das eleições presidenciais de Março de 1922 em São Carlos, cujo candidato apoiado pelo PRP é o mineiro Artur Bernardes, tendo Urbano Santos por vice:

Presidente:

Artur Bernardes 831 votos

Nilo Peçanha 15 votos

Vice-presidente:

Urbano Santos 832 votos

J.Seabra 14 votos

Fonte: CSC, 02/03/1922

⁸² Casalecchi, José, Ênio. Op. cit. p.194

Certamente tal vantagem de Artur Bernardes foi assegurada por meio de fraude como veremos adiante.

A relação conflituosa entre sallistas e botelhistas foi permeada pelo mútuo boicote político, o que normalmente implicava em prejuízo para o município, pois as demandas públicas ficavam atravancadas, estando a mercê dos interesses partidários. Daí a virulenta campanha do jornalista Rubens do Amaral, sob a “tática de deprimir os chefes políticos, ferindo-lhes o prestígio”, de maneira a forçar a inauguração da escola secundária cujo prédio construído pelos botelhistas foi embargado por anos sob a gestão sallista.

Após longa hegemonia de seus adversários, a facção dos Botelhos retorna ao poder executivo municipal em 1923: de 1923 a 1925 com José Fonseca Teixeira de Barros; de 1925 a 1928 com Joaquim Evangelista de Toledo; de 1928 a 1930 com Paulino Botelho de Abreu Sampaio. Os botelhistas assumem a chefia municipal alegando sérias dificuldades à nova administração devido aos longos anos de inépcia e corrupção da gestão sob os Salles, com a prefeitura endividada, sem condições de cumprir seus contratos, como aconteceu com a Companhia de Eletricidade, que ameaçou cortar o fornecimento de luz à cidade devido à falta de pagamento. Essa crise em parte explica a fragorosa derrota sofrida pelos sallistas nas eleições municipais de outubro de 1922, pois não elegeram, sequer, um único vereador.

Embora tivessem assumido o poder no município, a frustração dos botelhistas era evidente, pois não obtiveram o reconhecimento do governo estadual. O texto seguinte, escrito por Paulino Botelho de Abreu Sampaio, botelhista e último prefeito de São Carlos sob a Primeira República, ilustra como se processavam as relações entre a instância municipal e a estadual e o nível de ingerência a que chegava o PRP:

“Em 15 de Janeiro de 1923 assumimos a direção política do município, desde então nos consagrando inteiramente ao progresso do lugar e ao bem estar do povo.

Conquanto senhores da situação, mantivemos sempre uma política de muita tolerância, e prestigiávamos o Governo do Estado, a fim de podermos dirigir o Município sem os inconvenientes de uma oposição vinda do poder central. Assim, usando de um direito que o povo nos conferia, pleiteamos repetidas vezes o reconhecimento de nosso diretório, mas nada conseguimos. Embora sem elementos para dirigir um único vereador, sem apoio da opinião pública, o diretório político de São

Carlos continuava a ser o mesmo que obedecia ao sr. Pádua Salles, porém, aqui sob a direção, intelectual do ex-deputado Dagoberto Salles(...)

(...) O governo prometera o diretório ao partido que vencesse nessa eleição. O nosso partido venceu. E, esperando pelo prêmio merecido, um belo dia trouxeram os jornais esta agradável surpresa: um diretório de pessoas inteiramente estranhas do lugar, uma junta trina composta do senador Laurindo Dias Minhoto e dos deputados Armando Prado e Roberto Moreira.

Até o dia 24 de Outubro último (1930), foi esse o diretório político de São Carlos”.

Portanto, o texto demonstra que as condições de governabilidade no município eram dadas pela proximidade com o poder central, cuja oposição deveria ser evitada a qualquer custo, o que, por sua vez, revela o caráter de intimidade que o sistema político dava às relações entre o governo e o Partido, conferindo a este uma natureza quase oficial, vinculando-o estreitamente, a ponto de confundi-lo, aos órgãos do poder público.

Paulino Botelho no mesmo texto, refere-se a Bento Carlos, principal líder botelhistas, como um liberal já que para a maioria que obteve em todas as eleições, nunca fez a menor pressão contra quem quer que seja, assim como nunca deu aos eleitores um voto sequer a ‘bico de pena’: “Nunca o sr. Bento Carlos consentiu que aqui se praticasse fraude eleitoral”.

Afirmção um tanto controversa se a contrastarmos com o depoimento de José Mancini, em que relata a própria experiência na eleição municipal de 30 de Outubro de 1922, justamente a eleição em que a facção dos Botelhos é vitoriosa⁸³:

“No ano de 1922 aqui se organiza o ‘Partido Municipal’ (botelhistas) para disputar as eleições, a conquista da Câmara (...). Qualifiquei-me, por conseguinte, como eleitor, e assim logo me vi envolvido nas contendas políticas da cidade. Naqueles tempos não se praticava o voto secreto, era quase que voto a descoberto! No dia das eleições o dinheiro e a cabala reinavam por toda a parte e até dentro do recinto eleitoral, a pouco menos da boca de urna! As cédulas eram distribuídas na entrada da seção em que se votava, para cujo fim ficavam postados ao lado da porta os encarregados dessa tarefa pelos respectivos partidos.

⁸³ Relato de José Mancini publicado no jornal Correio de São Carlos (17/01/1950)

No primeiro pleito eleitoral em que votava, em 1922, na 4^o seção, no edifício do Grupo Escolar Paulino Carlos recebi-o, eu, também, a delicada incumbência de junto aos distribuidores de cédulas com o propósito de acompanhar, contá-las e anotar numa lista os nomes dos eleitores que votassem contra e dos duvidosos, como eram tidos os raríssimos que tinham a desassomburada coragem de recusar as cédulas dos distribuidores partidários, porque aqueles já os traziam consigo.

Lembro-me bem, ainda, dos sustos e das carreiras daquela ocasião, pois a todo instante, pelos corredores, propositadamente, se provocavam conflitos que originavam empurrões, troca de tapas, gritarias e via-se, de seguida, o reluzir de convincentes punhais (...).”

São Carlos, portanto, não ficou à margem da prática disseminada do voto de cabresto, expressão do coronelismo em sua face mais torpe ao usar de maneira constante a vigilância ostensiva e violenta sobre o eleitorado inculto. Outros meios fraudulentos eram empregados⁸⁴, no entanto, o “cabresto” era o mais evidente o que, em larga medida, atesta o processo de sujeição da maioria à vontade dos senhores locais. A maior parte da população tinha como incompreensível a idéia de representação que a cidadania formalmente conquistada lhe conferia e as eleições, desacreditadas, afastavam os poucos eleitores independentes em relação às facções locais e já que o voto não era obrigatório, os grupos políticos viam como necessário recorrer a certos expedientes para alcançar o número necessário de votos. Dessa forma, em apoio ao bico de pena e à degola, o cabresto vinha a calhar aos coronéis, para quem a expressão “caçar eleitores” tinha um sentido quase literal, como demonstra Pedro Fernandes Allonso em artigo do jornal *Ä Cidade* de 17/09/1943:

“Há vinte anos atrás (1923) em São Carlos, a primeira providencia eleitoral era a instalação dos ‘viveiros’, casas grandes onde, desde dias antes ficavam presos os eleitores, ‘caçados’ à força ou em troca de um par de sapatões, nas fazendas e até na zona urbana.

No dia de eleição, o ‘viveiro’ era aberto e o preso ia votar devidamente escoltado, para evitar que fosse ‘cavalado’, isto é, roubado pelo partido contrário. E o eleitor podia saber de tudo, porém, menos o nome da pessoa em quem ia votar.

⁸⁴ Além do cabresto era prática comum o ‘bico de pena’, praticado pelas mesas eleitorais com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, mortos eram ressuscitados e os ausentes compareciam; ao se fazer as atas, a pena toda poderosa dos mesários realizavam milagres. A degola ou depuração ficava por conta das Câmaras Legislativas no reconhecimento dos poderes, pois muitos dos que escapavam das etapas preliminares, tinham seus diplomas cassados na aprovação final.

Velhos tempos, esses, em que a consciência valia um par de sapatões”.

As eleições municipais eram sempre árduas e violentas, pois consistiam no momento de prestígio ou ostracismo para as facções em luta. Informa manchete do “Correio de São Carlos” (26/10/1928) acerca da eleição municipal no então distrito de Ibaté, pertencente a São Carlos: “Ibaté sob terror! Ibaté, o vizinho distrito de paz, vem atravessando ultimamente dias de intensa comoção, e o povo ordeiro daquela localidade tem estado em constante sobressalto, vivendo negras horas, em que não sabe o que poderá suceder a todo aquele que possui um título de eleitor.

Para reprimir as ameaças que arrogantemente eram feitas ao eleitorado independente e que não se submetia à vontade soberana de um pretense rei teve necessidade o governo do Estado de mandar para Ibaté um delegado militar e praças de polícia (...) Foi implantado o terror, como meio de conquistar votos e assim ganhar eleição em um distrito em que o prestígio de nossos adversários é mínimo”.

Os botelhistas continuam a acusação: “ (...) votaram na referida eleição defuntos e ausentes (...) os defuntos que ‘votaram’ no partido sallista-teixeirista⁸⁵(...)”.

A eleição municipal de 30 de outubro de 1928 gerou violência que se arrastou por meses, culminando na tentativa de assassinato do prefeito Paulino Botelho em 2 de dezembro. São acusados da agressão Teixeira de Barros, Homero Fortes, Carlos Salles, Elias Salles, Anésio Salles, José Maria Carneiro da Cunha e Rubens de Almeida. No inquérito instaurado somente são acusados os três últimos, os outros como “apaziguadores”. Dagoberto Salles é o advogado dos acusados.

Dia 12 do mesmo mês, em violento tiroteio no centro da cidade entre membros das facções rivais é morto o sallista Júlio Silva e o botelhista capitão Raul Friedmann é gravemente baleado. Nos autos o capitão torna-se o acusado pelos sallistas de atingir a vítima, fato não corroborado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (CSC, 06/03/1929). Um dos envolvidos no tiroteio, o redator do “Correio de São Carlos”, escapa ileso. No inquérito mais uma vez os Salles são arrolados como “apaziguadores”.

O são-carlense Nelson Lima (1906-1998) retrata de maneira vívida as eleições em São Carlos às vésperas do fim da República Oligárquica, mostrando como as práticas arbitrárias do PRP prevaleceram com força até o último instante. Nas páginas do jornal “Primeira Página” de 28/12/1997 o professor Nelson Lima recorda-se:

⁸⁵ Aqui faz-se referência a Teixeira de Barros, o mais influente e rico cafeicultor de Ibaté (Fazenda Santa Rufina, 467.000 cafeeiros); de aliado dos Botelhos sob cuja esfera de influência torna-se prefeito em 1923, Teixeira de Barros após séria divergência com Bento Carlos de Arruda Botelho bandeia-se para o grupo sallista, o qual irá apoiar de maneira ferrenha.

“(…) Eu sempre fui do lado dos ‘tatus’, desde que me conheci por gente. Era esse o nome dos políticos do PRP, fosse pobre ou fosse rico, Coronel, ou apenas, simpatizante.

A última eleição de que tomei parte como ‘tatu’, foi para eleger o saudoso paulista Júlio Prestes de Albuquerque (1881-1946), natural de Itapetininga, SP, eleito, mas não empossado, em consequência da Revolução de 30.

Lembro-me de uma disputada eleição para o legislativo e executivo realizada em São Carlos.

Nessa ocasião, eu estava como escrutinador da mesa, instalada no saguão de entrada da Prefeitura Municipal. Outras mesas estavam localizadas em locais adequados: Ibaté, Água Vermelha, Santa Eudóxia, etc.

De um modo geral, os eleitores das fazendas eram recolhidos em ‘viveiros’, nos vários pontos da cidade, e recebiam, antes das votações, das mãos de seu candidato, presentes e outras bugigangas, sapatões, chapéus e roupas, além do conhecido ‘churrasco’.

Esses eleitores eram chamados de ‘cabresto’, porque votavam somente para seu benfeitor e determinado coronel.

Quando os eleitores de ‘cabresto’, iam votar, era notada a sua origem. Vinha de sapatão, roupa nova ou chapéu novinho em folha.

Esses eleitores saíam de seus viveiros, exclusivamente para votar e, depois, ficavam às soltas pela cidade, até a hora de seu regresso, conduzidos pelos seus patrões, para suas casas da roça.

Era até curioso, ver aquela gente simples, recebendo mantimentos e roupas novas.

Após as eleições, vinham as festas dos candidatos eleitos: cerveja, chope, champagne e refrigerante eram servidos, à vontade.

Lembro-me que fui a uma grande festa numa das últimas eleições dos ‘tatus’, em São Carlos, que durou até altas horas da noite, entre o repoucar de rojões e gritos de ‘viva fulano! Viva sicrano!’.

No palacete da Rua 13 de Maio, solar dos Botelhos, houve festa de primeira grandeza, até o dia amanhecer. Um membro da família Botelho havia sido eleito para o executivo da cidade (Paulino Botelho de Abreu Sampaio). Daí a festa (...) foi um memorável espetáculo.

Depois as coisas mudaram. O voto passou a ser secreto. Acabaram-se os ‘viveiros’ e também os eleitores de ‘cabresto’ (...).”

No depoimento de Nelson Lima percebe-se um certo tom nostálgico, e a inexistência de qualquer crítica à violência inerente ao ato de aproveitar-se da condição de carência dos chamados eleitores “cabrestos”. Em sua memória é apenas “curioso” o ato espúrio relatado, de “gente simples recebendo mantimentos e roupas novas” em troca de votos. Restou, portanto, apenas a lembrança de um “memorável espetáculo”.

As arbitrariedades cometidas nas eleições e na vida política em São Carlos eram a regra entre as cidades do interior paulista, pois o Estado de São Paulo, como os demais, encontrava-se sob a lógica do coronelismo, que vicejava sob a República Velha. Entretanto, considerando que se tratava de um município próspero pertencente ao Estado mais progressista da federação, é possível depreender-se os níveis estratosféricos de arbitrariedade e violência a que chegavam as eleições e a prática política nos rincões do “Brasil profundo”, onde o vasto território impunha problemas de comunicação quase intransponíveis e a autoridade era pautada pelo individualismo extremo.

No contexto de mudanças dos anos 1920, é fundada em 1926 a seção local do Partido Democrático, destacando-se entre seus fundadores Ananias Evangelista de Toledo, Oscar de Souza Geribelo e Aldo Giongo entre outros, mas não sem sofrer severas críticas por parte do PRP local, para quem em São Carlos “não encontrará os descontentes de todos os tempos e os despeitos mal formados terreno propício para a formação de oposição local que obedeça às ordens dos chamados ‘democráticos’ (...). No entanto, o PD cresce e se firma na denúncia dos desmandos do PRP (arbitrio, injustiça e fraudes eleitorais, clientelismo desenfreado etc...). Porém, o PD, como mencionado no capítulo anterior, não negava a origem oligárquica de seus membros ao defender a participação democrática limitada aos “grupos ilustrados da burguesia paulista fora do círculo do poder”.

Ao contrário de seus pares do PD, os perrepistas, ainda identificados com a lógica eleitoral dos ‘viveiros’, relutavam em reconhecer os ventos de mudança que sopravam com intensidade crescente ao longo dos anos 1920.

2.3. Os reflexos da Revolução de 1930 em São Carlos

Os anos 1920 são marcados pelo constante desenvolvimento das condições materiais, o crescente processo de urbanização do interior e o aumento da população, fatores que colocam em cena novos atores sociais.

São Carlos recebe os influxos dessas mudanças, sendo a fundação do PD local um sinal da insatisfação de certos grupos com os métodos discricionários do PRP. Entretanto, a imprensa local, representante dos grupos cafeeiros, emite opiniões fortemente contrárias aos movimentos de tendências reformistas ou revolucionárias⁸⁶: “Não há motivos, portanto, para temermos ameaças. No Brasil, terra progressista, terra de paz, de ordem e de trabalho, as revoluções jamais encontrarão campo favorável (...)” (Neves Carneiro, CSC, 5/07/1930)

A imprensa local em seu entusiasmo pela candidatura de Júlio Prestes, arremete constantemente contra a Aliança Liberal, acusando-a de falta de princípios ou imputando-lhe intenções belicistas (o que se prova verdadeiro). No “Correio de São Carlos” de 14/09/1929 Ítalo Savelli, de maneira bem humorada, indaga:

“E aqui paramos nós como Édipo diante da Esfinge. A Aliança não tem princípios?

Coisa complicada o liberalismo do presidente mineiro! Nunca se viu tamanha colcha de retalhos. Bernardes de braços com Clotilde. A fé cristã aos beijos com a fé positivista! (...) E o sr. Getúlio Vargas? Não negou sempre pela cartilha de Augusto Comte? Que raio de ‘viver às claras’ da doutrina positivista é, pois, o seu, se ele agora nos trás, nas cristas de suas promessas, o voto secreto?”

Em setembro de 1929 já eram promovidos comícios em prol das candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares, normalmente realizados na praça Coronel Salles e organizados cada vez por uma facção política separadamente. Esses comícios eram considerados “verdadeiras apoteoses” com ovações a Washington Luís, Júlio Prestes e Vital Soares, seguidas de vaias e “morras” a Antonio Carlos (presidente de Minas), Getúlio Vargas e João Pessoa.

Em 1º de Março de 1930 verificam-se as eleições presidenciais cujo resultado em São Carlos informa:

Presidente:

Júlio Prestes	966 votos	Getúlio Vargas	672 votos
---------------	-----------	----------------	-----------

Vice –presidente:

Vital Soares	956 votos	João Pessoa	670 votos
--------------	-----------	-------------	-----------

Fonte: CSC 02/03/1930

⁸⁶ Essas tendências são caracterizadas na época como “Revolução Brasileira”, termo cunhado no período e incorporado pela historiografia.

Note-se que a votação de Getúlio Vargas foi bastante expressiva, o que representa mais um indicativo do enfraquecimento da hegemonia perrepista. Além disso, a discrepância em termos de votos é menor entre os candidatos se comparado às eleições anteriores, possivelmente, devido à maior vigilância sobre a apuração dos votos por parte do PD, aliado da Aliança Liberal em São Paulo.

Em Julho de 1930, o assassinato de João Pessoa é o ensejo para o acirramento da atmosfera revolucionária, frente a qual, Washington Luís decreta o estado de sítio a 4 de outubro, o que não impede que seja deposto dia 24 do mesmo mês.

A Revolução de Outubro recebe boa acolhida em São Carlos, em parte devido à influência do PD local, mas o oportunismo político do PRP não se faz esperar:

“(…) O entusiasmo do povo são-carlense. A vitória da revolução foi acolhida ontem, nesta cidade, com indiscutível entusiasmo por parte da população.

À noite na Praça Coronel Salles, o povo reunido cantava, reverente, o Hino Nacional. Estrugiam, no ar, muitos foguetes. Diversos oradores exerciam da palavra, sob os aplausos do povo. (...) Dirigiram-se, depois, os manifestantes para a redação do vespertino local “A Tarde”, e o empastelaram.

Em seguida, demandaram a redação do “Correio de São Carlos”, saudando, em nome dos manifestantes (...) Foram erguidas, por essa ocasião, vivas ao “Correio de São Carlos” e às autoridades locais.

Dirigiram-se, ainda, à residência do sr. Ananias Evangelista de Toledo, onde saudaram aquele são-carlense (...).”

Com o empastelamento do jornal sallista, os botelhistas declaram seu apoio ao Movimento de Outubro, não sem antes saudarem o presidente do PD local Ananias Evangelista de Toledo, que passa a presidir Junta Governativa Provisória - composta por mais dois membros do PD, Tomaz Gregori e Antonio Cardoso do Santos – à qual é entregue o governo do município após exoneração do prefeito botelhista Paulino Botelho.

O novo governo municipal sob o PD é nomeado pela Junta Provisória que constitui o governo de São Paulo⁸⁷. Considerando os desdobramentos políticos posteriores que culminarão na Revolução de 1932, é curioso observar que a posse da

⁸⁷ Pelo decreto federal nº19.398 de 10/11/1930, foram extintas as câmaras municipais, sendo os prefeitos dos municípios nomeados pelo executivo estadual. O prefeito deveria exercer as funções executiva e legislativa.

nova prefeitura pedesta em 27/10/1930 deu-se na presença de uma multidão entusiasmada que se postou diante da prefeitura. No recinto foram erguidos vivas ao Partido Democrático, ao Partido Libertador, a Getúlio Vargas, à memória de João Pessoa, a Oswaldo Aranha, a Antonio Carlos e a “outros vultos da revolução brasileira”. “(...) Nas ruas o povo se comprimia. As janelas e sacadas dos prédios altos encheram-se de senhoras e senhoritas. E mais uma vez, das janelas do Paço Municipal, falaram diversos e brilhantes oradores, sendo delirantemente aclamados (...)”. O relato em cores vívidas por parte do “Correio de São Carlos”, periódico botelhistas, mais uma vez denota a aproximação dessa facção com o PD.

Um das primeiras medidas do governo do PD em São Carlos em 29 de outubro foi mudar o nome da Escola Profissional Júlio Prestes (nome recebido em 5 de abril do mesmo ano) para Escola Profissional João Pessoa, assim como a principal rua da cidade, rua São Carlos (atual avenida) também passa a ser nomeada rua João Pessoa.

Convém destacar que as denominações de logradouros e edifícios públicos correm ao sabor dos humores políticos dos seus representantes: Rua São Carlos, depois João Pessoa, em seguida novamente São Carlos; Largo São Sebastião, depois Praça Siqueira Campos, em seguida São Sebastião; Rua Uruguayana, depois rua João Pessoa, e então rua 9 de Julho; Praça Siqueira Campos, depois Praça dos Voluntários.

No dia 31 de Outubro dá-se a chegada de Getúlio Vargas à capital paulista, onde foi recebido no Palácio dos Campos Elíseos por membros do Governo Provisório e outras autoridades, com as honras de chefe da nação. “(...) Suas primeiras palavras foram para pedir que abrissem as portas do palácio ao povo (...) que se precipitou portas adentro, todos querendo vê-lo, tocá-lo, beijar-lhe as mãos, como o libertador (...)” (CSC, 31/10/1930).

Em Novembro é fundada a Legião Revolucionária⁸⁸ em São Carlos, congregando todos “os que comungam com os ideais revolucionários e queiram defendê-los com as armas nas mãos”. Os diretores da Legião local eram em grande parte membros do PD, entretanto, uma nova seção legionária seria fundada por perrepeistas, tendo entre suas lideranças o ex-prefeito Paulino Botelho.

Em 7 de Fevereiro houve a passagem do interventor João Alberto por São Carlos, recebido por representantes da prefeitura e dos fazendeiros locais com discursos

⁸⁸ Organização liderada pelo coronel Miguel Costa, Comandante Geral da Força Pública de São Paulo e um dos líderes da Revolução de 1930.

elogiosos quanto à sua atuação “na solução dos problemas relativos ao café com o qual tem demonstrado perfeita identificação e profundo conhecimento”.

Porém, a não nomeação de Francisco Morato, principal líder pedista, frustrou as expectativas do Partido Democrático, que, após uma série de desentendimentos rompe com o Governo Provisório em abril de 1931, em função do que 116 dos 160 prefeitos do PD demitiram-se, entre eles o prefeito Ananias Evangelista de Toledo. Com sua saída é nomeado o botelista Antônio Militão de Lima para o cargo de prefeito em 14/04/1931.

A política local prossegue sob as vicissitudes da política estadual com o Partido Democrático passando à oposição. Em São Carlos o jornal representante do PD (A Cidade) regozija-se com a substituição de João Alberto na interventoria, a quem elogiava poucos meses antes, e dá início à defesa do retorno à Constituinte defendendo que São Carlos “... precisa, assim, agitar-se numa manifestação patriótica pela volta do país ao regime constitucional, dando em São Paulo outro exemplo digno de sua grandeza (...) Eia pois! Seja a Constituinte a nossa única preocupação futura, numa frente única, para o maior brilho de nossa gente! (...)” (A Cidade, 30/07/1931).

O PD inicia o processo que desencadeia o movimento constitucionalista enquanto o PRP encontrava-se amortecido politicamente, pois, além de aliado do poder, seus membros dependiam economicamente do Governo Provisório, pois este adquiriu todo o estoque de café retido em virtude do plano de valorização deste produto e ainda abriu crédito aos cafeicultores paulistas. Porém, em setembro, o PRP começa a reorganizar-se “procurando arregimentar suas forças para os próximos embates eleitorais”. É preciso lembrar que o PRP estava ativo na clandestinidade, pois havia sido dissolvido formalmente pelos revolucionários de 1930.

Em fevereiro de 1932, PRP e PD unem-se na Frente Única Paulista, lançando manifesto onde propugnam pela “pronta reconstitucionalização do País e a restituição a São Paulo da autonomia de que há dezesseis meses se acha esbulhado (...)”. Esse manifesto é assinado, entre outros, por líderes do PD como Francisco Morato e Júlio de Mesquita Filho, além de antigos líderes perrepistas da República Velha, como Ataliba Leonel, Joaquim Sampaio Vidal, Antônio de Pádua Salles, e Altino Arantes (ex-presidente do Estado), os dois últimos ex-membros assíduos da Comissão Executiva do PRP.

Em abril de 1932, as confabulações por parte das lideranças paulistas no sentido de um conflito armado estavam bem avançadas, o que é atestado pela visita de dois

emissários do governo do Estado ao prefeito Antônio Militão de Lima em uma tarde de abril. Os emissários comunicam que o Palácio dos Campos Elíseos estava informado de que a ditadura manobrava com o intuito de depor o governo do civil e paulista Pedro de Toledo, e que não toleraria mais esta humilhação e preparava-se para repeli-la à força das armas, iniciando um movimento militar em prol da reconstitucionalização do Brasil. Desejava, portanto, o governo Pedro de Toledo saber até que ponto poderia contar com a Prefeitura de São Carlos.

No calor dos acontecimentos de 23 de maio na capital, onde São Paulo tem seus primeiros mártires, São Carlos organiza, em 25 de maio, um grande comício na praça Coronel Salles “em regozijo àqueles feitos gloriosos dos paulistas”. Diversos oradores se fizeram ouvir, em discursos inflamados de patriotismo, sendo todos delirantemente aplaudidos pela multidão, seguindo-se uma passeata acompanhada da bandeira nacional e paulista. Logo após, os manifestantes arrancaram as placas com o nome de ‘João Pessoa’ da antiga Uruguayana, porém, uma circular do Departamento de Administração Municipal ordena a recolocação das placas.

Nas semanas seguintes o clima de tensão recrudescer e o movimento constitucionalista é deflagrado em 9 de julho. Para seus partidários é preciso reconquistar as liberdades civis, políticas e públicas através das armas. Nos discursos há uma abordagem imprecisa e difusa da idéia de liberdade, mas não há dúvida que a liberdade é um “tesouro moral” que deve ser reconquistado. Para os paulistas é uma questão de honra, pois “ninguém usurpará ao grande povo bandeirante a glória de ter resgatado, com sua carne e seu sangue, a liberdade do Brasil”. Há a convicção, portanto, de que o Brasil fora realmente livre. Mas na luta pela Constituição não há o que temer, pois São Paulo torna-se a “cidadela avançada da liberdade”.

A Constituição tudo garante.

“Os chefes supremos da revolução ficam, assim, constituídos em Junta Revolucionária, composta de civis e militares. Pedro de Toledo (proclamado governador de São Paulo), Francisco Morato (PD), Antônio de Pádua Salles são os chefes civis; os generais Isidoro Dias Lopes (comandante geral) e Bertholdo Klinger (que em 12 de julho substituiu o coronel Euclides de Figueiredo no comando revolucionário) são os chefes militares”.⁸⁹

⁸⁹ Bezerra, Holien Gonçalves. O Jogo do Poder – Revolução Paulista de 32. São Paulo, Ed. Moderna, 1990. p.17

Em 10 de julho, Francisco Morato representando a Frente Única Paulista discursa pela rádio conclamando os paulistas para a luta, pois que “... perante Deus e perante os homens não pode viver contente e prosperado, fora da órbita das garantias constitucionais, um povo como o paulista, que foi educado nas doçuras da liberdade e edificou a sua grandeza nas vigas mestras da democracia”.

Na verdade educados sob a égide das oligarquias, os paulistas, por três meses, jogam para debaixo do tapete da memória as quatro décadas de arbitrariedade e desmandos que impediram o incremento da consciência de cidadania sob a República Velha e, liderados pela antiga classe dirigente paulista, aventuram-se na mais desastrosa empreitada de sua história. A classe dirigente no uso ostensivo da ideologia da paulistanidade imposta às massas, faz crer em um passado mítico de liberdade e pujança personificado pelo bandeirante, que acaba sobrepondo-se à lembrança dos ‘viveiros’, do ‘bico de pena’, da ‘degola política’ e do amplo analfabetismo entre outras práticas abusivas e discriminatórias que permearam a República sob o tacão do Partido Republicano Paulista.

Muitos aderem ao Movimento de 1932, movidos pelo ideal, moral e eticamente justo, de defesa dos princípios democráticos, porém, ao observador mais arguto, o movimento perde em legitimidade ao se analisar o histórico político de suas lideranças, ancoradas no antigo coronelismo perrepista e no liberalismo elitista dos “ilustrados” do PD, o que acabará, em grande medida, por determinar os rumos que o movimento irá tomar em São Paulo, ao fazer largo uso de medidas autoritárias e abusivas no sentido de coibir as divergências e assim implantar o pensamento único em torno da “luta por São Paulo unido”.

Capítulo 3 – São Carlos no Movimento Constitucionalista de 1932

3.1. Mobilização para a luta: “A cidade estava eletrizada...”

É possível compor uma imagem da cidade de São Carlos à época da virada dos anos vinte e trinta, a partir das reminiscências de seus antigos moradores.

Para Nelson Lima⁹⁰, ex-combatente de 1932, as recordações da infância, na São Carlos das décadas de 10 e 20, remetem às brincadeiras nas calçadas da antiga Rua São Carlos (atual avenida) e adjacências, no Centro da cidade. A Rua São Carlos era construída com paralelepípedos e muito arborizada, enquanto a Rua Marechal Deodoro era de terra batida. O quarteirão entre a Episcopal e a Rua São Carlos era um campo de futebol. Nesta época, os presos da cidade é que faziam a limpeza dos paralelepípedos, do “matinho” que crescia em seus vãos.

Um pouco mais crescido, Nelson Lima ia ao Derby Clube, atual São Carlos Clube, correr na pista de cavalos. No caminho a criançada roubava pão da janela de algum morador, uma travessura “sadia”, para dividir e matar a fome da turma. Cada bairro da cidade possuía uma turma que se identificava com sua comunidade e que não gostava de se relacionar com as outras. Por isso a molecada da Vila Prado “não se dava” com a turma do Centro e vice-versa, a animosidade era geral. Roubavam também frutas nos quintais e nadavam no rio Monjolinho, próximo à pedreira do Zotti perto da atual Avenida Marginal. Havia brincadeiras de perna-de-pau, corrida de saco, bola de gude, futebol com bola de meia e concurso para ver quem cuspiam ou mijavam mais longe. Brincadeiras do passado.

Ouvia-se dizer que São Carlos já tinha diversos nomes: “Cidade das Três Colinas”, “Cidade das Pérolas” e “Athenas Paulista”. Mais recentemente, “Cidade Sorriso”, “Cidade do Clima” e “Capital da Tecnologia”. Os nomes “Cidades das Três Colinas” e “Cidade das Pérolas” se referiam à posição geográfica de São Carlos e à iluminação pública, a primeira do interior, que caracterizava algo como o brilho de pérolas.

A partir do documentário “São Carlos 1932 – Memórias de uma Revolução⁹¹” coletamos as seguintes recordações sobre a cidade de São Carlos do início dos anos trinta. É interessante expor essas reminiscências a partir das falas dos depoentes, ou

⁹⁰ Depoimento de Nelson de Camargo Lima ao jornal 1ª Página de 09/07/1997

⁹¹ Documentário: “São Carlos – Memórias de uma Revolução”, Direção: Eduardo Sá, 2002.

seja, os antigos moradores, demonstrando, assim, como a cidade permaneceu registrada em suas memórias:

“São Carlos naquela época (1932) era uma cidade pequena e provinciana, mas era muito boa para se viver, muito bem tratada.”

“Tinha-se pouco, mas se vivia bem, a gente dormia com a veneziana escancarada”.

“Era o tempo dos bondes, o bonde era de 1912”.

“Já tinha a fábrica de lápis, a fábrica de tecidos, tecido como se falava. Tinha o seu Faquina, dono da indústria de adubos, tinha o seu Jonete que tinha indústria de tecidos”.

“Todo mundo era conhecido, era como uma família, né?”.

“Era uma cidade calma, a gente podia sair a noite, tudo, né?”.

“Era uma cidade tranqüila, de muitos estudantes. Tinha a escola de comércio D. Pedro II. O grupo Eugenio Franco que a gente falava segundo grupo, tinha o Paulino Carlos e a Dante Alighieri onde é o CDCC hoje. Havia também a Escola Normal anexo do curso primário e o Colégio das Freiras coordenado por freiras francesas”.

“O Córrego do Gregório passava ao lado do mercado velho. O Comércio era só lá. Ali São Carlos era dividido, do lado de lá (Vila Prado) se chamava Calábria porque era tudo italiano”.

“Tinha o Cine São Carlos, o pessoal da Rua General pra cima freqüentava tudo o Cine São José”.

“Tinha o ringue de patinação, na Rua São Carlos pra cima da Marechal”.

“Quando tinha a missa das dez, a gente ia esperar sair da missa pra paquerar as meninas, né?”

“Nós tínhamos o footing que era aqui na Avenida São Carlos em frente ao coreto, a pessoa passeava, arranjava namorada ali, né? Era muito bom pra se viver”

“Aí estourou a revolução.”

Essa rotina tranqüila de cidade interiorana foi profundamente abalada com o início do Movimento Constitucionalista, mergulhando a pequena e próspera cidade paulista em seu momento mais turbulento até então, alterando, por um período, a vida de seus pacatos cidadãos. Aos arroubos ufanistas misturaram-se o medo e a apreensão, as certezas de uma vida tranqüila do interior deram lugar ao imponderável, ainda que a propaganda oficial dos revolucionários desse a vitória como certa.

A apreensão e entusiasmo com que foi recebido o início do Movimento em São Carlos são exemplificados pelo testemunho escrito de Oswaldo Rossi⁹². Pautando por um discurso em defesa do Movimento, Rossi escreve anos depois do episódio:

“A cidade estava eletrizada. Sentia-se, na estranha magnificência daquela tarde de Sol, que uma força nova palpitava, animando todos os corações para algum inédito cometimento. Os olhares de todos se cruzavam em íntimas interrogações.

Nas sacadas rostos ansiosos perscrutavam, de instante a instante, o burburinho das ruas. Os homens se procuravam. Uma vontade mútua de servir os aproximava. Trocavam-se impressões.

Dezessete horas.... Dezessete e meia.... Dezoito horas.... Talvez um pouco mais, talvez....Uma voz límpida e forte entoou as primeiras notas do Hino Brasileiro. Foi o rastilho. Outras se fizeram ouvir, milhares de vozes acompanharam o cantor anônimo. O povo falava enfim.

A multidão, irresistivelmente, caminhou para a praça que tem sido o coração cívico de São Carlos – a Praça do Patriarca em cujo lampadário parece brilhar o espírito e a coragem de José Bonifácio.

Na exaltação do instante magnífico, em que se rompia o amálgama triturante da nossa liberdade, os manifestantes não mediram seu entusiasmo e atiraram-se, com a simplicidade dos heróis, à represália contra os fracos paulistas que haviam cedido à tentação de aquecer-se ao calor do poder”.

O último parágrafo permite compor uma idéia de como eram tratadas as vozes dissonantes. De fato, durante os meses de revolução foi expressamente proibida qualquer manifestação que se opusesse à revolução. No município, os acusados de difamarem a causa paulista eram cerceados pelo Batalhão de Defesa Municipal, corporação civil encarregada do policiamento da cidade em substituição ao destacamento policial, que havia seguido para o front. Segundo João Neves Carneiro, o comando dessa guarda civil colocava a população de sobreaviso “contra os propaladores de boatos tendenciosos e derrotistas (...)”.⁹³

Imediatamente depois de iniciada a revolução, recebeu o prefeito de São Carlos, Antônio Militão de Lima, um telegrama do Dr. Joaquim Sampaio Vidal, então diretor geral do Departamento de Municipalidades, determinando ao Chefe do Executivo que se

⁹² Arquivo Nelson Lima – CECH – UFSCAR (São Carlos)

⁹³ Carneiro, João Neves. São Carlos na Revolução Paulista de 1932. São Carlos, 1973. p.49

conservasse no seu cargo, a fim de atender às necessidades do serviço público. Determinou ainda que o prefeito não se afastasse da sede do Município, bem como da superintendência dos serviços da prefeitura; que estabelecesse a fiscalização do comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, organizando tabelas de preços para evitar a elevação dos mesmos e autorizando a interferência do poder municipal nos mercados; que atendesse às requisições militares oriundas, respectivamente, do Comando Geral das Forças Constitucionalistas, providenciando o que fosse solicitado por seus emissários devidamente autorizados aos quais deveriam ser prestados apoio e auxílio; que organizasse, de acordo com o delegado de polícia, a guarda municipal, estabelecendo, para esse fim, voluntários civis para a manutenção da ordem no município, fornecendo guardas à cadeia, postos policiais, edifícios públicos, substituindo, eventualmente, o destacamento local; que atendesse os emissários das forças constitucionalistas encarregados da inscrição de voluntários, prestando-lhes apoio, e que centralizasse os serviços da sede da prefeitura.⁹⁴

Nesta ocasião foi organizado nas dependências da “Escola Normal Dr. Álvaro Guião” um movimento que se intitulou “Grupo dos 13” (referência às 13 listras da bandeira paulista) o qual integrava Luís Roher, um dos jovens de São Carlos morto em combate.

No dia 11 de julho, o *Correio de São Carlos* publica manifesto intitulado “São Paulo de pé pelo Brasil”, assinado pelo prefeito Antônio Militão de Lima e pelos principais líderes políticos da cidade:

“Na Prefeitura Municipal acham-se abertas as inscrições de todas as pessoas que desejarem alistar-se sob a bandeira constitucionalista, alvorada pelo nosso Estado.

É já do conhecimento do povo são-carlense o esplêndido movimento que nasceu na Capital paulista na madrugada de domingo e ao qual aderiram a Força Pública de São Paulo, o Exército nacional e o povo paulista. São Paulo desfralda nesta hora grandiosa de sua História, a bandeira da constituição, para que o Brasil volte a ser feliz, sob o império da Lei, da Ordem e da Democracia.

Os são-carlenses não hesitarão, certamente em hipotecar todo o seu apoio ao movimento reivindicador que empolga hoje, toda a alma paulista.

Na Secretaria da Prefeitura Municipal acha-se aberto, de hoje em diante, um livro destinado a receber as assinaturas de todas as pessoas que desejarem formar no

⁹⁴ Extraído de depoimento de João Neves Carneiro ao jornal *A Cidade* (11/07/1957)

Exército Constitucionalista, a fim de se baterem pela reintegração da Pátria no domínio da Ordem e da Lei. São Carlos, 11 de julho de 1932. Antônio Militão de Lima, prefeito municipal, Ananias Evangelista de Toledo, Oscar Geribello, Elias Augusto de Camargo Salles”.

Entre os que assinam o manifesto, podemos observar a presença de representantes das facções adversárias de São Carlos, sendo botelhistas o prefeito Militão e Elias Augusto como representante dos Salles, os demais são pedeístas. A Revolução Constitucionalista representou inédito conagraçamento dos partidos locais, sendo necessário pontuar que Elias Augusto, assim como seu pai, recebia a alcunha de coronel.⁹⁵

Nesses termos de forte apelo cívico em defesa da democracia é então iniciada a convocação de voluntários para as mais diversas funções.

O são-carlense Ítalo Cesarini recorda-se sobre esse momento: “Eu estudava no Rio de Janeiro e quando eu embarquei em 9 de julho o bilheteiro não quis vender a passagem porque tinha um movimento revolucionário em São Paulo, então papai virou-se pra mim e disse ‘vê se troca essa roupa por uma farda’”.

3.2. O voluntariado em São Carlos

Diariamente o governo do Estado e o Departamento de Administração Municipal enviavam ao prefeito Militão de Lima telegramas e ofícios com as providências necessárias a serem tomadas. Dessa forma a prefeitura se tornou o centro articulador das iniciativas revolucionárias em São Carlos. A partir da prefeitura se desdobravam as demais associações de apoio à causa revolucionária, como as Comissões de Abastecimento e Alistamento. As associações que não provinham da prefeitura tinham, no entanto, que se reportar a ela.

Havia uma grande apreensão, expectativa e entusiasmo no ar. A edição de 12 de julho do *Correio de São Carlos* informa: "Nesta cidade reina grande entusiasmo pela nova arrancada paulista em favor da Constituinte. É que todos sentem as mesmas vibrações de alto civismo que enobrecem o povo de Piratininga". E ainda: "Na manhã de ontem, soube-se que algo anormal havia em São Paulo. Os trens só corriam até

⁹⁵ Em 1922 a praça Coronel Salles é batizada com o nome de seu pai, coronel José Augusto de Oliveira Salles

Jundiaí. Os telégrafos interrompidos para o público e os telefones para a Capital não funcionavam".

A cada dia, notícias tratando da movimentação revolucionária chegam a São Carlos. Os ânimos se acirram e os discursos cívicos de exaltação à causa paulista se avolumam nas ruas, nos jornais e no rádio. Do gabinete do prefeito municipal lê-se a 16 de julho a seguinte nota: “(...) Continua em todos os setores da nossa cidade e município, o alistamento de voluntários que desejam formar nas fileiras dos exércitos que se batem, nesta hora, gloriosa da terra de Piratininga, pela redenção do Brasil. O entusiasmo com que São Carlos recebeu o gesto altaneiro de São Paulo, abandonando a enxada, as suas fábricas, as suas escolas pelos fuzis, recrudescer, dia a dia, o Ideal sacrossanto da Liberdade, que somente a Constituição poderá dar ao Brasil depois do movimento vitorioso de 1930, vibra, intensamente, em todos os corações são-carlenses, o amor ao Brasil e a todas as coisas que lhe dizem respeito impulsiona o nosso povo, sem distinção de classes sociais”. (CSC, 16/07/32)

Representantes da Frente Única Paulista chegam à cidade com a finalidade de coordenar e intensificar o alistamento, constituindo-se assim a Comissão Central de Alistamento de Voluntários. Essa Comissão Central coordenava as seguintes juntas de alistamento:

- Posto de Concentração Militar localizado no Grupo Escolar Paulino Carlos
- Junta de alistamento militar da M.M.D.C.
- Comissão Central de Alistamento
- Comissão Central de Ibaté

Os primeiros contingentes de voluntários a partirem para as trincheiras foram alistados nessas juntas, partindo já com 54 rapazes o primeiro contingente em 11 de julho com destino à capital, onde se integrou a outros comandos, segundo Virgílio Palermo⁹⁶ “... era tudo jovem de 16, 17 anos e se alistavam”. A marcha dos contingentes até a Estação Ferroviária de onde embarcavam para suas missões, normalmente tinha início na Praça Coronel Salles. Na praça as principais autoridades municipais discursavam para a multidão sendo seguidos freqüentemente por apresentação da Banda de Ambrósio dos Santos que “toda a tarde saía para arrebancar mais gente”.

⁹⁶ Os depoimentos de Virgílio Palermo, Ricardo Gonçalves, Ítalo Cesarini, Francisco Dias, Pedro Monteleone, Mariano Ortega, Ruy Fernandes Nunes, Francisca Karan, Maria C. De Lima Prieto, Geovane Cardinalli, Justina Cardinalli foram transcritos a partir do documentário “São Carlos 1932 – Memórias de uma Revolução”. Direção: Eduardo Sá, 2002.

Após a cerimônia, os contingentes seguiam para a estação, sempre acompanhados pela multidão emocionada. As pessoas interrompiam seus afazeres e corriam para as janelas, para a rua acenar com rostos jubilosos de orgulho. Mães choravam, esposas e namoradas mandavam beijos e homens faziam de qualquer superfície elevada um palanque improvisado para discursos de exaltação à coragem dos voluntários, ou simplesmente gritavam palavras de ordem. As crianças subiam nos postes e muros ou corriam no meio das tropas. A marcha dos contingentes de voluntários era sempre um espetáculo que parava São Carlos em sua comoção.

Recorda-se Pedro Monteleone: “ (...) nós ficávamos na avenida São Carlos vendo a banda passar tocando aquelas marchas que parecia que ia sair o coração da gente, era muito sentimental (...) chegavam os contingentes com a banda e ficavam todos em frente à estação, já chorando antes de entrarem na estação”.

Muitos embarcavam em vagão de gado com destino à capital onde recebiam breve treinamento, seguindo, logo após, para Lorena, alguns para o quartel general em Bragança e os demais 20 km adiante, na Serra da Mantiqueira. Segundo Ítalo Cesarini: “(...) e lá (capital) recebemos uniforme, instrução e tudo o que deveria ser feito, cantava-se muito o hino nacional (...) quando as pessoas estavam no front é que se recebiam os capacetes”.

É possível ter uma idéia do processo de preparo ao qual os jovens de São Carlos eram submetidos antes de seguirem para o front, a partir da experiência de Nelson Lima.⁹⁷

Voluntário de um dos primeiros contingentes a seguirem para a capital, Nelson Lima e mais sessenta companheiros foram enviados ao Instituto de Educação, na Praça da República, ficando aquartelados durante certo tempo. Após isto, foram enviados para Lorena – SP, onde mais de duzentos soldados estavam esperando o momento de serem enviados ao front. Nelson Lima conta que nem mesmo tinha freqüentado o tiro de guerra, pois como a maioria dos voluntários “estava lá por puro patriotismo, pois mesmo quem nunca tinha tido um treino militar, estava lá para defender os interesses do Estado de São Paulo”. A primeira leva de voluntários que partiu de São Carlos, formou o batalhão “Fernão Dias Paes Leme” com quase sessenta integrantes - médicos, advogados, estudantes e civis – todos, segundo Nelson, em busca de um mesmo objetivo, a liberdade do país.

⁹⁷ Relato dado ao jornal Primeira Página de 09/07/1997

As instruções e os treinamentos aconteciam em Lorena, local para onde era enviado grande número de voluntários, para treinamento e prontidão. Nelson Lima, por seu grau de instrução foi “agraciado” com a patente de cabo, passando a fazer parte do grupo de instrutores. Segundo seu relato as pessoas que lá chegavam eram divididas por turmas, aqueles que não tinham instrução, recebiam a patente de soldado, os de instrução média, a de cabo e os indivíduos de nível superior, recebiam a patente de tenente.

Lima relata que havia então o treinamento militar, que consistia em corrida no brejo, em volta da cidade, ginástica e simulação de tiro, pois não possuíam munição para isso. Andavam com o fuzil na mão, mas sem bala. Certa ocasião um dos oficiais convocou um combatente que soubesse atirar e todos do pelotão se ofereceram, mesmo aqueles que não sabiam sequer usar uma arma, em suas palavras “uma loucura total”, pois o “afã de participar do movimento era mais forte que qualquer dificuldade individual”.

Ao longo dos meses de julho e agosto, São Carlos enviou para a guerra um total de onze contingentes de voluntários perfazendo um número aproximado de 567 pessoas, entre jovens e adultos. Sobre o sétimo contingente o Correio de São Carlos de 11 de agosto informa: “(...) Novo contingente de voluntários. São Carlos mandou ontem, para o ‘front’, o seu 7º contingente de voluntários. São dezesseis jovens que seguem animados do sentimento de patriotismo que vem impulsionando a todos os que combatem pela volta do país ao regime da lei”. Tragicamente três rapazes desse contingente não retornam do front, são eles Alípio Benedito, Benedito Ferreira da Silva e Modesto Santana de 24 anos.

Os distritos de Ibaté e Santa Eudóxia (na época eram distritos de paz de São Carlos) também contribuíram com voluntários para as fileiras que partiam rumo às frentes de combate.

Em meados de setembro, formou-se um Batalhão de Sapadores composto por 294 homens com o objetivo de oferecer apoio logístico, tendo entre suas funções a escavação de trincheiras e a abertura e manutenção de estradas. O Batalhão de Sapadores de São Carlos foi enviado para a Frente Norte. No mesmo mês, chegou à Comissão Central de Alistamento de Voluntários, ordem do alto comando militar da Revolução para que fossem abertas inscrições de voluntários, que formariam a reserva das tropas combatentes.

São comuns os discursos propalando a pretensa igualdade entre os voluntários em sua luta pela Constituição, todos irmãos em armas, sem distinção de classe social ou raça. Em 28 de agosto o *Correio de São Carlos* transcreve discurso da professora são-carlense Jacy Camargo: “(...) Senhores: Neste momento, em que todo paulista é soldado, neste momento, em que é soldado o velho, o moço, a criança, o branco, o preto, o índio, ninguém tem mais obrigação de sê-lo que o professor. É por isso que me encontro aqui. Não fora esse dever imperioso, essa obrigação que temos de nunca nos negarmos a trabalhar pelo civismo, e eu não teria coragem para abusar de vossa benevolência (...)”.

Entretanto, o discurso de igualdade não escondia o tratamento discriminatório ao qual os negros eram submetidos:

“(...) Apelo. Atendendo aos despachos telegráficos do Exmo. Sr.Dr. Chefe de Polícia, de 25 de julho e 1 de agosto, faço veemente apelo a todos os homens de cor são-carlenses, a fim de se incorporarem, inscrevendo-se imediatamente junto à Comissão de alistamento, em o edifício do Grupo Paulino Carlos, nesta cidade, para serem logo encaminhados ao terceiro Batalhão ‘Conselheiro Rebouças’ da Legião Negra em São Paulo, para com orgulho e bravura marcharem em obediência à Lei, tornando a Força Constitucionalista, a qual se reintegrará o Brasil no ritmo da sua União, Soberania e Cultura.

Alistai-vos sem perder tempo, irmãos homens de cor! Alistai-vos!”(CSC,14/08/32).

Certamente um dos mais desconhecidos, silenciados e menos estudados aspectos da guerra civil de 1932 é a participação da Legião Negra. Os soldados da Legião Negra também conhecidos como os “Pérolas Negras” receberam, ao que tudo indica, um tratamento discriminatório no interior das forças constitucionalistas. De acordo com Bezerra, este agrupamento militar “é bastante elogiado pelos autores, para demonstrar que não há diferença de raça quando se trata do entusiasmo pela ‘causa sagrada’. Mas não é muito ressaltado que a Legião Negra é enviada logo para a linha de frente, a sustentar os mais pesados dos combates”.⁹⁸ Várias evidências apontam que os batalhões da Legião Negra eram, na maioria das vezes, tratados como “bucha de canhão” e lançados para assumir a linha de frente dos combates. Em suas memórias Affonso de

⁹⁸ Bezerra. Artimanhas da Dominação.p.29

Carvalho acusa os paulistas de usarem os negros como escudos humanos⁹⁹. Entretanto, é necessário mencionar que um dos principais comandantes das forças paulistas era o Coronel Palimércio de Rezende, gaúcho e negro. Esse fato denota, mais uma vez, a complexidade e as contradições do movimento de 1932.

Em São Carlos a convocação aos negros é freqüente e sempre dirigida separadamente: “(...) Hoje, na praça Coronel Salles, haverá um comício especialmente dedicado aos pretos, que para isto estão convidados (...)”¹⁰⁰.

São Carlos contribuiu com centenas de voluntários. O voluntariado constituiu peça-chave do processo revolucionário em São Paulo. O forte voluntariado paulista é referência constante nas obras que se dedicam à revolução de 32, sendo os voluntários descritos como a verdadeira pedra angular do movimento. Diante deles, os políticos e os militares perdem em importância no desenrolar do processo revolucionário.

Ainda em relação ao alistamento em São Carlos, há fatos curiosos que ilustram bem o forte apelo do serviço voluntário. Logo no início da revolução, a maior parte dos médicos da cidade alistou-se e partiu para as regiões de conflito. Apenas dois médicos permaneceram por serem idosos, os doutores Serafim Vieira de Almeida e João Oliveira. Um terceiro, o Dr. João Sabino que já havia se alistado, permaneceu na cidade graças à solicitação do Prefeito Antônio Militão, pois de outro modo, a cidade ficaria sem médicos suficientes.

3.3. Abastecimento e transporte em São Carlos

Em São Carlos organizou-se a Comissão Central de Abastecimento. Essa Comissão tinha por finalidade, levantar recursos e organizar a coleta de donativos de todo tipo, como dinheiro, alimentos, combustível, armas, animais, ferramentas e toda espécie de material útil às tropas.

A partir da Comissão Central de Abastecimento organizaram-se setores por todo o município, sendo cada setor responsável pela coleta de um tipo específico de artigo. O setor encarregado da coleta de alimentos e gado ficou sob a responsabilidade do líder da facção dos Botelhos, Bento Carlos de Arruda Botelho, contando com bases de apoio em São Carlos, Ibaté, Água Vermelha, Estação do Monjolinho, Santa Eudóxia e Babilônia.

⁹⁹ Carvalho, Affonso. Capacete de aço: cenas da lucta do Exército do Leste no Valle do Parayba. Civilização Brasileira Editora, Ro de Janeiro, 1933.

¹⁰⁰ Jornal Correio de SãoCarlos de 19/09/1932

A saída de alimentos era estritamente controlada pela Prefeitura, principalmente no tocante a alimentos de primeira necessidade como cereais, sal, açúcar, etc, sendo os comerciantes e agricultores expressamente proibidos de enviá-los para fora sem autorização. Esse controle estrito dirigiu-se também a artigos como gasolina, querosene, chumbo, óleos lubrificantes, nitrato e cloreto de potássio. Esses materiais tinham que ter seus estoques declarados pelos comerciantes na Prefeitura, só podendo vendê-los com autorização, porém o nitrato e o cloreto de potássio bem como o arame farpado, tinham que obrigatoriamente ser entregues à Comissão de Explosivos, Cadastro e Mobilização Industrial.

O *Correio de São Carlos*, no dia 30 de julho, publica a seguinte nota: "A exemplo do que já foi feito em outras cidades do nosso Estado, a Prefeitura vai proibir, nesta cidade e no município, o trânsito de automóveis particulares, salvo os de médicos em serviço profissional. Apesar de ser ainda muito abundante no Estado o estoque de gasolina, torna-se perfeitamente explicável e muito louvável a medida de economia que vai ser posta em prática pelo nosso digno e operoso Prefeito, porque a ninguém é dado prever o tempo de duração da luta em que estamos empenhados". Em julho, o prefeito Militão de Lima recebe telegrama do Dr. Erasmo de Assunção Filho, chefe do Departamento das Tropas em Operação, solicitando que se procedesse à vistoria e à avaliação de todos os carros particulares ou de aluguel, para que estivessem prontos em caso de necessidade.

Essas medidas eram necessárias, pois o Estado estava isolado com toda a divisa cercada pelas tropas federais e o litoral bloqueado pela Marinha de Guerra. Apenas ao sul da divisa com o Mato Grosso havia acesso, mas esse estado aliado era demasiadamente pobre pra que pudesse contribuir de maneira efetiva, apesar de ter doado grandes rebanhos de gado para abastecer as tropas paulistas.

Foi imposto pelo governo do Estado o tabelamento de preços dos produtos de primeira necessidade. Essa medida visava coibir a especulação com os preços, evitando que a população fosse prejudicada.

A Força Pública da cidade também teve papel atuante, trabalhando fortemente na arrecadação de artigos como: zinco, ferro fundido, níquel, chumbo e outros materiais empregados com finalidade bélica.

A Prefeitura emitiu comunicados, através da imprensa, convocando os cidadãos, lojas de armas e empresas de transporte que possuíssem carabinas "Winchester 44", a enviar em 48 horas a relação dessas armas e munição.

Por ordens do governo do Estado, a prefeitura também comunicava que os criadores que tivessem condições deveriam contribuir com cavalos para a cavalaria das tropas baseadas em Minas Gerais, no que foi prontamente atendida, pois muitos animais foram cedidos. Em seu discurso “A Lavoura em Guerra” onde conclama os fazendeiros a emprenderem maiores esforços, um rico fazendeiro são-carlense afirma: “Um dos mais opulentos lavradores do nosso Estado, quando o administrador de suas fazendas, veio lhe perguntar que cavalos mandava à linha de fogo, respondeu: ‘meus filhos e genros partiram para a linha de fogo e você vem me perguntar que cavalos escolhe?’”.¹⁰¹

Na Escola Normal foi instalada uma seção da Cruz Vermelha dedicada ao preparo das ataduras e de outros materiais aos hospitais de sangue, ali também funcionou uma escola de enfermagem, enquanto no Tênis Clube a Cruzada Roupas Branca confeccionava grandes quantidades de peças de roupas brancas e agasalhos para os soldados. Na Escola Profissional eram feitas as caixinhas para munição, que depois eram transportadas em lombos de burros, e ali também eram torneadas cápsulas para a bala de canhão.

Em depoimento ao jornal *A Cidade* (08/07/1957), João Neves Carneiro, secretário de governo do prefeito Militão de Lima ao longo de sua gestão, recorda-se: (...) merece especial referência o Batalhão de Escoteiros ‘Pedro de Toledo’, que dia e noite se encarregava da execução de diversas tarefas como (...) organização de donativos para a Revolução, prestar serviços junto ao gabinete do Prefeito e Secretaria da Prefeitura, e assistência às instituições de caridade e outros encargos.

Quando desfilavam pelas ruas da cidade arvorava um enorme dístico, com esta inscrição: ‘Se for preciso, nós também iremos’ (...).¹⁰²

O são-carlense Ricardo Gonçalves recorda-se que “o orgulho dos pais era ter o filho como escoteiro, tinha mais ou menos 350, era bonito, a gente desfilava e as pessoas que tomavam conta da gente eram pessoas de muito respeito, sabiam o que era bom pras crianças, era muito bonito, eu me sentia orgulhoso (...) o escoteiro

¹⁰¹ Correio de São Carlos 24/08/1932

¹⁰² Isabel Ferreira Bertolucci, ao escrever para o jornal anarquista *A Plebe* em artigo de 24/11/1932, assim comenta a cooptação de crianças por uma ordem beligerante ao longo da guerra civil de 32: “E ao contemplarmos coagidos e forçados o triste espetáculo da parada infantil, neste dia que lembra os mártires da “independência” (7 de setembro) repitamos fervorosamente esta frase sublime de Júlia Lopes de Almeida, escritora brasileira: ‘Louvar diante das crianças façanhas de guerra é dar-lhes a saborear pastilhas venenosas. Antes da mestra, já a mãe deve embalar o berço do seu filho com as cantigas em que se exaltem só ações de bondade e de justiça. Precisamos acalmar o coração do mundo, basta de ódio’”. In: Carone, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979. p.472

acompanhava tudo, era também um patriota”. Segundo Pedro Monteleone “era até muito bonitinho a roupa de escoteiro, sabe? Brim caqui, roupinha amarela, com lencinho vermelho, com bonezinho, muito bonito, viu? E com a cinta escrito ‘sempre alerta’ (...)”.

Os escoteiros batiam de casa em casa pedindo o que fosse para os soldados no front e para as famílias dos combatentes, pois “precisava-se pedir cigarro, agasalhos para os soldados, bucha, calçados, ferro velho, o que fosse dado era usado e a gente nunca saía de mãos vazias, era tanto patriotismo das pessoas...”. O advogado Álvaro Giongo¹⁰³ era, em São Carlos, uma das crianças integrantes desse batalhão. Residente em São Paulo no início da revolução recorda-se:

“Lembro-me da organização dos batalhões, dos desfiles, das bandas de música, dos discursos inflamados dos acadêmicos de direito do Largo São Francisco”. Lembranças de alguém que naquela época era um garoto de 13 anos e que freqüentava o externato em Campinas. “Mas naquele clima de euforia havia momentos de sobressalto. De repente, com medo, as pessoas corriam para os porões esperando bombas que iriam cair (...). Logo em agosto, trouxeram-me para São Carlos, onde passei a frequentar o batalhão dos escoteiros. Éramos responsáveis pela coleta de víveres e de roupas que, posteriormente, eram enviadas à frente de combate. Quando saíamos à procura de ovos, muitas vezes em famílias sem muito recurso, a mãe dirigia-se até o galinheiro, encontrar três ou quatro ovos e nos entregava todos eles, desprendidamente. Ao procurarmos cobertores, não raro ouvíamos a frase: ‘eu tenho três, levem dois’”.

Ricardo Gonçalves recorda-se durante a campanha do ferro velho onde o ímpeto por parte da população em querer contribuir foi tanto que na Rua São Carlos (atual avenida) formaram-se dois enormes montes de ferro velho que “atrapalhou completamente o trânsito da cidade ali”.

Em 17 de julho, iniciou-se a construção do campo de aviação. Essa foi uma determinação feita à prefeitura municipal pelo governo estadual através do Departamento de Municipalidades logo no início da revolução. O local escolhido foi uma área de 16.000 metros quadrados próximo ao cemitério da Vila Marina (onde até 2001 era o Aero clube de São Carlos). Para a construção do campo de aviação, Paulino

¹⁰³ Depoimento ao jornal *A Folha* (09/07/1976)

Botelho de Abreu Sampaio, Bento Carlos de Arruda Botelho e Joaquim Evangelista de Toledo puseram à disposição da prefeitura os funcionários de suas fazendas, um total de 165 pessoas, que, juntamente com os da prefeitura formaram 265 trabalhadores. Em poucos dias o campo estava em operação.

Pistas de pouso de emergência foram construídas por todo o Estado de São Paulo, pois nessa época o avião já era largamente usado nas missões de transporte de mensagens e cargas além de serem empregados em batalha. Mariano Ortega recorda-se que em São Carlos “de vez em quando aparecia um avião chamado de vermelhinho”. O vermelho era a cor dos aviões empregados em 1932 quando vinham de fábrica e na realidade havia “vermelhinho” de ambos os lados. Com o desenrolar do conflito não houve tempo hábil para uma mudança de padrão de pintura dos aviões, então esse modelo foi marcante na guerra pelo terror que causava quando ao longe, mirava-se o horizonte e via-se uma mancha vermelha se aproximando, o que significava um ataque iminente sobre as tropas ou as cidades. Segundo Maria de Lima Prieto¹⁰⁴, “todo mundo ficava apavorado com os vermelhinhos, o pessoal corria se esconder na igreja”.

3.4. Campanha do Ouro em São Carlos

Ainda dentro do espírito cívico de colaboração material, é fundamental considerar o impacto que a campanha do ouro teve sobre o Movimento de 1932, pois em torno dela houve grande mobilização ideológica. Muitos autores ressaltam a “dedicação á causa sagrada”, através de donativos.

Sendo lançada em 9 de agosto de 1932, a campanha “Ouro para São Paulo” superou todas as expectativas. Nas palavras de um autor memorialista “... é preciso enaltecer, uma vez mais, o desprendimento da mulher paulista, que perdeu a mais feminina e resistente das vaidades: o amor pelas jóias”.

Até mesmo as alianças, símbolo do casamento, foram doadas com as bençãos do clero, assim como jóias de família e era comum presenciar mulheres que tiravam as jóias de seu próprio corpo e as doavam espontaneamente. Essas imagens geravam expressões de espanto: “... mas garimpava-o a generosidade inédita de um povo. A campanha do ouro paulista para a vitória é uma pagina inédita na história do mundo”. É

¹⁰⁴ Filha do prefeito de São Carlos Antônio Militão de Lima

comum também encontrar referências comovidas diante da generosidade das pessoas humildes, para quem o pouco que doam representa tudo que possuem.

Pode-se ver nesse aspecto, a exploração consentida dos mais pobres, que através de um discurso de solidariedade propalado pela burguesia, se vêem sutilmente espoliados de seus poucos bens materiais.

O discurso ideológico da época provocou um processo de inversão, em que o ouro aparece desprovido de seu valor e significado material, sendo transformado em valor moral. O ouro passa a ser símbolo de unidade social e não mais de separação das classes. Ricos e até mesmo os pobres doam o pouco que têm. Alianças matrimoniais são em grande número. Em São Paulo, 87120 alianças haviam sido doadas até o dia 29 de setembro de 1932.

Nos primeiros dias da campanha do ouro em São Carlos, em 16 de agosto de 1932, cerca de 90 pessoas tinham feito doações em ouro. O *Correio de São Carlos* ao comentar a participação das mulheres diz: “Paulista acima de tudo, prefere despojar-se de tudo, tudo oferecendo, num sorriso entusiasta, seguro da vitória”.

Em 28 de agosto Dona Jacy Penteado, professora da Escola Normal, discursa convocando as mulheres a participarem, pois “cada qual dará o que lhe for pedido para a liberdade de São Paulo: as mulheres o ouro, para a construção do archote, e os homens o sangue, para a formação da chama, que iluminará todo o Brasil e deslumbrará o mundo!”. (CSC, 29/08/1032)

O arcebispo de São Carlos, Dom José Marcondes Homem de Mello, doou a sua cruz peitoral, uma jóia de grande valor composta por 5 turmalinas, 5 pérolas e 13 diamantes.

Fazendo a divulgação da campanha, o *Correio de São Carlos* escreve: “Qualquer objeto de ouro, platina, etc,... servirá. São os pequeninos grãos, carregados pelas numerosas formigas do Estado, que reunidos irão constituir o tesouro sobre o qual se alicerçará melhor a confiança e a idoneidade financeiras. Para lastro das emissões, para as despesas destinadas a qualquer fim que seja, servirá esse metal à causa constitucionalista”.

Essas doações eram feitas normalmente à agência do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que contabilizava e tornava pública, dia após dia, a quantidade doada.

Essa contabilidade era publicada na imprensa e nos dá uma idéia do nível de envolvimento da comunidade. Em 15 dias desde o início da campanha, ou seja, no dia

31 de agosto, já se tinham registrado 1198 doações em São Carlos. Obviamente, as doações computadas não eram apenas jóias, mas dinheiro também. Em 18 de agosto os funcionários municipais doaram quantias correspondentes a um dia de trabalho, cujas importâncias destinavam-se à aquisição de capacetes de aço para as tropas. Os caixeiros viajantes também se solidarizam: “Nós, Caixeiros viajantes moradores nesta cidade, gratos pela acolhida que temos sido honrados pela distinta sociedade são-carlense, desejamos neste momento de exaltação cívica de que São Paulo se acha empolgado e para o qual os filhos de São Carlos tanto têm cooperado, contribuir com as importâncias abaixo, por nós subscrita, mensalmente, durante o tempo que for preciso e nos for possível, para auxílio às famílias pobres dos são-carlenses tombados ou feridos no campo de luta”.

Essas doações não eram feitas apenas pelos cidadãos comuns, mas também contavam com a colaboração de diversas instituições. A Igreja Católica além de ter sido representada na figura do bispo Dom José Marcondes que doou valiosa jóia, também contribuiu com a doação de outros objetos de valor, como um grande escudo de ouro.

A Prefeitura, através do prefeito Antônio Militão de Lima, doou um tinteiro de prata acompanhado de uma caneta de ouro pertencente à Câmara Municipal.

A Diretoria da Paulista Esporte Clube doou a quantia de 500\$000.

As colônias de imigrantes radicadas em São Carlos deram forte apoio à Campanha de 32, as diversas colônias contribuíram com grandes somas em dinheiro além de diversos artigos necessários à guerra.

No jornal *A Tarde* foi publicada nota escrita pelos líderes da colônia síria Sabah Sallum e Farjala Labaki, convocando os sírios residentes em São Carlos a doarem brim kaki para a confecção do fardamento dos soldados. Em sua convocação lembravam que havia muitos filhos de sírios integrando o 2º Regimento de Infantaria de Rio Preto.

Em 1932 as colônias de imigrantes em São Carlos ainda eram bem delimitadas devido à imigração relativamente recente, e em seu apoio ao movimento constitucionalista eram representadas por comissões. Dessa forma, a colônia portuguesa se fazia representar por comissão formada por Bernardino Fernandes Nunes, João Ferreira e Josué Martins. A colônia italiana era representada por Giuseppe de Molfeto, Mário Constanzo, Gildo Bucolato, Francisco Schiavone e Geraldo Schettini. A colônia japonesa tinha como principal líder Iraziro Toyama e também era representada por Genki Toma, Yokikama Kuba e Taru Tokata. Os judeus em São Carlos eram

representados por comissão formada por Aron Schens, Samuel Averbérg, Leiba Levin e Isaias Carandah.

Certamente, a forte participação das colônias de imigrantes deve-se ao fato de esses grupos aproveitarem o ensejo proporcionado pela convocação à participação cívica para mais facilmente se integrarem à vida social e política de seu novo país.

“Bendita cidade de São Carlos, cujos estrangeiros que aqui comungam com o nosso trabalho e progresso, prontificaram-se imediatamente e já trabalham, cada qual nas suas valiosas atribuições, dando assim um requinte de valor à nossa causa e quanto vale a nossa sincera hospitalidade” (CSC, 24/07/1932).

Geralmente organizadas em clubes e associações, as diversas colônias estrangeiras radicadas no Estado de São Paulo chegaram a ponto de criar uma espécie de competição onde a vencedora seria aquela que oferecesse mais contribuições à causa constitucionalista. Nisso ocorreu um episódio curioso: a colônia alemã se mobilizou rapidamente ao saber que os italianos haviam doado três caminhões - ambulâncias e, num esforço germânico, doaram em poucos dias outros cinco para a Cruz Vermelha.

3.5. A participação das mulheres

É importante salientar a participação fundamental da mulher no movimento de 1932. As mulheres integraram os mais diversos setores do Movimento, estando presente nas oficinas de costura e nas organizações de retaguarda, além de atuarem voluntariamente nos postos avançados como enfermeiras, prestando auxílio aos soldados.

“Todas as cartas são parecidas. Civismo transbordante, verdadeira renascença das mulheres paulistas da bandeira que indicavam aos pais, irmãos e filhos o campo da luta e da honra”.¹⁰⁵

Ao longo da Revolução, a mulher paulista desenvolveu um discurso de forte apelo cívico, que veio a exercer grande pressão moral sobre os homens, obrigando-os a se decidirem pelo alistamento, e a partirem para a guerra. Elas exercem, assim, papel fundamental na arremetida de voluntários, que se alistam sem muita convicção. Clóvis Gonçalves, adversário dos paulistas, ilustra bem essa questão: “Mas, alguns dos nossos prisioneiros não perdoam às suas incansáveis co-estaduanas, o modo de os terem

¹⁰⁵ Capelato, Maria Helena. O Movimento de 1932: A Causa Paulista. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

lançado, mesmo contra a vontade, ao front. É que as mesmas chegaram a ofender-lhes o amor-próprio de homens. Em São Paulo e outras cidades, ao ser encontrado um cidadão a passear despreocupadamente, as jovens não puderam conter o seu desprezo àqueles cujas convicções não eram inspiradas na cartilha do perrepismo. Para cúmulo de audácia – nô-lo afirmam os prisioneiros – chegaram a oferecer as saias aos que, discernindo, em meio da demagogia, as verdadeiras finalidades do movimento, lhe recusaram os seus serviços”.¹⁰⁶

Clóvis Gonçalves, oficial do exército federal, em seu relato do front, menciona um episódio em que as tropas federais infligiram pesadas baixas aos paulistas: “(...) Em breve a distancia reduzida permitiu que nos chegassem angustiosos pedidos de socorro. O comandante do destacamento, Coronel Dornéles, teve dó daqueles infelizes rapazes, que, sem a instrução militar conveniente, a lábria dos políticos e as saias das paulistas forçaram a servir de carne para as nossas metralhadoras e canhões...”.

Dessa forma, podemos observar que a participação da mulher paulista foi extremamente ativa, exercendo o papel de propagadora da ideologia revolucionária com extrema eficácia.

Há ainda no tocante às mulheres o artifício ideológico que procura suprimir as diferenças sociais. Discursos de exaltação ao trabalho das mulheres, que em prol da causa, trabalham ombro a ombro sem distinção de classe, em que damas da sociedade correm para as cozinhas ao lado das “filhas do povo”, a fim de prover as tropas.

No entanto essa propalada igualdade é ilusória, como relata a carta de Isabel Ferreira Bertolucci¹⁰⁷ publicada no jornal anarquista *A Plebe*, de 24/11/1932. Evidenciando forte consciência de classe, suas palavras ilustram a percepção clara que muitos representantes da classe operária possuíam do movimento constitucionalista:

“Em nome da mulher paulista falaram as senhoras católicas, as senhoras evangélicas, as senhoras espíritas e espiritualistas, professoras e damas do escol social. Todas no mesmo diapásão. A mulher operária e as mães de soldados anônimos não puderam falar em nome da Mulher Paulista (...) Mulher Paulista! Porventura se restringe, a mulher paulista, às categorias acima mencionadas, e as operárias, as mulheres das classes dos humildes, serão excluídas do direito de nacionalidade? (...) E dentre elas, dentre as mulheres proletárias, que não podiam se manifestar falando com o

¹⁰⁶ Gonçalves, Clóvis. Carne Para Canhão! O front em 1932. Rio de Janeiro, Renascença Editora, 1933. p.164

¹⁰⁷ Carone, Edgar. Op. cit. p.472

coração, pelo rádio e pela imprensa, em nome da mulher paulista, surgiram as mulheres úteis, as que pensam nas coisas graves, para gáudio da humanidade – que têm nas suas humildes criaturas a sua glória, a sua honra, a sua esperança e verificou-se muita dedicação pela sorte das vítimas cegas da indústria da guerra”.

Ainda assim, de forma geral, o discurso predominante da época é o de exaltação ao espírito cívico da mulher paulista, comparada muitas vezes às esposas dos bandeirantes, que instigavam seus homens à conquista. O apelo ideológico dessas imagens heróicas, míticas, de louvor a um passado glorioso personificado pelo bandeirante, há muito fazia parte do imaginário paulista. O aspecto inédito até então, está na associação do papel da mulher paulista ao passado de suas antecessoras do período Bandeirante.

Em 18 de julho há o primeiro discurso público de uma mulher na Escola Normal, a professora Matilde Pereira Borges conclama:

“(…) Povo de São Carlos. Mulheres são-carlenses, minhas conterrâneas. Paulistas que me ouvis! Não mais posso reprimir o entusiasmo que sinto pela nossa grande e justa campanha! E, vibrante, cheia de fé e esperança em nossa almejada vitória eu me congratulo, irmanada pelo mesmo ideal, em todos aqueles que são constitucionalistas.

Eis porque aqui venho pequena embora a capacidade intelectual, mas grande em coragem cívica e em amor à Pátria, relembrar às mulheres paulistas a missão que temos a cumprir na hora presente.

Desvencilhemo-nos de sentimentalismos impatrióticos, quer sejamos mãe, irmã ou esposa. Desejo, neste ponto, que as mulheres me compreendam bem; não vamos deixar de lado o amor de mãe, de irmã ou de esposa. E justamente impelidas por esse tão grande afeto devemos encorajar os briosos paulistas. Reflete bem: que dor não sentiríamos nós, se, retendo a nosso lado os defensores de São Paulo, esta ficasse depois coberta de opróbrio, quando nos encontrássemos oprimidos pelos nossos adversários? Fracos? Covardes? Oh! Não! Precisamos vencer ou morrer, porque a nossa derrota nos conduziria a lastimáveis conseqüências.

Mulheres paulistas não nos sirvamos de empecilhos perante a Pátria. Ela também é mãe, grandiosa e veneranda! Imitemos as paulistas que descendemos. Imitemos as valorosas paulistas do século dos bandeirantes. Procedamos como procederam elas na guerra dos paulistas contra os emboabas; quando souberam da derrota dos seus filhos, de seus esposos e de seus irmãos, cheias de dor, cheias de

vergonha, vestiram-se de luto, não os quiseram receber, declarando-lhes que voltassem. Primeiro vingassem eles a traição sofrida.

E nós paulistas de hoje que vimos malogradas as promessas da revolução de 1930, exortemos os nossos valentes soldados para que eles reconduzam à ordem, à lei, buscando-lhe uma Constituição, o nosso grande e belo torrão natal, o nosso abençoado Brasil (...)" (CSC, 18/07/1932)

Em São Carlos, há o caso de Georgina Santos¹⁰⁸, uma jovem residente no bairro da Vila Prado que logo no início da Revolução partiu para a capital com o objetivo de servir na Cruz Vermelha. No entanto, o grande número de mulheres prestando seus serviços na Cruz Vermelha não lhe permitiu realizar seu desejo de trabalhar nos hospitais de sangue.

Georgina, porém, não desistiu e resolveu alistar-se como soldado, o que acabou conseguindo. Sua história se tornou conhecida e em função disso a Prefeitura emitiu uma nota publicada na imprensa: "... é digno de registro o gesto altamente nobre desta jovem são-carlense, que reafirma o grande e intenso civismo que faz vibrar a alma paulista, em toda sua grandeza, para a honra de São Paulo e felicidade do Brasil".

Além desse caso em particular, a participação das mulheres na Revolução de 1932 em São Carlos foi intensa, além das diversas oficinas de costura, as mulheres também integram outras organizações de retaguarda.

Essas organizações consistiam na Comissão de Abastecimento, (já citada), tendo por objetivo angariar fundos e artigos de todo tipo, a Comissão de Assistência Domiciliar com a função de prestar auxílio material e moral às famílias dos voluntários e a Cruz Vermelha de São Carlos, organização médica de atendimento aos feridos onde as mulheres atuavam basicamente como enfermeiras, sendo a Cruz Vermelha a organização mais concorrida pelo serviço voluntário feminino.

Havia uma visão romântica da função de enfermeira e de fato, há diversos relatos de casamentos que surgiram da relação entre enfermeira e paciente. E por fim a organização chamada Café do Soldado, que tinha por objetivo oferecer um pouco de conforto aos soldados. Essa organização em São Carlos situava-se na plataforma da Estação Ferroviária e ali se oferecia aos soldados café, cigarros, fósforos, salgados, doces e diversos tipos de guloseimas e frutas, tanto para os que estavam embarcando quanto para os que estavam de passagem.

¹⁰⁸ Segundo relato de João Neves Carneiro. São Carlos na Revolução Paulista de 1932. São Carlos, 1973.

As revoluções políticas são sempre terrenos férteis para manifestações de fanatismo. Nesse sentido, como citado anteriormente, as mulheres paulistas deram exemplo muitas vezes de um radicalismo desconcertante. Para citar um exemplo em São Carlos, há uma nota do *Correio de São Carlos* do dia 19 de julho que diz: “Na gare da Paulista que como todas as outras vezes de partida de voluntários, estava repleta, ouvimos de uma senhora, cujo nome não nos foi dado tomar, que já tinha dois filhos na frente e que ali tinha um outro para reserva, a fim de substituir qualquer dos dois que caísse! Que não tinha criado filhos para viverem nas barras de suas saias e nem os queria covardes! Bravos a essa distinta mãe sancarlense”.

Obviamente é necessário desconfiar da veracidade do relato acerca dessa mãe, dada a manipulação a que as informações eram submetidas pela imprensa. Entretanto, vale constar aqui como registro ilustrativo do teor das informações que eram passadas e o objetivo implícito nas notícias assim veiculadas, no sentido de exaltar os ânimos da população. Porém, considerando a grande excitação que as manifestações públicas despertavam, é perfeitamente possível que esse testemunho tenha ocorrido de fato, mesmo porque as mulheres, em grande parte, como foi mencionado, aderiram de maneira fervorosa ao movimento.

3.6. Participação das instituições religiosas

A religiosidade era componente indissociável da vida cotidiana da maioria das pessoas naquela época, ou seja, as primeiras décadas do século XX. Por isso, seria impensável a realização de qualquer ato popular importante sem o aval e a participação, principalmente, da Igreja Católica.

O clero paulista deu seu apoio incondicional à causa, alinhando seu discurso ao dos demais setores pró-revolução da sociedade paulista, abençoando os “filhos da mulher paulista” e a “Guerra Santa de São Paulo”. Procurava-se legitimar o movimento qualificando-o como uma “cruzada para o bem de São Paulo”, aliás, o termo “cruzada” é freqüente nos relatos e discursos.

O arcebispo metropolitano de São Paulo, D. Duarte Leopoldo, ao lado de banqueiros, industriais e profissionais liberais, assinou um manifesto ao povo paulista, oferecendo apoio total à luta armada. Nesse manifesto o arcebispo defendia a guerra como legítima, uma vez que essa era proveniente da “gente de São Paulo”, “das massas populares sem distinção de classe”. Em nome “do povo”, “das massas” isto é, operando

com generalidades, os representantes da Igreja apoiaram e defenderam integralmente os interesses dominantes, dando sua contribuição no reforço ideológico ao Movimento.

A Revolução passou a ser tratada como uma causa legítima que não ia contra “o princípio divino da autoridade” e o “poder constituído por vontade de Deus”. Capelatto (1982) cita o jornal católico *O Século* de 17/7/32: “São Paulo se volta contra o Governo Provisório porque este não quer a Lei Constitucional, pela qual os paulistas estão dispostos a derramar até a ultima gota de sangue. São Paulo se ergue contra o Governo, mas pela Lei”.

Nesse sentido, a doutrina católica não era ferida, uma vez que a revolução paulista tinha como cerne a autoridade, a ordem e a disciplina social.

O Capelão Wamberto Costa, natural de São Carlos escreve:

“(…) Ao povo de São Carlos. De Bandeirantes, linha limite de São Paulo e Minas passando em nome dos companheiros de cruzada e meu próprio os nossos adeuses entusiastas, como uma espécie de ligação espiritual entre dois punhados de gente que lá e cá formam uma única família (...) Tudo aqui em campanha gira em torno desse ideal formidável que é a Constituição e havemos de consegui-la ainda mesmo que nos seja preciso lutar contra todo o Brasil. Continuamos fortes de corpo e bem mais fortes de espírito. Nos ajudem, vocês de São Carlos com as suas exortações e teremos bastante alento para atingir a meta imaginada dentro de poucos dias (...) Adeuses aos são-carlenses”. (CSC,02/08/32)

Dos dois lados da trincheira, a Igreja defendia o derramamento de sangue em nome dos “princípios sacrossantos”, estando de um lado o clero que apóia Getúlio Vargas e do outro aquela facção paulista em apoio à causa constitucionalista. (Capelato,1982)

Ao longo de toda a campanha a igreja em São Carlos mobilizou-se para angariar donativos, sendo seu apoio simbolizado, num primeiro momento, pela doação do arcebispo José Marcondes Homem de Mello de sua cruz peitoral de grande valor. Também a Pia União das Filhas de Maria, ordem de freiras ligadas à Catedral, doou aos soldados que partiam um grande número de peças de agasalho.

A opinião seguinte, de um padre de São Carlos é, certamente, representativa do posicionamento da Igreja Católica de São Paulo frente ao conflito. O Capitão José Soares Brandão, chefe da Legião Paulista local, registra sua conversa com o Padre Ruy Serra, Diretor do Ginásio Municipal e sacerdote respeitado no município, tendo seu nome solicitado e mencionado em diversos eventos registrados no período. Dada a

amizade ente ambos, o Cap. Soares Brandão descreve sua visita de cortesia ao Padre, de maneira a ouvir a opinião de um sacerdote em face das doutrinas da igreja, sendo “gentilmente recebido por alguns momentos de atenção e declarando logo, a nossa qualidade de representante da Legião Paulista aqui em São Carlos. Inteirado de nosso desejo, começou o Padre Ruy:

‘Teoricamente, é muito difícil de acordo com as doutrinas dos filósofos e moralistas, estabelecer as condições necessárias para que uma insurreição se torne justa e legal; a sua aplicação, na prática, não deixa, entretanto, de oferecer certas dificuldades.

No nosso caso, porém, essas dificuldades não existem: os fatos se enquadram, tão naturalmente, dentro das teorias, que somente um espírito cheio de preconceitos não veria a legitimidade do ato de São Paulo insurgindo-se contra o Governo Central e arvorando-se em paladino do Direito e da Justiça. Cathrein na sua ‘*Philosophia Moralis*’, afirma que uma insurreição se torna justa e se legitima quando: a) o fim é justo, b) O único meio de se conseguir esse fim é a insurreição pelas armas.

Vejamos se essas condições se enquadram na luta que São Paulo sustenta em prol da constitucionalização do Brasil: a) Quanto ao primeiro item, ocioso seria qualquer argumentação.

Retrogradaríamos séculos na História da Civilização fôssemos discutir se é justa a aspiração de um Estado que oferece o sacrifício do sangue generoso dos seus filhos para poder dar uma constituição à sua Pátria. b) O segundo item também não oferece dificuldades. Poderíamos conseguir a constituição imediata por meios pacíficos? Nunca. O boneco de engoço que, há vinte e dois meses, avilta a cadeira do Catete, manobrado pelas mãos ambiciosas de meia dúzia de outubristas, nunca teria a virilidade e a energia necessárias para cortar o cordão umbilical que o liga à camarilha que gerou o César caricato. Urso dócil e domesticado, babando de gozo, ao som fanhoso do ‘jazz’ tenentista num servilismo e numa sujeição nauseabundas.

Ora, um ser tão desvirilizado, teria a energia necessária para se desembaraçar de semelhante camarilha rompendo os laços que o rendem ao tenentismo nefasto e dando-nos a Lei e a Constituição? Jamais.

A Ditadura mente, remente e torna a mentir e numa politicagem de departamentos, de conciliábulos e de sessões secretas em clubes e em casas de saúde, vai dilatando, vai prorrogando, vai tergiversando a ver se consegue alcançar os dez anos de ditadura prognosticados pelos próceres outubristas, tempo que julgam ser suficiente para saciar a fome atrasada dos pseudo-heróis de Itararé.

O famigerado ‘Pacto de Poços de Caldas’, as declarações, tantas vezes repetidas, dos Juracyrs, Jurandyrs, Juarez ‘et caterva’, os próprios atos da ditadura são argumentos mais que suficientes para nos convenceremos de que, a não ser pela força das armas, não conseguiríamos, tão cedo, as bênçãos da Lei, da Liberdade e da Constituição para esta nossa idolatrada Pátria infelicitada pela Ditadura.’

Quando nos levantávamos apresentando as nossas despedidas e os nossos agradecimentos disse-nos ainda S. Revma: ‘Sagrada é a guerra pela lei, Santa a causa de um Estado que pede a seus filhos desembainharem suas espadas e conquistar, para seus irmãos, os benefícios da Liberdade e da Constituição. Olhe, São Carlos não precisa que lhe peçam para se alistar, já provou isso; mas, se por um absurdo, houvesse alguém que ainda tivesse exemplos sobre a santidade de nossa causa eu lhe diria: Paulista, nada de dúvidas, alistai-vos na Legião Paulista’. J. Brandão (...)”¹⁰⁹

Em São Carlos, além da Igreja Católica, outros grupos religiosos ofereceram seu apoio. Sob a liderança do pastor Rodrigues Alves, a Igreja Presbiteriana participou desde o início da Revolução. Os presbiterianos confeccionaram peças de agasalhos, meias e lenços destinados aos soldados.

A Loja Maçônica “Eterno Segredo” contribuiu com diversos voluntários para as frentes de combate, além de ter prestado auxílio material a famílias de voluntários: “A loja maçônica ‘Eterno Segredo’ desta cidade desde o início da revolução constitucionalista vem prestando reais serviços à grande causa. Assim, enviou para os diversos setores de combate vários de seus associados, que seguiram com as primeiras levadas de voluntários são-carlenses. Outros prestam o seu serviço pessoal na guarda civil da cidade. Às famílias dos que partiram são prestados diretos serviços de assistência moral e material” (CSC, 23/08/32). Além dos maçons, os espíritas e os membros da Loja Teosófica Humanidade também contribuíram nas atividades de retaguarda, principalmente na captação de víveres e dinheiro.

3.7. A força da propaganda

Ao longo da Revolução Constitucionalista a propaganda ocupa lugar central no sentido de influir sobre a opinião pública. Todos os meios e comunicação foram empregados no sentido do convencimento do povo paulista para a causa da “liberdade”.

¹⁰⁹ Jornal Correio de São Carlos 13/08/1932

Através de manifestos, panfletos, comícios, rádios e jornais, eram emitidas mensagens com o intuito de infundir a todos o sentimento revolucionário e concitar à luta armada em defesa de São Paulo e do Brasil. A revolução de 1932 é o primeiro movimento político onde a propaganda atingiu o caráter de massificação, através do uso de novos recursos.

Com o propósito de difundir os ideais revolucionários, gerou-se um universo iconográfico interessante, colorido e variado, onde desenhos figurativos misturam-se a imagens estilizadas. Os muros e postes das cidades paulistas foram tomados por trabalhos publicitários com convocações do tipo: “Eles estão à sua espera para completar o batalhão. Aliste-se!”; “Paulistas: às armas!”; “Avante! Cada paulista válido é um soldado”. Cartazes do MMDC difundiam um dos bordões do movimento: “Sustentai o fogo que a vitória é nossa!”. Entretanto, os três principais instrumentos de propaganda utilizados na formação da opinião pública em São Paulo foram os jornais, o rádio e os oradores.

Os jornais desenvolveram a campanha mais enfática no sentido de forjar argumentos que levassem o leitor, tanto a apoiar politicamente o movimento, quanto a aderir voluntariamente à ação bélica. Eles sempre se apresentavam como porta-vozes da vontade popular. No transcorrer da guerra, os jornais paulistas procuravam manter elevado o moral da população na retaguarda, falseando e manipulando dados e informações, muitas vezes de maneira tão exagerada quanto absurda. O jornal Correio de São Carlos de 9 de agosto informa: “Informação oficiosa afirma que as tropas ditatoriais se encontram bastante desfalcadas, pois cálculos absolutamente seguros acusam baixas de 10 a 11 mil homens entre mortos, feridos e prisioneiros, desertores e elementos que aderiram à causa constitucionalista”. O jornal simplesmente divulgou um número de baixas no exército inimigo superior ao número total de baixas que viriam a ocorrer em toda a guerra. Contudo, não se pode superestimar o papel da imprensa escrita junto à opinião pública, dado o elevado grau de analfabetismo de que padecia a população paulista.

O rádio foi o meio de comunicação mais eficiente na mobilização em prol da causa constitucionalista, onde foi usado pela primeira vez no Brasil de maneira sistemática como veículo de propaganda política de massas. Exercia verdadeiro magnetismo sobre amplos setores da população, pelo fascínio da novidade e pela rapidez com que se transmitiam as notícias e os discursos inflamados. A Cadeia de Emissoras Paulistas (Record, Educadora, e Cruzeiro) diariamente noticiava as pretensas

vitórias do movimento, além de veicular proclamações sensacionalistas, hinos e trechos literários, durante o dia, a noite e madrugada adentro, no sentido de impulsionar a mobilização ideológica em torno do movimento. Segundo Bezerra, “o rádio é descrito como a voz coletiva da cidade, o animador das horas trágicas e o mantenedor do entusiasmo”.¹¹⁰

A importância representada pelo rádio como veículo da moderna propaganda é apontada por Jean-Marie Domenach¹¹¹: “O rádio libertou definitivamente a palavra de toda limitação. Uma voz pode repercutir, simultaneamente, em todos os pontos do mundo. O constante aumento do número de estações de rádio tende a devolver à palavra o domínio por ela perdido, momentaneamente, em favor da imprensa. Nem Hitler, nem o General de Gaulle teriam tido, sem o rádio, o papel histórico que lhes coube”.

De qualquer maneira, na guerra de 1932, o rádio era, sobretudo, um meio de distorcer as informações, como se recorda o são-carlense Mariano Ortega: “A rádio Record de São Paulo era chefiada por César Ladeira, ele exagerava nas notícias, claro, mentia nas notícias, pena que não era verdade”.

Por último é importante ressaltar a atuação dos oradores na estratégia publicitária de mobilização popular. Nos comícios eles contagiavam as massas, sempre na perspectiva de cooptá-las para o movimento. Ibrahim Nobre, por exemplo, se projetou como “o tribuno popular da revolução”.

As notícias falsas eram praticamente a regra em 1932, o que é atestado pelos registros de jornais além de inúmeros depoimentos. Clóvis Gonçalves¹¹² comenta a partir de sua experiência do front:

“A mocidade bandeirante tem vindo iludida ao front. Os jornais paulistas que nos chegam às mãos, apreendidos nas cidades abandonadas, estão cheios de inverdades. Falam de ataques dos federais à Itararé e à Ribeira quando, há muito, estas cidades estão em nosso poder. Falam de derrotas infligidas aos nossos, quando, na realidade, os temos levado de vencida em todas as frentes, apertando cada dia o cerco sobre São Paulo (...) Qualquer prisioneiro que escutemos, entre muitos que aí estão, diz que não contava que a rebelião se circunscrevesse a São Paulo. Esses prisioneiros, ao verem passar todo o

¹¹⁰ Bezerra, Holien Gonçalves. O Jogo do Poder – Revolução Paulista de 32. São Paulo, Ed. Moderna, 1990. p.50

¹¹¹ Domenach, Jean-Marie. A Propaganda Política. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963. p. 16

¹¹² Gonçalves, Clóvis. Carne Para canhão – o front em 1932. Rio de Janeiro, Renascença, 1933. p.75

infinito efetivo das forças do sul, não escondem a sua surpresa. Bem compreendem agora, a desgraça que os maus paulistas lançaram sobre o seu povo”.

O médico Luiz Vieira de Mello, oficial das forças constitucionalistas comenta sobre a censura e a manipulação das informações perpetrada pelos que detinham o monopólio dos meios de comunicação em São Paulo: “E os jornais só falavam de vitórias e vitórias. As vozes sinceras que se levantaram, foram recriminadas e abafadas. Não derrotistas, mas ponderados, tentaram sustar uma luta gloriosa, porém, desigual!”¹¹³

Os abusos da propaganda dos meios de comunicação algumas vezes são recriminados com vigor. Nos depoimentos encontramos inúmeras críticas aos artifícios usados pelos que manipulavam a informação. Alfredo Ellis Jr.¹¹⁴, um dos principais autores memorialistas de São Paulo, fervoroso constitucionalista e ex-combatente, escreve: “Está provado que a grande maioria dos que se bateram bravamente nas fileiras rebeldes se viu arrastada pela aleivosa e enganadora propaganda dos políticos ambiciosos, que foram os principais responsáveis pelo desencadeamento da guerra civil”.

No decorrer do movimento constitucionalista, imperam a censura e a notícia falsa. A censura visando a impedir a difusão de notícias contrárias à causa que se defende e aos fatos que se pretende estabelecer; a notícia falsa, por sua vez, tem como alvo a criação dos fatos que virão em apoio da tese sustentada, a partir de um acontecimento real distorcido ou até de uma ocorrência forjada em todos os seus aspectos. De acordo com Domenach, a propaganda de guerra implantou nos costumes “esse método duplo de épocas difíceis, quando os governos julgam dever patriótico servirem-se da informação como arma de guerra entre outras”¹¹⁵. Para Bezerra, trata-se “de uma intensa propaganda que martela esclarece, orienta, anima, tornando-se, como dizem, uma arma superior às carabinas”.

Em São Paulo, para aqueles que se opunham ao movimento constitucionalista, mesmo se não houvesse censura, caberia o descrédito, dada a impossibilidade de confrontar a grande imprensa paulista, empenhada em informar e formar a assim chamada opinião pública. Em sua análise acerca da propaganda política, Domenach ressalta essa questão: “Contra a notícia falsa o desmentido, em geral, é destituído de

¹¹³ Mello, Luiz Vieira de. Renda-se, Paulista! São Paulo, 1932. p. 49

¹¹⁴ Ellis Jr., Alfredo. A nossa guerra. São Paulo, Ed. Piratininga, 1933. p.307

¹¹⁵ Domenach, Jean-Marie. Op. cit. p.96

força, visto ser muito difícil desmentir sem parecer defender-se “como acusado”, e acontece que, quanto mais grosseira a falsidade da notícia, maior o seu efeito e mais difícil se torna retificá-la, porquanto o público procede naturalmente ao seguinte raciocínio: ‘não teriam ousado afirmar semelhante coisa se dela não estivesse seguros’. Hitler sabia que a credibilidade de uma mentira amiúde aumenta em função de sua enormidade: ‘a mais descarada mentira sempre deixa traços, embora reduzida a nada. Eis aí uma verdade sabida de todos os diplomados na arte de mentir e que prosseguem no trabalho de aperfeiçoá-la’”. (p.96)

É evidente que a propaganda ideológica veiculada de maneira ostensiva em torno de um determinado propósito, é capaz de orientar as massas nas mais diversas direções. Porém, a propaganda apenas elabora seu discurso e se reinventa, a partir de um universo simbólico previamente dado. Os nazistas, por exemplo, não foram os inventores do anti-semitismo ou do nacionalismo alemão, mas, antes, seu produto, e souberam, de acordo com seus propósitos, catalizar um sentimento ou estado de espírito já existente. Em São Paulo, a elite paulista, de posse dos meios de comunicação, também foi capaz de captar o *zeitgeist*, ou seja, tomando por base a ideologia da paulistanidade, foi capaz de traduzir o imaginário paulista em palavras que evocavam ideais de liberdade e progresso, e que tanto apelo tiveram junto às demais classe sociais, sobretudo a classe média. A elite soube, portanto, trabalhar com eficiência o momento de frustração e angústia marcado por instabilidade institucional e forte crise econômica.

3.8. Cartas e memórias do front

A expansão dos serviços de correio permitiu o advento de ampla correspondência no interior dos conflitos modernos e contemporâneos. A partir da consulta a essa correspondência de guerra, o soldado, antes mera estatística, adquire nome e sobrenome, e o registro de suas impressões pessoais passa a ser de grande interesse ao pesquisador que pretenda um estudo pormenorizado de um determinado conflito através, entre outros meios, do acesso ao olhar do indivíduo considerado em seu contexto.

As cartas dos combatentes são-carlenses aqui transcritas foram publicadas no jornal Correio de São Carlos, com fins de propaganda, pois é evidente o tom otimista dessas cartas, afinal, não se permitiria que o moral da retaguarda fosse abalado. Segundo Maria Helena Capelato (1982), as cartas passavam por triagens nos postos de

correio, sendo queimadas aquelas que traziam notícias desalentadoras. Entretanto, não encontramos menção a essa prática em outros estudos sobre o Movimento, o que não a torna improvável, pois a censura foi ostensiva nos meses de conflito.

De qualquer forma, as cartas aqui transcritas permitem, por detrás dos discursos radicais e arroubos juvenis, perceber algumas das imagens e sensações vivenciadas no front pelos combatentes de São Carlos, em grande parte jovens.

Obviamente, guardadas as devidas proporções, o entusiasmo do soldado paulista de 1932, com seu discurso patriótico e regionalista, não deixa de evocar os relatos e imagens do início da Primeira Guerra Mundial, onde os desfiles laureados, os embarques confiantes nos trens e o senso de comunhão entre os soldados, criavam uma atmosfera festiva que em nada permitia prever o desfecho trágico da guerra, afinal, ao soldado nunca é dado estar ciente da verdadeira correlação de forças entre os lados da contenda. Daí o tom ingênuo que essas cartas trazem consigo, escritas em sua maioria por jovens que, levados por seus líderes, geralmente chegavam ao front sem sequer saber manejar uma arma, amparados apenas na crença de um ideal que consideravam “grandioso” - para não usar as expressões religiosas com que tanto qualificavam sua luta - acreditando que a força das idéias e a legitimidade de sua causa seriam capazes de sobrepujar o inimigo. Infelizmente esbarraram no pragmatismo de Getúlio Vargas e Góes Monteiro.

Jovens como João Castellar Padim, que no início da guerra escreve ao seu tio Cármino Botta:

“ (...) São Paulo, 16 de julho de 1932. Prezado tio. Nunca me senti tão orgulhoso de minha terra natal, como neste momento histórico para a nacionalidade brasileira.

Que página de civismo e inquebrantável solidariedade às nossas tradições bandeirantes acaba de escrever ao povo de São Carlos.

Antes, muito antes de ser chamado, já se encontrava de pé, partiu a primeira Bandeira de São Carlos.

Quanta espontaneidade! Quanta sinceridade!

Numa arrancada assombrosa partiu o que de mais representativo possuía a terra são carlense. Partiu consciência de seus deveres, para colaborar nesta cruzada de redenção nacional.

Vibrei de entusiasmo! Deixei o posto Guayanases, onde com mais um colega, dirigi a formação de batalhões, deste setor, os quais se dirigem depois para o Q.G.

Abandonei-o por algumas horas para ir levar àquela mocidade amiga, o meu abraço que era ao mesmo tempo um desabafo do meu orgulhoso contentamento. Lá encontrei-os todos, nos reguladores do Instituto do Café, ao lado dos armazéns Pugliese. Todos contentes, cheios do mesmo entusiasmo.

Eram 6 e meia e não me havia retirado, tanto era os que comigo conversavam.

Escurecia...as sentinelas tomavam postos. Não me foi possível cumprimentar os bravos amigos dr Wamberto e dr. Motta (médico e comandante respectivamente do Batalhão Fernão Dias Paes Leme, composto de são carlenses), (...); Retirei-me deixando todo aquele entusiasmo moço de bravos são carlenses (...).

O batalhão de São Carlos acaba de se movimentar hoje ao lado do '9 de Julho'.

Adeusinho ... São Paulo joga neste momento a última cartada do Brasil.

Tem que vencer, custe o que custar.

Viva São Carlos! Viva São Paulo! Viva o Brasil! (...)

A intensa movimentação de tropas, evidentemente, impressionava os soldados inexperientes e lhes infundia confiança, como revela a carta do professor Luiz Augusto de Oliveira, futuro prefeito (1948-1951) e deputado estadual (1951-1954):

“ (...) Sta Rita de Extrema. Minas Gerais. Maricondi. Estamos em Sta Rita de Extrema, 1º cidade de Minas. O grosso das nossas forças está em Jaguary e a vanguarda está adiante, que nem o diabo passa.

Todos fortes, animados e com saúde.

Sta Rita é um lugarejo pequeno, mal construído, ruas tortas, serpeando as estradas que demandam Toledo, Jaguary, Ouro Fino e etc (...)

Dias claros, cheios de Sol, de um Sol magnífico e sadio, Sol das montanhas.

(...) Sta Rita está uma praça de guerra: caminhões conduzindo tropas, num movimento incessante de vai e vem, autos carregados de presentes para os soldados, correio-militares, soldados que sobem e descem sempre com o fuzil a tiracolo, prontos para a primeira defesa: tudo impressiona, tudo nos encoraja para a luta que temos certeza de vencer.

Aqui todos os dias há missa e reza à noite: o bimbalar desses sinos se perdem nas quebradas da Mantiqueira, altiva e majestosa.

O Priester, com a sua sanfona, quebra a nostalgia, a saudade de nossos lares, tão longínquos quão saudosos. Os nossos soldados vão à missa quase todos os dias e alguns se confessam e comungam, mostrando a estes mineiros que, somos irmãos em tudo, menos no Ideal presente: A Constituição e Autonomia de São Paulo.

Os crepúsculos daqui, conquanto não iguais a de São Carlos, são bonitos: manhãs cheias de Sol e vida convidam a passear, após o café do rancho, às 7 horas da manhã.

Esperamos o 2º batalhão do ‘9 de Julho’, que vem reforçar a nossa retaguarda. Basta .Abraços a todos daí, de todos daqui. Do Luiz (...)”.

Como se pode observar a religiosidade está presente nos relatos de maneira constante, assim como os momentos de descontração e “pilhéria” entre os rapazes. Há também um certo deleite pelo gosto de aventura, pois certamente, para muitos desses jovens, os lugares relatados eram os mais distantes a que já tinham chegado.

“(…)Carta do Front. S. José do Rio Pardo, 26 de julho de 1932. Caros Pais. Aqui estamos aquartelados, aguardando ordens de embarque. Fizemos uma viagem bem longa de Campinas, onde estávamos, até aqui; porém, temos fé em Deus que tudo acabará bem. Hoje houve missa na igreja local, tendo sido muito concorrida, e havendo comunhão geral dos soldados. Do nosso batalhão quase todos comungaram, havendo os cantos ‘Queremos Deus’ e de ‘Senhora Aparecida’. O nosso pessoal é muito divertido e, à noite, antes do toque de silêncio, todos nós pilheríamos uns com os outros, de modo que é bem gozada a vida. Temos duques, arquiduques, barões e etc... o Oswaldo Lima é um grande latinista e pregador da Bíblia nas horas vagas. O nosso chefe, isto é, comandante do 1º pelotão, que é o nosso, é o primeiro tenente Augusto Rollemberg, que se tem mostrado incansável para conosco, dando-nos todas as comodidades. Vieram com o nosso batalhão vários padres e o capelão-mór, além de médicos, enfermeiros, etc., enfim ‘tuto la gente buona’ de Campinas. Não entramos ainda em combate, portanto nada de receios, peço dizerem aos pais dos são carlenses que aqui estão que não morreu ninguém. Estamos guardando as fronteiras somente até segunda ordem. Enviem as cartas como endereço: Batalhão Francisco Glicério, S, José do Rio Pardo. Como está na hora de seguir esta, termino pedindo-lhes a benção e dando beijos aos irmãos deste valoroso ‘surdato’. João Batista de Oliveira Penteado Sobrinho (...)”.

As cartas cuidadosamente selecionadas pela imprensa, invariavelmente possuem palavras de alento e conforto, de maneira a oferecer esperança aos que ficaram, mantendo o moral elevado na retaguarda. Transmite-se a falsa sensação de que os soldados paulistas encontram-se em condições relativamente seguras, apenas assegurando posições, sem maiores contratemplos. Daí sobreporem-se relatos que dão conta das boas condições dos soldados de São Carlos, que aonde chegam, encontram-se

“sempre cercados da mais decidida simpatia da população”, ainda que possam encontrar-se apreensivos e na expectativa, claro, mas sempre confiantes.

“(…) Carta do Front. Cambuy, 23 de julho de 1932. Queridos amigos e manos. Estamos a 90 km do Estado de Minas, sendo o setor mais avançado (...) Aqui estamos garantidos pois munição e metralhadoras não nos faltam (...) Ainda não recebemos o batismo de fogo. As forças de Minas estão concentradas em Cruzeiro, mas há um contingente entrincheirado em Pouso Alegre e outro que, ou irá impedir a passagem do Cap. Pitcher, ou nos atacará. Na pior das hipóteses ainda estaremos garantidos, se aqui permanecermos. Sem mais, lembranças do – Carlos de Oliveira Penteadado (...)”.

“(…) Taubaté, 8 de agosto de 1932. Queridos Pais e irmãos. Aqui continuamos todos bens e bem dispostos, até que nos seja dado outro destino. Por enquanto, nada de novo, nem exercícios físicos ainda e vivemos na ‘panqueca’.

Ontem confessamos e hoje quase todos comungaram. Fomos elogiados, tanto pelo povo; como pelos padres, pelo nosso comportamento. Hoje, depois da comunhão, fomos todos tomar café com pão e manteiga na Casa do Soldado’.

Eu estou na 1 Companhia, 2º Pelotão, 1º Grupo do batalhão ‘General Osório’, João e Carlos, como vão? Eu estou muito bem e creio que amanhã serei escalado para fazer a guarda, pois hoje foram os números até 182 e o meu número 189.

Os nossos superiores são muito camaradas e até parecem soldados rasos. Ontem estávamos dançando no recreio e um capitão também entrou na dança. No pátio, à noite, apareceram uns morcegos e então começou a matança, com o auxílio dos soldados, cabos, sargentos, etc., divertindo-nos assim enquanto não recebemos equipamento.

Sem mais, queiram lembrar-se do filho e irmão, que tanto os presa. Ermenio Penteadado.

Nota: metade dos são carlenses ficaram em São Paulo , como o Lima, o Barleta, o filho do sr.Barberio, e o irmão de Antonieta dos Anjos e etc. (...)”.

Às cartas de conteúdo mais singelo como as referidas, contrapõe-se algumas de discursos mais exaltados:

“(…) Bandeirantes, 14 de setembro de 1932. Bons pais, caros irmãos. Ainda não mudamos de posição nem de setor. Parece que é, neste recanto belo e maravilhoso, de clima magnífico – onde a saúde melhora dia a dia – que permaneceremos até a vitória da causa que São Paulo abraçou com tanto ardor (...) A terra dos Bandeirantes, dos

homens hercúleos, fortes de corpo e grandes de espírito, de peles bronzeadas, tostadas pelo sol de tantas conquistas – vencerá! (...)

(...) Abraços aos manos e pede benção o filho João Baptista Salles da Silva”.

Em 17 de agosto há a seguinte carta:

“Carta do front. Trincheiras de Cunha. Prezado amigo e chefe sr. Toledo (João Toledo, Diretor de Ensino). Daqui, onde como primeiro sargento sou subcomandante da trincheira do setor do tenente Abílio, lembrei-me de meu distinto amigo e chefe e de enviar-lhe estas linhas. Vamos cheios de coragem, solidamente implantados a 1.300 metros de altitude em posições fortíssimas, que permitirão sem dispêndio de vidas, cumprir a ordem que nos foi dada: ‘Defender Cunha a todo transe’.

As poucas vezes que o inimigo nos ataca o faz de maneira fraca e é energicamente repellido. Em minha trincheira já respondemos com facilidade a três ataques. Não faltando munição de guerra, 10 mil homens serão impotentes para nos desalojar. Cunha é hoje uma praça de guerra: as famílias se retiraram e só se vêem soldados. Todas as casas estão fechadas, menos as que servem de quartéis, a Prefeitura e a de um heróico caboclo que é padeiro e que apesar dos bombardeios nos fornece pão fresco todos os dias.

Nas trincheiras nada nos falta: café quente 2 vezes ao dia, almoço às 10:00, jantar às 5:00 e noites maravilhosas da serra. Todos rivalizam em heroísmo: porém, o maior é o Benedito Silveira, que foi diretor de grupo em São Carlos e que é cozinheiro, serviço impecável. A visita médica é diária.

No meu trabalho se contam: 25 advogados, 11 médicos, 11 engenheiros, 4 ex-deputados e 5 milionários.

Sem mais, com muitas lembranças à exma família, aos colegas da Diretoria, receba um abraço do velho e barbudo soldado e muito amigo Sizenando Rocha Leite”.

Ao longo de agosto os combates em Cunha podem ter se mantido em baixa intensidade “apesar do bombardeio” como frisa o autor da carta. Entretanto, a partir de setembro as coisas mudam. As forças federais forçaram o recuo da linha de defesa do Vale do Paraíba composta por Piquete-Túnel-Fazenda Boa Vista-Pinheirinho-Lavrinhas e Jataí, que cai finalmente em 11 de setembro e a defesa paulista passou a centralizar-se em Guaratinguetá que a partir do dia 20 e seguintes sofre o mais pesado bombardeio da guerra executado por aviação e por canhões de todos os calibres. O recuo geral da frente para Guaratinguetá impôs o mesmo movimento sobre a linha do litoral Cunha-Parati que também passa a sofrer bombardeios contínuos, impondo aos paulistas naquele setor

uma das mais pesadas baixas do conflito e obrigando-os a recuarem para a Serra da Cangalha.

Nas correspondências encontradas, os relatos não permitem conhecer a experiência do campo de batalha, afinal, como lembra Ítalo Cesarini “a gente sempre procurava dar notícia de que estava tudo bem, tudo em ordem”. No entanto, por mais que houvesse manipulação da informação - sobretudo através da rádio e imprensa escrita - e censura através da repressão pura e simples aos dissidentes, é certo que as notícias sobre a realidade dos campos de batalha inevitavelmente vazavam para a população. Simplesmente não havia como barrar por completo as informações acerca de fatos concretos que se processavam no próprio território da população que se pretendia manter na ignorância. A “boca pequena” é óbvio que se comentavam as agruras e revezes por que passavam as tropas constitucionalistas. Sobretudo quando se intensificaram os combates a partir de agosto e os inúmeros feridos atendidos não apenas em hospitais de campanha, mas até mesmo em cidades, comprovavam para a população em geral que uma guerra cruenta batia à porta.¹¹⁶

Em São Carlos, o recrudescimento da vigilância através de meios repressivos no sentido de cercear, entre a população, os “propaladores de boatos tendenciosos e derrotistas”, é indicativo de que chegavam à cidade as notícias sobre as condições reais dos soldados paulistas. O seguinte aviso, expedido pelo comando do Batalhão de Defesa Municipal, ilustra como eram tratados em São Carlos aqueles que esboçassem qualquer crítica à revolução:

“A Direção do Batalhão de Defesa Municipal avisa a quem possa interessar, que agirá severamente contra os que se comprazem em assoalhar boatos tendenciosos a respeito da causa de São Paulo e do estado de suas tropas. Há pessoas até de certa condição social, que sentem especial prazer em propalar mentiras sobre as condições sanitárias e alimentares da nossa gente no “front”. Contra essas pessoas o Batalhão de Defesa Municipal fará sentir implacável e indistintamente a sua ação, fazendo-as remeter à autoridade competente como inimigos de São Paulo.

Ary Fernandes Nunes – Comandante”

¹¹⁶ Quanto aos mortos eram geralmente enterrados próximos a onde tombavam, e muitos desses corpos, após a guerra, foram trasladados para suas cidades de origem. São comuns as descrições de avistamentos ainda durante a campanha de inúmeros cemitérios de combatentes, porém, muitos desses cemitérios se perderam e seus mortos caíram no esquecimento. Por esse e outros motivos é impossível ter uma estimativa confiável do número de mortos da guerra.

Podemos inferir que a repressão ocorrida em São Carlos era a mesma que ocorria em qualquer cidade paulista. O movimento constitucionalista em sua defesa da liberdade dentro da ordem e dos princípios democráticos dentro da lei, não hesitava em usar métodos discricionários contra a liberdade de pensamento e de expressão. Em sua luta contra a ditadura, o movimento paulista de 1932 impunha a ditadura do pensamento único, cabendo aos dissidentes sofrerem perseguições de toda ordem, que iam de prisões - “fazendo-as remeter à autoridade competente como inimigos de São Paulo” - a perseguições, onde uma simples crítica era o suficiente para se receber a alcunha de “mau paulista”, ou mesmo “traidor de São Paulo” ou “covarde”. Daí exemplos como o da faculdade de direito do Largo São Francisco, onde ao longo do conflito foi mantido um quadro com os nomes daqueles estudantes que se recusavam a ir para guerra, ou seja, uma espécie de quadro negro dos considerados “covardes”.

Em São Paulo, portanto, vigora a censura, a manipulação de informações, o discurso monocórdio incansavelmente repetido, e a repressão violenta à dissidência, ou seja, características que delineiam algo muito próximo de um regime totalitário.

Entretanto, aos soldados voluntários imbuídos da ideologia dominante ou simplesmente incapazes de resistirem à pressão social, restava a realidade amarga do front, relatada pelos sobreviventes.

O são-carlense Nelson Lima, por exemplo, descreve certa ocasião em que recebeu ordens de levar uma mensagem a uma linha de frente que estava em pleno combate contra uma tropa inimiga. Balas passavam sobre sua cabeça, foi uma corrida sem fim, até chegar ao oficial que comandava as tropas, após subir um morro íngreme. Dado o recado, este mesmo oficial ordenou que cabo Nélon voltasse ao seu regimento original e seguiram-se mais alguns momentos de tensão e medo morro abaixo. Nessa ocasião, encontrou um de seus amigos junto a uma metralhadora. Anos depois, ao encontrar este amigo em São Paulo, ele veio lhe cumprimentar com a mão esquerda. Assustado, Nélon Lima percebeu que ele não tinha o braço direito, veio a saber que ele o perdeu naquele mesmo dia em que eles tinham se encontrado na trincheira, quando uma granada lhe arrancou o braço.¹¹⁷

Geovane Cardinali descreve sua experiência¹¹⁸: “Eu estava na oficina consertando caminhão no quartel de Lorena quando foi necessário fazer uma retirada,

¹¹⁷ A partir de depoimento dado ao jornal Primeira Página (09/07/1997)

¹¹⁸ Os depoimentos de Geovane Cardinali, Francisco Dias, Italo Cesarini e Salvador Latanzio foram transcritos a partir do documentário “São Carlos 1932 – Memórias de uma Revolução”.

eram os mineiros que pegaram nós, mineiros lá de Itajubá! Fomos ter na estação de Lorena, éramos 100 soldados, e foi tiroteio bravo porque os mineiros nos alcançaram, né? Em vez de ir pra Aparecida fomos pra Cruzeiro, então eu vi uma turma de São Carlos, de sapadores, eles iam pra lá, entendeu? Então falei pra pararem porque tava um tiroteio feio”.

Cardinalli também relata o uso de um dos artifícios usados pelos paulistas na tentativa de abalar psicologicamente o adversário. Devido à falta de armamento, as forças constitucionalistas simulavam o som das metralhadoras acionando motores de motos e catracas, que, usadas de preferência à noite, secundavam os tiros de fuzis e metralhadoras reais, dando a impressão de um poder de fogo bem maior. Leia-se Glauco Carneiro: “Outra improvisação paulista: a ‘matraca’ que considerável pânico trouxe às hostes legalistas. Nada mais era do que um aparelho dispendioso de uma roda dentada, na qual tocava uma lâmina de aço, girando aquela em alta velocidade, provocando, assim, um ruído aterrador de fogo de metralhadora... Seu inventor: Professor e engenheiro Otávio Teixeira Mendes”¹¹⁹. Segundo Hernâni Donato “até os paulistas que a manejavam riam-se”.

A matraca era uma das chamadas “armas enganadoras”, recurso usual em inúmeras guerras passadas e que de fato funcionou em certos momentos da guerra constitucionalista, como se deu com o emprego dos “canhões fantasmas”, onde os paulistas usaram falsos canhões com carga de fumaça que serviam para atrair o bombardeio aéreo inimigo, desafogando assim, as linhas paulistas de infantaria. Entretanto, as matracas e similares, certamente, serviram mais para oferecer segurança psicológica aos paulistas do que foram capazes de infligir medo ao inimigo, pois seu efeito inócuo em termos reais logo se faria sentir. Ainda assim, diversos autores memorialistas celebram o uso da matraca como exemplo da engenhosidade e obstinação dos paulistas e não, como deveria parecer ao observador sensato, um símbolo de que a guerra deveria ter sido interrompida há tempos por pura falta de condições. De acordo com Donato, “o coronel Herculano (comandante da Força Pública de São Paulo) não a aprovou e tomou-a como uma das razões para a rendição da Força”.

O são-carlense Cardinalli relata: “eu fui levar comida pro pessoal lá, e era um bruto tiroteio que o bambu atrás de nós começou a cair, o sujeito do meu lado caiu com um tiro na cabeça e todos nós nos jogamos no chão. As balas corriam por cima da gente

¹¹⁹ Apud: Donato, Hernani. A Revolução de 32. São Paulo, Círculo do Livro, 1982. p.187

e precisamos ir rolando, encheu tudo de carrapicho, então nós ligamos a motocicleta “tá, tá, tá” e parecia que era metralhadora”.

Francisco Dias, conta: “... o grosso da tropa nossa estava na cidade de Areias, uma cidadezinha pra diante de Aparecida do Norte ali, e nós fomos fazer uma patrulha de reconhecimento, a Serra da Mantiqueira fica encostada no Rio Paraíba assim, tava aquela fumaceira, não se via pro lado de lá, a sedição começou a baixar e veio tiro dali tiro daqui, deitamos no chão e estava chovendo bala de todo lado e nós ali esperando a noite pra poder fugir, de repente ‘rendam-se paulistas senão vocês morrem!’. No primeiro combate já ficamos prisioneiros, os cinco primeiros prisioneiros paulistas”.

Por certo, a sorte de Salvador Dias foi diferente da reservada a muitos soldados paulistas que caíam prisioneiros como dá a entender o oficial Clóvis Gonçalves quando reparou em dois prisioneiros paulistas extremamente jovens: “ (...) Pudemos ouvir bem quando um dos soldados que os escoltavam disse ao tenente comandante do pelotão:- ‘Eram seis presos, mas nós os reduzimos a dois, pois estes são ainda muito crianças...’

Coisas do front...”.¹²⁰

Segundo Salvador Latanzio: “Parece que houve uma ameaça de entrevero quando as tropas mineiras invadiram São Paulo ali por Itapira e Serra Negra, então as tropas nossas, 60 ou 70% foi presa e foi lá pra Ilha das Flores, foi muita gente de São Carlos, o pessoal que estava lá foi quase tudo”. Salvador Dias recorda-se sobre sua prisão: “Depois que nós fomos presos nos levaram pra Ilha das Flores, a gente pensava muito na família, eu tinha pai e mãe, irmãos, fiquei três meses lá até terminar a revolução”. Em depoimento ao documentário “São Carlos 1932 – Memórias de uma Revolução”, Salvador Dias canta a seguinte canção, entoada pelos prisioneiros, trata-se de um lamento do soldado paulista por sua sorte e pelo triste fim, verídico, de um companheiro, morto acidentalmente ao esbarrar em uma cerca eletrificada no campo de prisioneiros:

“Ilha das Flores
Dos meus amores,
Eras tão linda
Outrora então

¹²⁰ Clóvis Gonçalves. Carne Para Canhão! O front em 1932. p.55

Hoje tão triste,
Somente existe
A nota surda
D'uma canção

É a canção da revolta,
Que, a gemer a tropa solta
Contra a honra do inimigo
Que fez da linha, um jazigo
E o arame eletrificado
Pra matar o nosso soldado

Lá na trincheira,
A noite inteira,
Os nossos tiros de inquietação:
Em cada peito
Surge o efeito
Da nota viva
Desta canção

É a canção do soldado
Paulista audaz e devotado
Que a batalha quer vencer,
Sempre estóico, triunfante,
Leva sua bandeira avante
P'ra São Paulo defender

Mas nesta ilha – por onde trilha
Uma febril perseguição
Durante o dia – só se ouvia
A dor cruciante – desta canção

É a canção compungente
Que comove toda a gente,

Nossa alma já chorou
O rancor a esse infame
Que por meio de arame
Um paulista nos roubou (...)"¹²¹

Quanto às baixas de voluntários são-carlenses, houve mortos e feridos. Entre os feridos, estava o jovem Raphael Falco Filho que, em combate ao tentar lançar uma granada, teve uma das mãos mutiladas pela granada, que explodiu antes de ser lançada.

O engenheiro Douglas Machean foi ferido por estilhaços, morrendo dias depois em função dos ferimentos. Os soldados Antonio Carvalho e José Grafe Borba também foram feridos por estilhaços, mas sobreviveram.

Outro voluntário ferido gravemente foi Jorge da Rocha Ramalho, que combatia em Morro Verde, setor de Vila Queimada, quando teve o abdômen perfurado por estilhaços de granada, que feriu e matou outros soldados a seu lado.

São Carlos perdeu oito soldados sendo eles: Luiz Rohrer, membro do Batalhão 9 de julho e Modesto Santana, Benedito Ferreira da Silva e Alípio Benedito, sendo os três últimos integrantes do Batalhão Bento Gonçalves. Há ainda José Cabral, Francisco Perotti, Henrique Junqueira Franco e Elydio Antonio Verona, os quatro últimos, ao contrário dos demais, não foram sepultados em São Carlos.¹²²

Alípio Benedito: Na Vila Queimada, pouco além de Cruzeiro, muito poucos eram os momentos de descanso para a valente tropa, mesmo as horas das refeições eram perturbadas pelo explodir surdo das granadas e pelos assobios insistentes das balas despejadas pelas inúmeras armas automáticas adversárias. Um instante houve, porém, em que relativa calma cobria com seu manto suave a tropa exausta. Dez rapazes, voluntários do Batalhão Bento Gonçalves, 11º B.C.R., fizeram uma roda, para descansar conversando, recordando talvez os dias de há pouco ainda nas suas cidades cheias de sol e de alegrias. Quase dois meses completos de luta haviam decorrido. Era 1º de Setembro. Num repente, mal ouvido o seu zumbido assobiante, uma granada explode em cheio sobre o grupo de rapazes, atingindo a quase todos. Alípio Benedito recebeu um quinhão pesado de estilhaços. E ali mesmo morreu.

Benedito Ferreira da Silva: O voluntário Benedito Ferreira da Silva, incorporou-se em São Paulo, no dia 11 de agosto sendo designado para o Batalhão “Bento

¹²¹ Letra também publicada no jornal “Correio de São Carlos de 23/11/1932

¹²² Dados relativos às baixas encontrados em: Arquivo Nelson Lima – CECH – UFSCAR (São Carlos)

Gonçalves”, que era comandado pelo tenente coronel Urbano César da Cunha Lessa. Participou de inúmeras ações de guerra na zona norte, até que, ferido por estilhaços de granadas em Morro Verde, Setor de Vila Queimada, morreu juntamente com outros companheiros no dia 1º de Setembro.

Dados biográficos: Nascera em São Carlos do Pinhal onde residia. Era filho de João Bruno Ferreira da Silva e casado com Sebastiana Ferreira da Silva. Não se tem informações sobre sua mãe.

Luiz Rohrer: Foi a 14 de julho que Luiz Rohrer se incorporou ao 3º pelotão, da 3ª cia. Do 1º Batalhão “9 de Julho” apresentando-se no posto de alistamento do Instituto do Café. A 16 de julho, iniciava ele a jornada para a qual contribuiria com a vida, dois meses mais tarde.

Dia 18 de setembro um fortíssimo ataque das forças federais desenvolveu-se contra o setor de Amparo, ocupado pelas forças paulistas. Durante a luta, intensíssima que então se travou, Luiz Rohrer, que se achava ao lado de seu irmão Mauro Nicolau, recebeu gravíssimos ferimentos de bala no pulmão. Não podendo resistir, as forças constitucionistas tiveram que ceder terreno deixando os feridos e os mortos. Mais tarde, descobriu-se que Luiz estava sepultado em Amparo, fez-se a sua transladação para São Carlos. Nessa ocasião, verificou-se que, além do ferimento de bala, tinha ele no peito sinais de duas perfurações por baionetas.

Dados biográficos: Nascera Luiz Rohrer em Campinas, a 15 de dezembro de 1889, filho de Fernando Rohrer e de Maria Infange. Tinha, além de Carlos, os seguintes irmãos, todos combatentes: Francisco, José Paulo e Mauro Rohrer. Deixou três filhos.

Modesto Sant’ana: No 94, 1ª Cia. Do Batalhão “Bento Gonçalves”. Modesto Sant’ana depois de lutar dias a fio, a 18 de setembro, no setor de Vila Queimada, durante um dos difíceis combates ali travados, foi ferido gravemente, sendo hospitalizado em Cruzeiro onde, no dia seguinte, faleceu em consequência dos ferimentos. Sepultado no cemitério local, foi mais tarde trasladado para São Carlos. Era solteiro e tinha 24 anos de idade.

José Cabral - Batalhão “Bento Gonçalves” faleceu em 1º de setembro com a explosão de uma granada, no setor de Vila Queimada, era natural de São Carlos.

Francisco Perotti – Natural de São Carlos, seu corpo foi levado para Campinas. Filho do casal Romão e Leonilda Perotti. Francisco Perotti deixou cinco filhos.

Henrique Junqueira Franco – Nascido em São Carlos em 1898, casado com Marina Freire Franco era sargento do Regimento de Cavalaria de Rio Pardo. Segundo

relato, negando-se a rendição, disparou os últimos tiros de sua arma. Uma carga cerrada de fuzil o matou dia 15 de setembro. Foi sepultado na própria trincheira, posteriormente seu corpo foi levado para o cemitério da consolação em São Paulo. Deixou um filho.

Elydio Antonio Verona – De Santa Eudóxia, seguia o jovem Elydio Antonio Verona, 19 anos, voluntário da 1ª Cia. Do 3º Batalhão Nove de Julho. Depois de lutar em Eleutério, Espírito Santo e Juqueri, em fins de setembro esteve na Fazenda Japonesa, em Campinas e, durante um momento de tréguas, deixou os companheiros e foi em busca de alimentação. Ao voltar, foi surpreendido por fuzilaria fora da trincheira. Um projétil apanhou Verona. Foi sepultado no local. Nascera ele a 1º de julho de 1913, em Santa Eudóxia, filho de José Verona e Elisa Pazzin Verona. Era comerciante, tendo estudado na Escola de Comércio D. Pedro II, em São Carlos.

3.9. São Carlos e o fim da Revolução Constitucionalista

Inúmeros escritos sobre a revolução narram com detalhes as marchas e contramarchas da campanha. As tropas constitucionalistas avançaram em quatro frentes: pelo Vale do Paraíba em direção ao Rio de Janeiro e ao litoral norte; pela região da Estrada de Ferro Sorocabana, até Itararé e Ribeira do Iguape para deter os avanços do exército vindo do sul; pela região de Bauru e Araçatuba em direção ao Mato Grosso; e pela região de Campinas em direção à divisa com Minas Gerais.

No entanto, no final de julho começa-se a constatar a fraqueza das forças constitucionalistas, que começam a ceder em todas as frentes. Nos meses de agosto e setembro já não há como resistir e impõe-se então um armistício. Em Cruzeiro assina-se a 2 de Outubro a Convenção Militar, pela qual cessam as hostilidades sendo São Paulo tratado como povo vencido. O comandante da Força Pública de São Paulo, o coronel Herculano de Carvalho Silva, assina a Convenção Militar que põe fim à contenda. O Alto Comando Revolucionário Constitucionalista não recebe bem o gesto do coronel, pois pretendia estabelecer a paz em termos mais honrosos para São Paulo.

Com a assinatura da paz, em separado, a responsabilidade em manter a ordem fica por conta do coronel Herculano, encarregado pelo governo federal até que Getúlio designasse o governador militar. Em São Paulo a maior responsabilidade pela derrota é atribuída ao coronel e à Força Pública, considerados traidores pelos paulistas. Vários líderes da revolução são deportados ou fogem e muitos são presos.

Além da Força Pública, os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul também são responsabilizados pela derrota de São Paulo, pois retiraram o apoio inicialmente oferecido.

O plano, a princípio, era as tropas paulistas formarem alas à passagem das tropas de Mato Grosso, que seriam a vanguarda das tropas gaúchas. No flanco esquerdo ficariam as tropas mineiras; tratava-se de uma simples parada militar até a tomada do Rio de Janeiro.

No entanto, o que aconteceu foi uma forte resistência bélica por parte das tropas federais, sendo que o efetivo das tropas constitucionalistas não ia além de 35 mil homens. Esperava-se em São Paulo que o Rio Grande do Sul, juntamente com Minas, se levantasse em peso e que, além de levantes parciais em outros Estados, chegassem armamentos do exterior, mas nada disso ocorreu e São Paulo ficou totalmente isolado, caminhando em direção à derrota inevitável.

Em São Paulo, chegavam notícias aterradoras nos últimos dias da revolução, pois se sabia que as cidades paulistas na divisa com Minas, que haviam sido tomadas pelas tropas federais, tinham sido vítimas de abuso e violência, sendo as autoridades municipais muitas vezes presas ou obrigadas a fugir.

Aconselhado a desincumbir-se de suas funções de prefeito como medida de precaução, o prefeito Antônio Militão de Lima recusou afirmando que em situação muito pior estavam os soldados que se batiam nos campos de batalha, sendo mortos ou caindo prisioneiros e que, portanto, era sua obrigação moral permanecer no cargo.

O prefeito permaneceu no cargo mesmo quando no dia 29 de setembro várias autoridades municipais fugiram para a Capital, seguindo a tendência daqueles que há mais de uma semana já haviam se retirado com suas famílias. O prefeito Militão de Lima se deu conta de que São Carlos estava isolada ao tentar entrar em contato com a Capital, pois a Estação Telefônica de Campinas informou que não era mais possível completar nenhuma ligação.

Registra João Neves Carneiro (CSC, 03/11/1965) que: “No dia 30 de setembro de 1932, no Gabinete do Prefeito Militão de Lima reuniram-se 14 prefeitos procedentes de outras cidades já militarmente ocupadas que se dirigiam para a capital. Muitos deles relatavam cenas de violência praticadas por autoridades de ocupação contra as populações e as autoridades constitucionalistas, aconselhando o Prefeito de São Carlos que abandonasse o posto, porque sua vida corria perigo. A isso respondeu o sr. Antônio Militão de Lima, dizendo que jamais abandonaria o posto que lhe foi confiado. Aqui

ficaria até o último instante, junto ao povo são-carlense, a fim de entregar o governo municipal, caso viesse a cair nas mãos ditatoriais. (...)”.

Esses prefeitos eram de cidades próximas à divisa com Minas e durante a reunião, enquanto tomavam café e relatavam os dramas vividos por suas cidades, também externavam as suas apreensões e profunda decepção pela inesperada capitulação de São Paulo, motivada, segundo eles, pela atitude imperdoável do comandante geral da Força Pública, o coronel Herculano de Carvalho Silva.¹²³

O prefeito Militão de Lima, segundo registros deixados por Neves Carneiro, seu secretário à época, recusou várias recomendações pra que se retirasse da cidade. Em resposta aos seus colegas que seguiam para a Capital, o prefeito disse que não duvidava da veracidade das informações transmitidas, uma vez que era possível violência da parte dos invasores, mesmo porque entre eles deveriam existir elementos fanáticos e ávidos de vingança. Mas ele estava decidido a permanecer no seu cargo e aguardar a chegada da tropa de ocupação da cidade, não lhe importando a atitude que esta viesse a tomar ou as perseguições e violências que pudesse perpetrar.

Só lhe restava aguardar as tropas federais que chegaram no dia seguinte, 1º de outubro. As tropas, ao adentrarem a cidade, avançaram sem resistência até a Praça Coronel Salles, onde ficaram alojadas. A esse respeito relata João Neves Carneiro: “No dia 1º de outubro, às 18 horas, entraram em São Carlos as tropas da ditadura, que foram recebidas festivamente por elementos ditatoriais que aqui se encontravam. No dia seguinte às 9 horas, acompanhado do Dr. Reginaldo Fernandes Nunes e dos seus auxiliares mais diretos, e outras pessoas, dirigiu-se o prefeito à antiga cadeia onde se achavam aquarteladas as tropas invasoras, para fazer entrega do governo do Município”.(CSC, 03/11/1965)

As forças de ocupação lideradas pelo tenente Celso Mendonça não agiram com truculência, mas pelo contrário, o tenente recebeu em tom respeitoso o prefeito Militão de Lima, dizendo-lhe que sendo aquele um momento de emergência deveria continuar no cargo provisoriamente de forma a manter a ordem até a chegada de um administrador nomeado. Respondeu o prefeito, porém, que não lhe ficava bem permanecer na investidura do cargo, pois, lhe parecia incompatível continuar a exercê-lo por delegação de quem ele, prefeito, até aquela data lealmente, mas convictamente combateu.

¹²³ João Neves Carneiro esteve presente à essa reunião, relatando-a em detalhes em textos publicados no Correio de São Carlos como o citado e em suas memórias do conflito, “São Carlos na Revolução Paulista de 1932”, monografia publicada em 1973.

“Momentos de grande emoção foram registrados, diante das discussões, por vezes acalorada, que se travaram entre alguns dos auxiliares diretos do Executivo, de um lado e certos elementos ditatoriais mais exaltados de outro”.¹²⁴

O prefeito, por fim, consente em continuar à frente do executivo municipal, “com a ressalva expressa e nobremente declarada de suas convicções e das idéias pelas quais decididamente combateu”. Dessa forma, o chefe do executivo exerce suas funções até o dia 16 de novembro, quando chegou o administrador nomeado para substituí-lo, o gaúcho José Maria de Souza.

Em São Carlos, a chegada das tropas mineiras foi recebida com medo e apreensão, pois, segundo Ruy Fernandes Nunes, “nos primeiros dias da chegada dos mineiros, todo mundo ficou quieto, alarmado, ninguém se manifestava, todo mundo ficava mais dentro de casa, a gente evitava sair”. Ao medo misturou-se a revolta pela derrota, Ricardo Gonçalves recorda-se: “(...) depois teve o reflexo dessa revolução, o pessoal revoltado que não aceitava a derrota e tal, e ficou e demorou mesmo um pouquinho pra voltar à normalidade (...) éramos pra ganhar a revolução de 32 e infelizmente perdemos e São Carlos foi invadida pelos mineiros”.

Quanto ao impacto da revolução em São Paulo sobre a economia e o cotidiano das pessoas, João Neves Carneiro afirma em suas memórias sobre o conflito que “mesmo com o imprevisto da Revolução, a fartura dominava as propriedades agrícolas do nosso Estado. Jamais tiveram os mercados reduzidos os seus estoques, enviando-se diariamente, às tropas em operações em todas as frentes de batalha, fartas remessas de alimentos. Era São Paulo, pioneiro no trabalho e nas grandes iniciativas, que estava também mobilizado para abastecer-se a si mesmo, com grandes sobras, para garantir a continuidade da luta armada” (p.40). Entretanto, sua afirmação é típica dos autores memorialistas, contemporâneos do conflito, que em seu afã em justificar a qualquer custo a revolução paulista, acabam distorcendo tremendamente os fatos.

Na realidade, com a revolução sobreveio período de intensa crise econômica, afetando profundamente a vida material das pessoas em todo o Estado. Segundo o são-carlense Mariano Ortega, “durante a revolução veio aquela falta de serviço, falta de dinheiro, a indústria ficou paralisada, o comércio, não se vendia e não se comprava”. Ricardo Gonçalves lembra-se que “a miséria imperou, né? Teve uma crise terrível...”.

¹²⁴ Neves Carneiro, João. São Carlos na Revolução Paulista de 1932. p.123

“Eles controlavam o açúcar, a farinha de trigo, né? Faltou farinha nas padarias, não tinha pão (...) Ficamos aguardando pra que a qualquer momento acabasse a revolução pra que tudo voltasse ao normal, aqui (São Carlos) parou tudo, né?”, recorda-se Salvador Latanzio.

Com o fim da guerra, o medo, as privações e outras mazelas, também vieram acompanhadas da alegria pelo retorno dos combatentes. Justina Cardinalli lembra-se: “O trem passava e a gente que era menina acenava pros moços que já vinha vindo que acabou a guerra, era aquela gritaria no trem, eles abanando a mão pra gente, foi maravilhoso!”. O trem muitas vezes parava fora da estação de São Carlos: “e a tropa mineira falou ‘quem vai desembarcar em São Carlos? Então desce e vai a pé!’” recorda-se Ítalo Cesarini.

Entretanto, o fim do conflito não representou a imediata volta da tranquilidade a São Carlos, pois, sob ocupação, o clima de tensão, com algumas esporádicas manifestações de violência, ainda iria vigorar por alguns meses.

3.10. São Carlos sob ocupação: a resistência do pasquim “A Farpa”

Por duas semanas, os soldados mineiros permaneceram em São Carlos, ficando alojados no Instituto de Educação Álvaro Guião, escola secundária ainda existente. Trata-se de edifício antigo inaugurado em 1902 e guarda um fato curioso. Em 1994, submetido a reformas, descobriu-se acidentalmente no porão uma parede falsa que, derrubada, revelou um pequeno cômodo onde estavam armazenados fuzis e uniformes de soldados paulistas de 1932, hoje em parte recolhidos ao museu municipal. Esse material permaneceu escondido, literalmente, sob os soldados mineiros e acabou completamente esquecido com o tempo.

As semanas de permanência da força mineira em São Carlos foram tensas, pois certamente havia forte desconfiança de ambos os lados, inimigos de véspera. Pedro Monteleone recorda-se de fato ilustrativo da reserva com que os mineiros provavelmente observavam os paulistas: “A gente era escoteiro, a gente ia no meio dos mineiros, mas eles todos com metralhadoras, com fuzil e eu perguntei a um soldado mineiro ‘Você me dá um pente de bala? Ele disse ‘não pode menino, isso é pra matar paulista’”.

Um outro episódio marca o clima de tensão que imperava. Certo dia, um bonde que funcionava como açougue ambulante perdeu os freios na Rua São Carlos em trecho

íngreme próximo à Catedral. Seus ocupantes saltaram e o bonde desceu a rua, desgovernado a toda velocidade, os soldados mineiros, sobressaltados, dispararam pesadamente as armas contra o veículo, provocando pânico entre os transeuntes. Provavelmente, devido ao formato peculiar do bonde, todo fechado, os mineiros certamente foram levados a pensar que se tratava de mais uma inusitada arma paulista. Realmente, eram dias difíceis para a população local.

Em 16 de outubro os mineiros partiram, voltando a instalar-se em São Carlos o destacamento da Força Pública de São Paulo. A Delegacia de Polícia local foi reassumida pelo delegado Marcílio de Freitas, tendo lhe transmitido o cargo o tenente Bandeira de Moraes, até então delegado militar de São Carlos.

Com a exoneração do prefeito Militão de Lima em 13 de novembro, é nomeado para o cargo o gaúcho José Maria de Souza e sobre sua posse, dia 16 de novembro, escreve o Correio de São Carlos: “(...) O ato de posse se deu ontem, às 13:00 h. no salão da prefeitura, com muita simplicidade, estando presentes o sr. Delegado de Polícia, Diretores e membros do Sindicato dos Ferroviários, várias pessoas de diferentes classes sociais e representantes da imprensa.” Como se pode observar, mais uma vez os representantes dos ferroviários locais declaram seu apoio ao getulismo.

Se praticamente não há registros de dissidências por parte de moradores locais ao longo da revolução, devido, obviamente, à forte censura e repressão, a existência daqueles em São Carlos, que se posicionaram contra a guerra de São Paulo e a favor de Getúlio Vargas, começa a aparecer em registros que tratam do período logo após o conflito. Infelizmente não há muitos relatos pormenorizados desse período subsequente à guerra, mas alguns deles permitem deduzir que se trata de um momento extremamente doloroso para a comunidade de São Carlos, em que provavelmente grassou a troca de acusações e perseguições entre os moradores, imersos em uma atmosfera de frustração pela derrota na guerra.

Ricardo Gonçalves afirma: “Se não me engano, teve uma ou outra família em São Carlos que foi a favor de Getúlio, isso deu um bode danado meu rapaz”. A frase é dita de maneira relutante o que demonstra que mesmo após décadas, há a vergonha em admitir que havia dissidentes e em reconhecer o tratamento que deve ter sido dado a eles, pois o depoente não explica qual o “bode danado” que se deu.

Pedro Monteleone é mais incisivo: “Aqui tinha uma cambada, uma camorra de brasileiros, de são-carlenses principalmente, que eram contra São Paulo e deram guarida para os soldados quando vieram”.

Segundo Ítalo Cesarini, “os que mais eram favoráveis a Getúlio eram alguns elementos da Paulista (Companhia Paulista), inclusive esse Doutor Germano que foi assassinado, ele era getulista”.

Germano Fehr, segundo relato de Cesarini, era natural do Rio Grande do Sul, mas residia em São Carlos. Certo dia passava pelo Largo São Benedito, próximo a Casa Martins, loja de ferragem, onde então foi xingado e o acusaram de ser contra São Paulo. Germano então reagiu e entrou na loja atirando, “e pegou um tiro na barriga do seu Novaes”. Subindo o Largo São Benedito havia a antiga Farmácia Sete, de propriedade do farmacêutico Ary Fernandes Nunes, que durante a revolução foi comandante do batalhão de defesa municipal. Então, segundo Cesarini, “o Ary lá de cima viu o Dr. Germano atirando e então também atirou de longe, da farmácia, a meio quarteirão e acertou o Dr. Germano que caiu e foi se arrastando se esconder na casa dos Pique, onde se escondeu embaixo da cama, socorreram ele mas já estava morto”.

“Ele veio com uma turma de capangas meu amigo, e passaram a morar dentro da prefeitura”, lembra Pedro Monteleone sobre o prefeito nomeado José Maria de Souza. De fato, o prefeito fez da prefeitura sua moradia o que foi muito mal visto pela população, que o acusava de fazer da repartição pública um “cortiço” ou “bordel”, a impopularidade de seu governo era óbvia, pois eram considerados “estranhos que não conheciam a nossa terra e nada tinham a ver com a nossa gente e os seus problemas”.¹²⁵

Entre as primeiras medidas de José Maria de Souza como chefe do executivo municipal, situa-se a mudança do nome do Largo São Benedito para Praça Siqueira Campos, o que suscitou críticas “por fazer desaparecer o nome tradicional daquele Largo, em cujo centro se ergue o santo do povo (...) um dos santos mais populares e queridos (...)”. Além disso, o prefeito exonerou por decreto em 30 de janeiro, vários funcionários municipais entre eles João Neves Carneiro por “atos indisciplinados (...) em detrimento dos deveres de funcionários em prejuízo do serviço público (...)”. Essas e outras medidas contribuíram pra acirrar ainda mais os ânimos de parte da população o que acabou culminando em mais uma tragédia, dessa vez protagonizada pelo próprio prefeito José Maria de Souza.

Em 26 de fevereiro de 1933 verifica-se grave tumulto na noite de domingo de carnaval, quando o grupo Flor de Maio descia a Rua São Carlos e rompeu contra ele violenta vaia. Alega-se que os integrantes do bloco haviam feito uma manifestação de

¹²⁵ Segundo João Neves Carneiro. São Carlos na Revolução Paulista de 1932. p.127

simpatia ao prefeito o que desagradou parte dos manifestantes presentes. Houve luta, correrias, tumultos e agressões recíprocas, e em seguida invasão da cadeia pública onde puseram os guardas para fora e soltaram todos os presos, inclusive Ary Nunes, acusado de matar Germano Fehr. Segundo Ítalo Cesarini: “o povo virou o carro alegórico com a princesa do Flor de Maio aí saiu o pessoal que tava acantonado na prefeitura”.

De acordo com exposição do Juiz de Direito Carlos Kiellander: “As cenas de maior gravidade surgem quando o prefeito municipal e seus amigos sobem a rua São Carlos e um de seus apaniguados saca de um revólver e faz um disparo para o ar, seguindo-se, então, outros tiros das armas de José Maria de Souza e do Dr. Alves Taranto (...)”. Segundo Cesarini: “Aí foi tiroteio, aquele corre-corre, largaram carrinho de pipoca, fantasia, era gente que entrava até no bueiro, foi feia a coisa”.

No tiroteio em que inúmeras testemunhas alegam ter visto o prefeito efetuar diversos disparos juntamente com seus aliados, o médico Antonio Taranto, o advogado Ubaldino Alves e outros, é mortalmente atingido Leopoldo Ribeiro de dezesseis anos, tendo ficado gravemente feridas mais três pessoas. Segundo Neves Carneiro o inquérito policial que se seguiu provou a culpabilidade dos agressores, mas nada lhes aconteceu, “uma vez que eram apoiados pelo governo de ocupação militar”.

Esse fato é emblemático de como a cidade ficou cindida após a guerra de 1932 e, certamente, como os casos citados outros devem ter ocorrido, mas não foram registrados, pois muitos talvez não levassem a confrontos físicos, mas a pressão social contra aqueles apontados como traidores de São Paulo não deixava de ser expressão de uma violência latente. Vale observar que o grupo Flor de Maio atacado em pleno carnaval por aqueles que o acusavam de ser simpático a José Maria de Souza, era basicamente composto por cidadãos negros de São Carlos. Ainda hoje a agremiação Flor de Maio existe como clube e sempre foi alvo de menções preconceituosas de cunho fortemente racista, como em inúmeras ocasiões foi observado pelo autor desta dissertação, há muitos anos residente em São Carlos. É perfeitamente possível que as acusações contra o grupo feitas naquela noite de carnaval sejam, portanto, completamente infundadas.

Em fevereiro de 1933 é fundada a seção local do Partido Socialista Brasileiro que, juntamente com o Sindicato dos Ferroviários, é um dos apoios do governo de José Maria de Souza. Porém, a oposição tem sua voz no jornal “A Farpa”.

Na coluna “Recordando”, publicada em “A Folha” em 1967, Totó Fiorentino reproduz textos do pasquim “A Farpa”, em cujas sete edições de fevereiro a agosto de

1933, os opositores tecem comentários ferinos e jocosos a José Maria de Souza (tendo recebido a alcunha de Zé Maria, o Belo) e seu grupo, sem deixar de mirar também naqueles que o apóiam como o Sindicato dos Ferroviários e o Partido Socialista Brasileiro local.

Em 16/ 07/ 1964 o jornal A Cidade registra de José Maria de Souza: “(...) Sofri durante cerca de cinco meses uma ingrata campanha (...) exagerada por um jornaleco intitulado “A Cidade”, dirigido por um analfabeto e feito por um mercenário estrangeiro cujos péssimos antecedentes são bem conhecidos em São Carlos (...) uma medida enérgica se impõe para que a tranquilidade e a harmonia voltem aos lares são-carlenses, a retirada dos agitadores Núncio Cardinalli, italiano, Julien Fauvel, francês, Oscar Geribello, Gabriel Machado, Carlos Salles, Taylor Salles, Ruy Serra, Maia Filho, Ary Nunes, Wamberto Costa, Viriato Nunes, Helvideo Gouveia, Albero Schutzer, Di Luca, Ernesto Pereira Lopes e Jorge Monteiro (...)”.

Certamente, desse grupo saiu o núcleo de “A Farpa”.

“A FARPA. Redação e administração Rua da Casa, Número da Porta. Redatores responsáveis, NÓS. Eia, pois. Largando brasa, vamos lá: FARPA ... Ao escrever esta palavra acode-nos à lembrança aquelas páginas ferinas onde Eça e Ramalho, popeiam na graça cintilante de seus estilos impecáveis. Mas não vai leitor, nesta evocação dos mestres ilustres, nenhuma intenção sutil de nossa parte... Sabemos do acanhado de nossas forças. E, ademais, temos somente, empunhando a pena, usá-la como a um bisturi, cortante para rasgar as vestes pomposas de muitos figurões que por aí se exibem com ares de regeneradores de última hora (...) Verá assim...ironia das coisas! Que, muitas vezes, o mais ‘regenerador’ dos figurões não passa, em última análise de requintado embusteiro (...)”.

“ALGUÉM DEVE SABER QUE ... São Carlos está passando, positivamente, pelo período mais triste de sua existência. Entregue aos caprichos de um agente ditatorial ligado a meia dúzia de elementos desclassificados, sob a injustiça e a vergonha, o desmando e a vergonha, o desmando e a opressão, a injúria e a calúnia”.

“(...) A FARPA. Não fosse o sucesso estrondoso que causou o aparecimento deste nosso modesto jornal, não nos abalancaríamos a lançar o segundo número. É fácil avaliar-se a dificuldade com que lutamos. Os nosso visados, e mais do que eles, os seus bajuladores, procuram a nossa pista, farejando em todos os recantos, na ânsia irrefreável de lançar-nos a mão e impingir-nos um severo castigo pelo gravíssimo crime de termos dito a verdade, unicamente a verdade”.

Um dos fatos mais visados pelo jornal era a prefeitura tornada moradia, alvo de implacáveis observações:

CORTIÇO MUNICIPAL – “(...) O Belo passou a residir gratuitamente no Palácio, instalando, assim, o Cortiço Municipal. A idéia genial foi muito aplaudida pelos seus amigos, que em verdadeira romaria visitam-no dia e noite, passando horas agradáveis e divertidas no novo Cortiço. A FARPA envia parabéns a v. excia, pelo auspicioso acontecimento e valendo-se da amizade sincera que s. excia lhe dispensa, lembra-lhe mandar retirar das paredes os retratos de alguns de nossos cavalheiros sisudos que lá estão, para que não corem ao ouvir os palavrões lupanerescos que porventura possam fugir da boca dos ‘educadíssimos’ amigos de Zé Maria”.

Um dos alvos preferidos de A Farpa era Ubaldino Alves (Balduíno Costeleta), seu secretário de governo, pois se fazia constante menção à sua sexualidade:

Farpazinhas

“Pensa a rapaziada

Por caprichos do destino

Ao ver a cena engraçada

Do secretário Balduíno

Andarzinho efeminado

Que muito faz desconfiar:

Seu Balduíno! Oh! Cuidado

Procure não escorregar

Costeleta aparadinha

Maneiro no falar,

É o tipo do almofadinha

Que tem melado no olhar

Por ser assim delicado,

Certas figuras maldizentes

Dizem que veio importado

Lá da Praça Tiradentes”.

“ATENÇÃO – A ex-Guarda Municipal, hoje Guarda-Prefeito e Guarda-Taranto (o médico Antonio Taranto) foi quem mais atirou contra o povo na noite trágica do último Carnaval. Se são-carlense de coração nega o teu auxílio a esta corporação perversa que, a mando de miseráveis, não titubeou em baleiar em plena praça pública nossas mães, nossos irmãos, nossos filhinhos inocentes, na ânsia sanguinária de perversos bandoleiros. Divertiam-se ouvindo o grito de terror que o tiroteio arrancava do peito angustiado das criancinhas perdidas no tumulto, das mulheres apavoradas e receosas pela vida dos entes queridos! Boicotemos esses mercenários perturbadores do sossego público! Despreze-mo-los como os cães, infíeis que são!”

O jornal também abre espaço para “programações culturais”:

“FILMES DA SEMANA – ‘El Gancho’ – pelo sedutor galã da tela, Zé Maria, O Belo (el valiente de los pampas) – ‘O Médico Que Fez Um Monstro’ – pelo vilão do cinema Tônico Tarântula – ‘O Guarda Cabo’ - pelo talentoso maricas Balduíno Costeleta - ‘No Seio Da Ditadura – pelas célebres irmãs getulistas”.

“ACHADOS E PERDIDOS – Sumiu de São Carlos um cachorro louco e gaúcho, que atendia pelo nome de Ubaldino, quem o achou pode ficar com ele (...)”

“QUE SOVA MEU DEUS! Entre outras jabolices do manifesto lavrado pelo O Belo, aos povos e povas deste e outros rincões, há gozadíssima afirmação que toda a parte sã da população de São Carlos está com ele. Será que nesta bela Carlópolis há apenas duzentas e sessenta pessoas com esse qualificativo? Será que os mil novecentos e setenta e cinco pessoas eleitores que cerraram fileiras em volta da Chapa Única são todos agitadores e indivíduos desqualificados? Que prestígio, Zé Maria!!!”

“DIABRURAS DO BELO – O sindicato fero-vá-via e o partido só-se-alistasúcia, talvez agora devem estar mais do que compenetrados de que o Zé Belo é mesmo um ordinário judeu errante. Toda a cidade já sabe de sua última aventura. Desrespeitando o regulamento do hotel em que se hospedara (por conta da Prefeitura), atentando contra a moral da vizinhança e revelando a sua reles personalidade de conquistador barato, recebeu em seu quarto, introduzida pelo cáften seu irmão, Ubaldino Alves de Souza, uma viuvinha muito conhecida. Para tanto ludibriou a boa fé do porteiro, que quando percebeu ter sido enganado, se vingou muito bem, pondo-os a todos no ‘olho’ da rua. E o Zé Belo deve dar graças a Deus pela ausência do proprietário do hotel. Se este lá estivesse, naquela noite, sentiria o Zé quanto é pesado o braço forte de um italiano honrado (...)”.

“NOVO SUPLENTE – Acaba de ser nomeado, por indicação do Sindicato, o novo suplente de delegado, o sr. P.B., ferreiro da Companhia Paulista e possuidor de temível faro canino. Como bom farejador, já foi incumbido pelos sindicalistas, para descobrir quem somos nós. E, todas as noites, o P., como quem procura chifres na cabeça de cavalos, anda à cata dos ‘farpadores’. Quantos CÃES MAGROS e GORDOS já andaram em nosso encaço sem nada conseguirem? Portanto, não perca tempo, inutilmente atrás da FARPA, seu P.... Vá aplicar-se melhor na sua profissão, porque ainda és ferreiro”.

“POBRE SINDICATO – Depois que o Paulo Monteiro não aceitou a presidência do Sindicato, para não ser joguete de quatro ou cinco exploradores, ‘o Bugre’ tudo fez até conseguir, para esse cargo, a eleição de um tal ‘Al...mofadão’, analfabeto e maquinista de trem de carga de bitola estreita. Esse novo ‘presidente’, logo após a revolução, havia se notabilizado fazendo séria concorrência às casas de couros vendendo polainas a 3\$000, polainas essas que extorquia dos soldados paulistas que voltavam do fronte! Os outros membros da nova diretoria são do mesmo nível. Será que, com essa crise toda, os operários ainda continuam dispostos a sustentar a firma ‘Bugre, Olho de Sapo & Cia’?”.

Com sua crítica mordaz dirigida aos forasteiros que comandavam São Carlos, mas que também não poupava os são-carlenses acusados de traidores, é de se supor que A Farpa teve forte apelo junto à parcela considerável da população, sobretudo após o episódio trágico do carnaval daquele ano de 1933. Cada tiragem certamente era aguardada com ansiedade e as pessoas provavelmente se reuniam para ler conjuntamente com sentimentos que iam do humor jocoso à ojeriza pura e simples. O jornal alcançou seu intento situando-se como eficiente instrumento de oposição ao influir sobre a opinião pública local, com desdobramentos consideráveis. Segundo Ítalo Cesarini “quem caísse no A Farpa podia mudar de São Carlos, o jornal fez uma limpeza em São Carlos”.

Em 15 de Maio, em substituição a José Maria de Souza, o interventor do Estado de São Paulo General Waldomiro Castilho de Lima nomeia para a prefeitura de São Carlos, o coronel Carlos Simplício Rodrigues da Cunha, fazendeiro e presidente do Partido Socialista Brasileiro local, o mesmo do prefeito José Maria. Ao assumir a prefeitura, o coronel Carlos Simplício com o apoio do major Marcílio de Freitas, chefe de polícia, publica em 26 de maio nota no jornal a Tarde declarando ser “expressamente proibido qualquer comício ou manifestação pública, quer seja política ou não, assim

como qualquer ajuntamento nas ruas ou praças públicas. A delegacia está devidamente aparelhada a reprimir tais abusos com a mais vigorosa energia (...)”.

Em julho, portanto, estava proibida a realização de comícios em comemoração a um ano da revolução, assim como também estava proibida a transladação dos corpos de combatentes mortos, permitindo-se apenas que em recinto fechado fossem realizadas missas ou reuniões alusivas à data.

Em início de agosto o General Daltro Filho assume interinamente como interventor federal em São Paulo e por decreto nomeia o são-carlense Durval Accioli, médico voluntário em 1932, para prefeito de São Carlos. Em 21 de agosto o paulista Armando de Salles Oliveira é nomeado o novo interventor de São Paulo. Sua nomeação é um aceno de Getúlio Vargas para uma reaproximação com os políticos paulistas, pois tinha sentido o golpe das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de maio de 1933, onde os constitucionalistas da Chapa Única por São Paulo Unido (PRP, PD, Associação Comercial de São Paulo, Federação dos Voluntários) obtiveram 71% dos votos ficando com dezessete das 22 vagas disponíveis na bancada paulista.

A sensação de normalidade aos poucos retorna a São Carlos, Ricardo Gonçalves lembra-se: “O interventor foi embora e também os militares e a vida voltou aos poucos ao normal da cidade.... e tudo passou, né?”.

Com a estabilização da vida política local, retorna o predomínio político dos grupos ligados aos proprietários de terras. Entretanto, sallistas e botelhistas se apóiam apenas na frágil manutenção de prestígios pessoais advindos dos tempos áureos da República Oligárquica. Portanto, essas facções se beneficiaram de mero efeito residual de uma época em que a força dos coronéis paulistas dependia do controle sobre as eleições dentro de um regime de partido único extremamente forte. Porém, findou-se a lógica que os mantinha, dada a instituição do voto secreto e o fim das Câmaras Municipais sob a presidência de Getúlio Vargas, sendo o golpe final a abolição completa das eleições com a instituição do Estado Novo.

Com o Estado Novo os jornais locais passam a cobrir com mais intensidade as questões sindicais e industriais. Surgem colunas dedicadas ao sindicalismo e a divulgar as leis trabalhistas.

Já em 1933 o jornalista Rubens do Amaral em coluna do Correio de São Carlos, aponta para o período que se afigura marcado por intensas transformações:

“ (...) Neste momento mesmo, não sabemos o que estará passando o Brasil, da crise do PRP, que se processa ao mesmo tempo que o Partido Democrático continua em letargo e que surge na vida paulista uma força nova – a Federação dos Voluntários, arregimentada em partido político (...) E a verdade é que o que há de novo na política de São Paulo, é o refluxo de 30 e é o efeito do movimento constitucionalista de 32. Foram dois abalos consecutivos e alternados muito fortes para que não imprimissem a sua marca à mentalidade paulista. O resultado aí está, na fase de desagregação e cooperação, de análise e de síntese, de transformação enfim, a que assistimos sem poder por enquanto julgar os fatos na plenitude de sua significação.

Não se acredite, em hipótese alguma, que se trata de um regresso ao passado. O passado morreu (...). (01/08/1933)

De fato, a plutocracia paulista nunca mais conquistará a antiga hegemonia política e, em São Carlos, a contenda sallismo versus botelhismo já na década de 1950 torna-se mais uma página virada na história local.

Conclusão

A guerra de 1932 representou a oposição entre grupos da classe dominante brasileira marcada por questões de cunho regionalista e pela oposição entre os discursos revolucionários. De um lado os revolucionários de 1930 questionavam os princípios do liberalismo como vinha sendo aplicado, de outro, os revolucionários paulistas, preteridos do poder, insurgiam-se em defesa desses princípios. Em comum, o enquadramento por ambos das classes dominadas. Os outubristas do Governo Provisório, através de concessões trabalhistas (camouflages nas palavras de Florentino de Carvalho), procuravam tornar inócuas as agitações proletárias, não abrindo mão do forte controle sobre os sindicatos, de outro lado, os paulistas defendiam o retorno à situação de quase nenhuma regulamentação do trabalho. Novamente, em comum entre ambos, a violência contra a classe operária quando esta resolvia lutar diretamente por suas reivindicações.

A classe dirigente paulista recorre, em 1932, aos princípios do liberalismo, conforme era defendido e praticado no passado, sem avanços significativos. Daí sua defesa veemente do retorno à Constituição de 1891, num momento em que a “ordem liberal” passava por uma forte crise, não apenas no Brasil, como no conjunto do mundo capitalista. Nesse sentido, o movimento erigido como revolucionário acabava por revelar sua face mais tradicional e conservadora ao utilizar argumentos que se mostram inadequados à nova conjuntura histórica.

Entretanto, para que a classe dirigente paulista pudesse restaurar seu poder, era necessário combater a “nova ordem”, mostrando que os seus princípios eram contrários “à própria natureza da conveniência humana e provocavam o empobrecimento e a infelicidade de São Paulo”, por isso as acusações de comunismo dirigidas contra o Governo Provisório, sendo as leis trabalhistas encaradas como “ameaças à propriedade”.

A propaganda política dos constitucionalistas revela-se eficiente ao encontrar, na defesa da Constituição, um poder aglutinador capaz de legitimar o movimento revolucionário. Em um período de crise generalizada, evocar de maneira constante as idéias de progresso, prosperidade, ordem e liberdade, acaba por gerar grande poder atrativo junto à população.

A defesa intransigente dos princípios democráticos tenta dissimular o viés autoritário do movimento, onde grassam a censura e a manipulação da informação, através dos meios de comunicação centrados nas mãos das classes dirigentes, o que,

juntamente com a roupagem militar do movimento, torna inevitável sua comparação com o universo de certos regimes totalitários.

No tocante ao estudo do movimento no interior paulista, conhecer o *modus operandi* político dos grupos ligados à oligarquia desde a República Velha, permitiu a maior compreensão da relação de arbitrariedade e desmandos da classe dirigente paulista com a população em geral, o que em parte explica a falta de pudores da classe senhorial em estabelecer o mesmo nível de relação autoritária na condução do movimento constitucionalista.

A premência com que legiões de homens despreparados para o combate, sobretudo jovens, foram levadas para as trincheiras, impulsionadas por falsas propagandas marteladas continuamente, é mais que surpreendente, é aterradora. O comandante paulista Euclides Figueiredo, em seu relato autobiográfico, lamentou o fato da guerra não ter sido interrompida logo no início, pois reconheceu posteriormente a irracionalidade que significou São Paulo ter prosseguido na luta.

Entretanto, logo após o conflito tem início a recomposição com Getúlio Vargas, como observa Bezerra: “No período do Estado Novo os ajustamentos já haviam se processado, tornando a convivência plenamente satisfatória”. O que apenas atesta a inutilidade do sacrifício daqueles expostos à miséria humana representada pelas trincheiras.

Aprendida a lição, a classe dirigente paulista não mais faz objeção a regimes de exceção, repetindo, após o Estado Novo, a aproximação com o regime militar de 1964, precedido em São Paulo de uma gigantesca manifestação, “A marcha da família com Deus pela liberdade”, reunindo a elite do Estado, a classe média em peso e demais setores da sociedade num total superior a meio milhão de pessoas. Certamente, essa marcha contava com muitos ex-voluntários de 1932 e, mais uma vez, a palavra “liberdade” é usada em vão.

Quanto à participação de São Carlos no movimento de 1932, procuramos privilegiar os aspectos mais humanos dos próprios participantes dos eventos pesquisados, considerando suas ansiedades, expectativas e objetivos pessoais. Daí por exemplo, o recurso às correspondências e à história oral. Abordar o cotidiano de uma cidade interiorana sob a revolução foi uma maneira de fugir a tendências historiográficas mais áridas e ortodoxas.

Anexo

Fotos do Movimento
Constitucionalista de 1932 em São
Carlos



Figura 1: Antônio Militão de Lima., prefeito de São Carlos, ao centro, com terno escuro e chapéu na mão, ao seu lado direito Romão Gomes (arquivo da Fundação Pró-Memória de São Carlos)



Figura 2 : contingente de voluntários em frente à prefeitura municipal de São Carlos – 1932 (arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 3 : contingente em marcha pela avenida são carlos – 1932
(arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 4 : Jovens voluntários, ao fundo a avenida são carlos – 1932
(arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 5 : Combatentes do Batalhão Bento Gonçalves, em sua maioria composto por soldados são-carlenses (arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 6 : Despedida na ferroviária de São Carlos (arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 7 : Escola Profissional de São Carlos ; mulheres costurando para soldados
(arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 8 : voluntários são-carlenses do Batalhão 9 de Julho
(arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 9 : Nelson Lima e Salvador Beatrice, combatentes de São Carlos
(arquivo Nelson Lima)



Figura 10 : O mesmo Nelson Lima, já idoso, à esquerda na foto
(arquivo Nelson Lima)



Figura 11: Orlando Spazione, jovem combatente de São Carlos
(arquivo Nelson Lima)



Figura 12 :solenidade em homenagem aos ex-combatentes, ao centro de óculos escuro João Neves Carneiro
(arquivo Nelson Lima)



Figura 13 : Homenagem aos ex-combatentes, Nelson Lima ao centro, discursando (arquivo Nelson Lima)



Figura 14 : voluntários de São Carlos - 1932 (arquivo da Fundação Pró-Memória)



Figura 15: Solenidade de veteranos no cemitério de São Carlos
(arquivo Nelson Lima)



Figura 16: Comemoração do 9 de Julho na Praça dos Voluntários em São Carlos
(arquivo Nelson Lima)



Figura 17: Batalhão de comunicações Ibrahim Nobre
(arquivo pessoal do autor)

Fontes

1. Jornais consultados:

A Cidade (São Carlos)

A Folha (São Carlos)

A Tribuna (São Carlos)

A Tarde (São Carlos)

Correio de São Carlos (São Carlos)

O Estado de S. Paulo (São Paulo)

Primeira Página (São Carlos)

2. Vídeo documentário:

São Carlos 1932 – Memórias de uma Revolução

Direção: Eduardo Sá, 2002.

3. Fotografias de 1932 pertencentes a:

Arquivo da Fundação Pró-Memória de São Carlos

Arquivo Nelson Lima – CECH – UFSCAR (São Carlos)

4. Fontes bibliográficas:

Abbud, Kátia. **O Bandeirante e o movimento de 32: alguma relação?** In Queiroz, M. Isaura P. de “O Imaginário em Terra conquistada”. São Paulo, Ed Ceru, 1993.

Americano, Jorge. **São Paulo nesse tempo (1915-1935)**. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1962.

Andrade Neto, Manoel Candido de. **32: Bastidores da Revolução Constitucionalista**. Rio de Janeiro, Ed. Estandarte, 1995.

Andrade, Oswald de. **Marco Zero: a revolução melancólica**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, 2 ed.

Arendt, Hannah. **Sobre a Revolução**. Lisboa, Moraes Editores, 1971.

Basbaum, Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo, Ed. Alfa-ômega, 1985.

Bezerra, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder - Revolução Paulista de 32**. São Paulo, Ed. Moderna, 1990.

_____. **Artimanhas da Dominação; São Paulo-1932**. Tese de doutoramento defendida da Universidade de São Paulo, em 1982.

Borges, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

_____. **Memória Paulista**. São Paulo, Edusp, 1997.

_____. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo, Ed. Ática, 1996.

Braga, Cincinato. **Contribuição ao Estudo da História e Geographia da Cidade e Município de São Carlos do Pinhal**. São Carlos, Ed. Asser, 1994.

Cabanas, João. **Os fariseus da revolução**. Rio de Janeiro, Ed. Freitas Bastos, 1932.

Campello de Souza, Maria do Carmo. “O processo político partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Motta (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Capelato, Maria Helena. **O Movimento de 1932: A Causa Paulista**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982

_____. **Os Arautos do Liberalismo; Imprensa Paulista (1920-1945)**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

Carneiro, João Neves. **São Carlos na Revolução Paulista de 1932**. Monografia, São Carlos, 1973.

Carone, Edgar. **Revolução do Brasil Contemporâneo 1922/1932**. Rio de Janeiro, São Paulo, Ed. Difel, 1977.

_____ **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo, Ed. Difel, 1974.

_____ **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo, Difel, 1977.

Carvalho, Affonso de. **Capacete de Aço**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1933.

Carvalho, Florentino de. **A guerra civil de 1932 em São Paulo; solução imediata dos grandes problemas nacionais**. São Paulo, Ed. Ariel, 1932.

Casalechi, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

Decca, Edgar de. **1930- O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

De Paula, Jesiel. **1932: Imagens Construindo a História**. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1999.

Devescovi, Regina C. **Urbanização e Acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos**. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea - UFSCAR, 1987.

Domenach, Jean-Marie. **A Propaganda Política**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

Donato, Hernani. **A Revolução de 32**. São Paulo, Ed. Círculo do Livro, 1982.

_____. **Breve História da Revolução Constitucionalista de 1932.** São Paulo, Ed. Lerlisa, 1987.

Duarte, Paulo Alfeu Dinis Junqueira Monteiro. **Palmares pelo avesso.** São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947.

Ellis Jr., Alfredo. **A Nossa Guerra.** São Paulo, Piratininga, 1933.

Faoro, Raymundo. **Os Donos do Poder.** Vol. 1 e 2. São Paulo, Ed. Globo, 1991.

Fausto, Boris. **A Revolução de 1930 - Historiografia e História.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.

Figueiredo, Eucydes de. **Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932.** São Paulo, Ed. Martins, 1954.

Furtado, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2000.

Galdino, Luiz. **1932: A Guerra dos Paulistas.** São Paulo, Ed. Ática, 1996.

Goldmann, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia.** São Paulo, Ed. Difel, 1972.

Governo do Estado de São Paulo. **São Paulo: 1932.** São Paulo: Imesp/Daesp, 1982 (ilust.).

Gonçalves, Clóvis. **Carne Para Canhão – O front em 1932.** Rio de Janeiro, Ed. Renascença, 1933.

Heller, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989.

Hilton, Stanley E. **A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932.** Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1982.

Janotti, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo – uma política de compromissos**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

Kerbaux, Maria Teresa Miceli. **Poder Político Local do Coronelismo ao Populismo (um estudo de caso: São Carlos)**. Dissertação de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1979.

Leal, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo, Ed. Alfa- Omega, 1986.

Lebrun, Gerard. **O Que é Poder**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

Malta, Otacvio. **Os Tenentes na Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969.

Maluf, Nagiba M. Rezek. **Revolução de 32: o que foi, por que foi**. São Paulo, Edicon, 1986

Martins, José de B. **Álbum de Família:1932**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1954.

Mattos Pimenta. **A Epopéia Paulista**. Rio de Janeiro, Ariel Ed. Ltda, 1933.

Mello, Luiz Vieira de. **Renda-se, Paulista!** São Paulo, 1932.

Miceli, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Ed. Difel, 1979.

Neves, Ary Pinto das. **São Carlos do Pinhal no Século XIX**. São Carlos, Ed. Gráfica Somet, 1997.

_____. **São Carlos na Esteira do Tempo**. São Carlos, Ed. Graf. Engenharia da USP, 1984.

Nogueira Filho, Paulo. **Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: A Guerra Cívica de 1932**. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1966.

Oliveira, Clóvis de. **A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Federação e Centro de Indústrias, 1956.

Osório, Manoel. **A guerra de São Paulo – 1932 – Esboço crítico do maior movimento armado no Brasil**. São Paulo, Ed. Americana, 1933.

Prado Júnior, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.

Pupo, José Augusto. **Memórias de um ex- combatente de 32**. Jundiaí, Ed. Literarte, 1989.

Ramos, Plínio de Abreu. **Os partidos políticos e o Estado Novo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

Renard, Antoine. **São Paulo é Isto!**. São Paulo, 1933.

Saes, Décio. **Classe Média e Política na Primeira República (1889-1930)**. Petrópolis, ed. Vozes, 1975.

Sampaio, Moraes. **A Revolução em Piracicaba**, scp, 1933.

Schmidt, Afonso. **A Locomotiva**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

Silva, Hélio. **1932- A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

_____ **O Governo Provisório 1931-1933**. Rio de Janeiro, Ed. Três, 1975.

Silva, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo, Ed. Alfa-ômega, 1976.

Simão, Aziz. **Sindicato e Estado**. São Paulo, Ed. Ática, 1981.

Simões, Auripebo Berrance. **Um punhado de nada; São Paulo-1932- Revolução.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

Skidmore, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964).** Rio de Janeiro, Ed. Saga S/A, 1969.

Sodré, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

Touraine, Alain. **Crítica da modernidade.** Petrópolis. Ed. Vozes, 1994.

Truzzi, Oswaldo. **Café e Indústria. São Carlos 1850- 1950.** São Carlos: Arquivo de História Contemporânea- UFSCAR, 1986.

Veyne, Paul. **O Inventário das Diferenças - História e Sociologia.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

Wanderley, Rubens de Menezes. **As Bases do Separatismo.** São Paulo, Ed. Paulista, 1932.

Weffort, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

